

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

"povos, comunidades, natureza: insurgências
frente ao extrativismo predatório"



GT1

Territórios, resistências,
autonomias e novas
territorialidades

ANAIS
VOLUME I



ESTRADA
CARAJÁS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE
DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

*"povos, comunidades, natureza: insurgências
frente ao extrativismo predatório"*

GT 1: Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades

Coordenação: Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Ilnar Fernandes Feitoza, Joécio Pires da Silva e Julio Itzayán Anaya López

O GT 1 receberá propostas que problematizem as relações, conflitos e lógicas das empresas, agentes públicos e suas políticas desenvolvimentistas, que colidem com as percepções, modos e meios de vidas dos agentes sociais das comunidades, que defendem seus territórios e propõem práticas, saberes e/ou lógicas de autogestão. Os trabalhos podem focar nas análises de epistemologias – indígenas, quilombolas ou outras –, ontologias ou práxis – como a presença de entidades não humanas nos territórios (encantados, por exemplo); saberes locais – práticas de agricultura familiar, agroecológicas, medicina ancestrais, processos produtivos não capitalistas ou práticas educativas não bancárias, por exemplo - que fortaleçam a defesa e permanência dos territórios e que mostrem novas formas de territorialidade e racionalidades não ocidentais.

Apresentação

O Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – “Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” foi realizado entre 15 e 19 de março de 2021. O Seminário foi pensado como uma das ações do Projeto “Empresas Transnacionais e Princípios Orientadores: em busca de mecanismos efetivos para a proteção dos Direitos Humanos na América Latina”, executado por quatro organizações latino-americanas e co-financiado pela União Europeia. Fizeram parte desse projeto as organizações Justiça nos Trilhos (Brasil), CooperAcción (Peru), Pensamiento y Acción Social (Colômbia) e Bienaventurados los Pobres (Argentina).

O Seminário aconteceu em formato virtual e foi promovido por Justiça nos Trilhos (JnT), Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA) e Grupo de Trabalho sobre Fronteiras, Regionalização e Globalização na América, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

As atividades foram inspiradas no Seminário Internacional “Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, realizado em 2014 em São Luís, Maranhão.

Durante os dias 15 e 19 de março de 2021, o seminário reuniu uma série de atividades, incluindo apresentações de trabalhos científicos, relatos de experiências, desenhos, fotografias e audiovisual. Foram 106 trabalhos aprovados e apresentados em cinco grupos temáticos:

- [1]** Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades
- [2]** Memórias, histórias e lutas por reconhecimento
- [3]** Questões de gênero e étnico-raciais em lutas territoriais
- [4]** Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência
- [5]** Comunicação Popular, comunitária e alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento

Assim, construiu-se um dos grandes objetivos do seminário, que foi o de oferecer oportunidades de troca de saberes, promovendo a sinergia entre comunidades, ambiente acadêmico, organizações populares e movimentos sociais e sindicais. Pessoas desses diversos espaços estiveram representadas nos debates ocorridos em cada um dos grupos de trabalhos (GTs), a partir das apresentações dos resultados de pesquisas acadêmicas e experiências de vidas comunitárias, materializados em artigos, relatos, fotografias e vídeos.

Os Anais registram esses resultados como um espaço de memória, reverberação de vozes e resistências na potencialização das insurgências frente ao extrativismo predatório, vividas por povos, comunidades e natureza.

Os cinco GTs dão título e organizam os capítulos que seguem, apresentando contribuições de autores e autoras do Brasil e de outros países da América Latina como México, Argentina, Colômbia e Peru.

No GT1, por exemplo, serão encontrados trabalhos que discutem novas formas de territorialidades e racionalidades não ocidentais frente a ações empresariais e estatais. No GT2, os trabalhos apresentam mobilizações e lutas por reconhecimento e direitos. No GT3, é debatida a questão de gênero em múltiplos aspectos no contexto de lutas territoriais urbanas e rurais. Reflexões sobre a expansão de megaprojetos, processos de luta e resistência de comunidades tradicionais, povos e organizações sociais são temas discutidos no GT4. Por fim, no capítulo dedicado ao GT5, são compartilhadas práticas e processos de comunicação popular pensadas e vivenciadas em contextos de lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento.

O tema do seminário – e, de forma específica, os temas de cada um dos cinco GTs – são um chamado para a construção de caminhos alternativos e articulados entre diferentes povos, que proporcionem a defesa dos Direitos Humanos e o respeito à Mãe Terra.

Boa Leitura!



Copyright © 2021 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa
Prof^a. Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Prof^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

Organização

Cíndia Brustolin
Julio Itzayán Anaya López
Larissa Pereira Santos
Madian de Jesus Frazão Pereira
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

Coordenação por Grupos de Trabalhos

Anaclea Pires da Silva
Bartolomeu Rodrigues Mendonça
Carolina Christiane de Souza Martins
Cíndia Brustolin
Elio de Jesus Pantoja Alves
Inar Fernandes Feitoza
Joana Emmerick Seabra
Joécio Pires da Silva
Juan Manuel Sandoval Palacios
Julio Itzayán Anaya López
Larissa Pereira Santos
Madian de Jesus Frazão Pereira

Marcela de Lourdes Orozco Contreras
Maria Ecy Lopes de Castro
Roseane Arcanjo Pinheiro
Sislene Costa da Silva
Tayanná Santos de Jesus Sbrana
Uriel Menezes

Coordenação editorial

Sabrina Duran

Coordenação de revisão

Cíndia Brustolin
Julio Itzayán Anaya López
Larissa Pereira Santos
Madian de Jesus Frazão Pereira
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

Projeto Gráfico

Candiá Produções

Colagens e Ilustrações

Coletivo Pinga Pinga

Diagramação

Valéria Amorim
Juliana Bicudo

Fale com a redação

jnt@justicanostrilhos.org

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas (1.: 2021: São Luís, MA).
Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades, naturezas: insurgências frente ao extrativismo predatório" / Organização: Cíndia Brustolin... [et al.]. — São Luís: EDUFMA, 2021. 5 v. : il.
Conteúdo: v. 1. Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades / Coordenação: Bartolomeu Rodrigues Mendonça, Inar Fernandes Feitoza, Joécio Pires da Silva, Júlio Itzayán Lopes.
ISBN: 978-65-89823-48-3
1. Povos – conflitos sociais- resistência. 2. Território-lutas-comunidades . 3. Extrativismo predatório. I. Brustolin, Cíndia.
CDD 305 CDU 316.48

Ficha elaborada pela bibliotecária Luciana Palácio de Moraes CRB 13/ 585

O conteúdo deste documento não compromete as organizações promotoras e colaboradoras desta publicação. Pode-se citar ou fotocopiar para uso não comercial sempre citando a fonte.

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:



Sumário

TRABALHOS COMPLETOS

O Turismo Comunitário na Perspectiva de Luta e Resistência na RESEX Prainha do Canto Verde	11
Os Conflitos pela Água na Bacia do Tapajós	21
São Pedras de Sururu: a participação de crianças e jovens nas formas cotidianas de resistência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	32
Sonhos no Chão, Sementes da Educação	45
Roça e Roçado: rede de solidariedade	50
O Papel do Transporte Coletivo frente as Comunidades Quilombolas do Município de Santarém – PA	59
A Economia Local como Forma de (Re)existência Concreta frente à Estrada de Ferro Carajás: uma experiência em Vila Diamante – Igarapé do Meio – Maranhão	70
Assentamento Roseli Nunes - MT: território de resistência	81
Transformações Territoriais em Três Estradas: os pecuaristas familiares frente ao avanço do extrativismo	93
“Os Kariri Protegem a Chapada e a Chapada Protege os Kariri”: territorialidade e espiritualidade no Cariri Cearense	103
Resistências Anticoloniais contra as Fronteiras Agroextrativistas: lutas Guarani e Kaiowá pelo bem viver (teko porã) e por autonomias	115
Os saberes das lendas do Sítio Arruda em Araripe – Ceará: memória coletiva do quilombo	125
Resistência quilombola de Alcântara-MA frente à expansão do CLA	130
Modos de Morar no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão	135

Protocolos Autônomos de Consulta Prévia	146
Parques Eólicos como Zonas de Exceção: uma análise a partir do litoral do Piauí	155
Capitalismo, Desenvolvimento e Comunidades Tradicionais: o conflito socioambiental do Cajueiro e WPR no estado do Maranhão	166
Perspectiva Decolonial: outras formas de representar a natureza	177

RESUMOS

Relações com a Terra: o bem viver no quilombo do Arruda em Araripe – CE	189
Terra em Chamas: reflexões sobre aliança empresa-Estado, grilagem de terras e os conflitos fundiários territoriais no Maranhão contemporâneo	191
Land Grabbing: uma análise crítica	193
“Tire o Óleo da Minha Praia, não Consigo mais Pescar”: o litoral nordestino em conflito	195
O Pensamento Xamânico e a Crítica ao “Povo da Mercadoria”: ancestralidade, territorialidade e modernidade	197
“Água é Vida”: recuperação e preservação das nascentes na comunidade Macaúba, no município de Catalão/GO	199
A Disputa Territorial entre a Comunidade da Ilha do Arintiqui e Miriri Alimentos e Bioenergia S/A: relato sobre os desdobramentos da realização de perícia antropológica em um conflito territorial judicializado	201
“Subiu a Construção como se Fosse Muro”. Mutum II frente ao desenvolvimento insustentável	203
Expansão Logística Ferro-Portuária e Mobilizações na Zona Rural II de São Luís -MA	205

Trabalhos completos



O turismo comunitário na perspectiva de luta e resistência na RESEX Prainha do Canto Verde

O turismo comunitário na perspectiva de luta e resistência na RESEX Prainha do Canto Verde¹

Beatriz Goes RIBEIRO²
André Soares dos Santos PAZ³

Resumo

Nos anos de 1990, partindo da reflexão sobre a necessidade de desenvolver o turismo como estratégia de defesa do território e renda, um grupo de jovens do povoado chamado Prainha do Canto Verde (hoje, uma Unidade de Conservação Ambiental Federal, na modalidade Reserva Extrativista) decidiu conhecer experiências turísticas de praias vizinhas, mas se depararam com um turismo massificado e divergente de sua realidade, visto que os ideais defendidos e as conquistas de diversos direitos, não poderiam ser ameaçados por esse modo de negócio, que tem como consequência a perda de território e da biodiversidade. Neste sentido, tornou-se necessário pensar um turismo diferenciado, com autonomia local e que agregasse valores para além do capital. Assim, uma sequência de ações deu início ao turismo comunitário como preservação de direitos e da biodiversidade e também como alternativa de geração de renda e sustentabilidade para os nativos. Dessa maneira, a Prainha do Canto Verde tornou-se referência no exercício e estruturação de um turismo diferenciado na perspectiva de integração e preservação dos ecossistemas marinho-costeiros e das relações cotidianas do território.

Palavras-chave: Turismo Comunitário; Reserva Ambiental; Organização Comunitária.

Canto Verde e o Turismo Comunitário (TC)

A Prainha do Canto Verde, localizada no litoral leste cearense, sempre abrigou um potencial turístico e um histórico de resistência no que se refere a defesa do território e a organização comunitária muito forte. Na comunidade existem diversos atrativos naturais como: as dunas móveis e fixas, praia tranquila e com um mar calmo, coqueirais e lagoas interdunares durante os períodos chuvosos (estação de inverno); e como principal fonte de renda a pesca artesanal (MENDONÇA, 2004).

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Graduanda do curso de Administração Pública da Universidade Federal do Ceará (UFC), diretora da Associação dos moradores da Prainha do Canto Verde e Coordenadora da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum. beatrizgoesribeiro7@gmail.com

³ Graduando de Pedagogia UFC/FACED. Professor de Linguagens na Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes (6° ao 9° ano) e é sócio na Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.
E-mail andrepaz85@live.com

Na década de 90 quando os empreendimentos turísticos estavam ganhando muita visibilidade em algumas comunidades litorâneas, por exemplo, da Canoa Quebrada – Aracati e Morro Branco – Beberibe, os moradores de Canto Verde pensando na possibilidade de trabalhar com turismo, decidiram realizar uma pesquisa nessas duas praias. Alguns dos jovens da comunidade de pescadores visitaram a praia de Canoa Quebrada e Morro Branco para que pudessem conhecer melhor, o modelo de turismo que trabalhavam, as realidades locais, tipo de turistas, efeitos e causas entre outras coisas. Ao retornarem para a comunidade, os jovens apresentaram todo material dos resultados da pesquisa, onde foi colocado desde a desapropriação dos moradores para implantação de grandes empreendimentos e perda de território dos nativos, turismo predatório e de exploração, até a desvalorização da cultura local. A partir dessa reflexão, os moradores de Canto Verde decidiram que não era aquele modelo turístico excludente que almejavam, pois este visava a exploração socioambiental, apontando uma série de impactos como a perda da qualidade de vida, da tranquilidade e da permanência destes em sua própria comunidade, tornando vã todo o histórico de luta comunitária. Assim, esse debate toma fôlego em 1998 no Seminário de Eco-Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde. Este foi o pontapé para o desenvolvimento do turismo comunitário como garantia, afirmação e defesa do território, bem como alternativa de geração de renda e sustentabilidade para a localidade.



Foto 01 – Seminário de Eco-Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde em 1998.

Após a opção dos moradores por um turismo diferenciado, a Prainha do Canto Verde começou a desenvolver na prática a experiência de turismo comunitário, assim, após perceber resultados positivos, outras comunidades do litoral cearense, que também viviam conflitos parecidos, adquiriram a ideia deste novo modelo. E foi tão impactante para a sociedade, que em 2003 aconteceu o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), com iniciativa do Instituto Terramar e parceria do Instituto Federal de Educação (na época), IFCE (Instituto Federal do Ceará) e a UECE (Universidade Estadual do Ceará). Neste seminário tinham representações de estados brasileiros e de países Latino Americanos. Depois do primeiro evento internacional, as experiências começaram a se expandir em diversos territórios. Com isso, houve a necessidade da continuidade de um diálogo no Fórum Social Brasileiro e também no Fórum Social Mundial na Índia em 2004, o primeiro espaço a ser pautado sobre turismo comunitário. Já no ano de 2008, com o segundo SITS, reunindo 16 países, 20 estados brasileiros, diversas experiências de turismo comunitário em desenvolvimento no Brasil, por exemplo, dos estados do Ceará, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro e outros. No seminário foi apresentado a iniciativa cearense de articulação entre comunidades do estado que estavam iniciando na prática a experiência dessa nova maneira de fazer turismo, a Rede Tucum⁴.



Foto 02 – II Seminário Internacional de Turismo Sustentável em 2008.
Fonte: Site da Prainha do Canto Verde.

⁴ Rede Cearense de Turismo Comunitário.

Desde então a Prainha passou a também colaborar em outras comunidades (LAWS, 2011):

In 2008, Prainha's leadership played an important role in creating the Tucum network, a network of 12 coastal villages in the state of Ceara that joined forces to promote communitarian and sustainable tourism. The objective of this network is to strengthen and increase the visibility of communitarian tourism in the state of Ceara (Fig. 10.1). The creation of the Tucum network is an example of how communities, sometimes with competing interests, can come together in collaboration, ensuring the success of all involved. By working together and not in competition, these communities can build capacity to serve tourism better by improving infrastructure, increasing resource acquisition capacity and developing a unified marketing strategy that promotes the entire region and not isolated villages (pág. 129).



Foto 03 – Fonte: LAWS, 2011, pág.129.

A terra e a natureza são importantes para nós, e tem gente de olho

Todas nossas estratégias até então, não havia sido o suficiente para barrar a especulação e a ameaça de perder o território. Mesmo a comunidade se organizando, desenvolvendo seu modo de turismo comunitário responsável e respeitando as tradições e o meio ambiente, os olhos egoístas de quem não se importam com o comunitário, continuaram tramando contra essa autonomia da comunidade, querendo tomar o território para benefício próprio. Essa luta é desde os anos 1970:

This paradise village became threatened by land speculators in 1976. Antonio Salles Magalhaes, a land speculator, realized Prainha's immense market value and development potential for tourism after visiting the village. After Magalhaes visited the Prainha area, this once calm and peaceful village and the lives of the people in the community were changed forever. Magalhaes, with the assistance of some friends at the Land Registry Office, illegally registered 749 ha of Prainha do Canto Verde under his name and became the 'rightful' owner of the land. The land, after being laundered properly, was purchased by real estate speculator and investor, Henrique Jorge (LAWS, 2011, p. 119 e 120).

A essa altura, já não bastava só a organização comunitária. A atuação de parceiros sempre foi importante, agentes do direito, pessoas que pudessem se somar às vozes dos nativos que viam seus territórios ameaçados e com eles, toda sua existência (moradia, renda, relações sociais, relação com a paisagem, relação com os recursos naturais, modo de vida tradicional, cultura, trabalho, história, etc.).

A Prainha do Canto Verde já sofria com especulação imobiliária há décadas, onde a primeira discussão sobre esse problema se deu por conta de uma palavra geradora, ou tema gerador em uma etapa formativa para jovens e adultos com a Pedagogia Freiriana. A palavra foi terra. A partir dela, os alunos, que eram algumas lideranças comunitária, trouxeram para sala de aula a questão dos boatos de que a terra que os pais e avós sempre cuidaram teria outro dono. “- Peixe Grande!” diziam os alunos. “- E eles apareceram aí com documento de posse e tudo. Até um mapa de como será o loteamento”. Respondeu outra aluna já demonstrando desânimo pelo tamanho do problema:

Mais ou menos no começo da década de oitenta, eu e o Pilé começamos a fazer o MOBREAL. Naquele tempo, a gente estudava assim. E a professora era a Vilanir, lá do Campestre da Penha. Eu já tinha escutado o povo falar e o Til tinha andando na minha casa e tinha falado pra nós que as nossas casas iam ser umas pertinhas da outra, iam ser juntadas num canto e o resto da terra ia ser loteada. Então, depois eu vi umas pessoas loteando. Aí na escola nós estava falando sobre terra e eu contei sobre o que tinha visto, então percebemos juntos que a nossa terra ia ser loteada, pois já tinha muita gente vendendo as terras do pé do morro. Aí a professora Vilanir, disse que tinha uma irmã – a Inez- que trabalhava no MEB do Centro de Defesa e ia ver com ela se conseguia uns advogados para nos ajudar. Nós tinha na cabeça que se a gente vendesse a terra, nós não ia ter outro lugar para morar, por isso todo mundo se juntou para buscar ajuda. E também, a terra era nossa. (Dona Veinha, líder comunitária). (LIMA, 2017).

A professora naquela época, já vinha de uma formação Freiriana e a aplicava não só como método, mas também como visão e postura filosófica em suas práxis. Ela sabia que não bastava desvelar a opressão, era necessário também buscar superá-la, libertar-se dos avanços do inimigo, o especulador grileiro. Como podemos ver no prefaciamento feito pelo professor Ernani na obra de Paulo Freire, dizendo que o alfabetizando:

(...) buscará novas palavras, não para colecioná-las na memória, mas para dizer e escrever o seu mundo, o seu pensamento, para contar sua história. Pensar o mundo é julgá-lo; e a experiência dos círculos de cultura mostra que o alfabetizando, ao começar a escrever livremente, não copia palavras, mas expressa juízos. Estes, de certa maneira, tentem reproduzir o movimento de srta (sic) [sua] própria experiência; o alfabetizando, ao dar-lhes forma escrita, vai assumindo, gradualmente, a consciência de testemunha de uma história de que se sabe autor. Na medida em que se apercebe como testemunha de sua história, sua consciência se faz reflexivamente mais responsável dessa história (Professor Ernani Maria Fiori. FREIRE, 1987, pág.4).

Ela tinha um conhecido trabalhando no Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, onde buscou ajuda para a comunidade, e Dom Aluísio prontamente não só encaminhou uma equipe para Canto Verde, como ele mesmo foi várias vezes visitá-la para ouvir os nativos, e este acompanhamento fez toda diferença para que não perdessem a esperança na conquista pelo território.

Na década de 90, foi mobilizado e organizado com alguns parceiros uma viagem que sairia da Prainha do Canto Verde até o Rio Janeiro em uma jangada com alguns pescadores, como forma de protesto contra a especulação imobiliária e também a pesca predatória. No percurso os pescadores passaram por diversas dificuldades, mas também encontraram muito apoio nas localidades onde iam fazendo paradas e conversando com as pessoas. Com isso, essa grande ação que é conhecida como “Viagem SOS Sobrevivência” ocupou a manchete de um jornal no Rio de Janeiro e trouxe para a comunidade muitos reconhecimentos e conquistas.

Com o passar dos anos, as universidades passaram a acompanhar a situação da comunidade, e dezenas de pesquisas começaram a ser realizadas. E com toda resistência da comunidade, a primeira vitória chegou quando o pedido de usucapião por parte do grileiro (que se dizia dono de toda área da comunidade) foi negado no julgamento final no STJ (Superior Tribunal de Justiça em 2006 no Distrito Federal – Brasília) e a comunidade finalmente se tornava a detentora do direito de posse da terra. A notícia foi um alívio para os moradores, pois todos aguardavam ansiosos e unidos no espaço do Centro Comunitário, onde costumam se reunir para debater sobre diversos assuntos e realizar eventos.

As lideranças que estavam sempre participando de encontros estaduais e nacionais

sobre comunidades tradicionais, conheceram um modelo de Unidade de Conservação (UC), mais presente na Amazônia, que chamou bastante atenção, eram as Reservas Extrativistas, que protegiam o meio ambiente e as comunidades tradicionais que habitavam na área. A partir dessa informação, os estudos sobre UC's se afluíram entre a organização comunitária. Mas não demorou muito para compreenderem que se tornando uma Unidade de Conservação Ambiental Federal, o modo de vida, o território, a cultura e a natureza estariam protegidos da especulação, pelo menos legalmente.

Uma parceria colonizada

Um grande passo foi dado, pois depois de anos de luta a comunidade conseguiu preservar a área como os nativos almejavam. Mal sabiam que estavam por enfrentar mais uma batalha, e a pior delas, comunitários contra o comunitário. A Prainha do Canto Verde, após ser decretada uma Reserva Extrativista, descobriu que havia um grande empresário que se apresentava como dono de grande parte do território.

O empresário havia comprado “o terreno” grilado, ou pelo menos os documentos criados que afirmavam ser de posse. Concomitantemente aos encaminhamentos no judiciário, ele também tratava de cumprir o ritual de todo colonizador: conquistar para dominar e ainda, dividir para enfraquecer. As cooptações continuaram, promessas, “presentes” para que viessem no empresário um “homem de bem” e de confiança. Uma nova associação foi criada com apoio do empresário para enfraquecer a organização comunitária, e com promessa de cuidar de seus associados, principalmente juridicamente (já que desde o início havia advogados do empresário para resolver questões). Muitos dos que antes concordavam que a terra sendo da União, garantiria nossa permanência e a manutenção



Foto 04 – Conquista da Terra
Fonte: Site da Prainha do Canto Verde

do nosso modo de vida, depois passaram a criticar a RESEX e serem a “representatividade popular” das lutas jurídicas que o empresário já iniciara antes mesmo da fundação dessa nova associação. Uma ambulância foi “doada”, livros, uniformes, cestas básicas, entre outros mimos. Também já houve funcionária do empresário, autorizada pela prefeitura do município (“Parceria” Público Privada) a “acompanhar” professoras da educação infantil da comunidade. A mesma chegou a afirmar para o então coordenador, que a verdadeira função dela seria garantir que os comunitários vissem no empresário um amigo, e mesmo sem autorização dos gestores ela oferecia prêmios à alguns professores e alunos (novamente, só aqueles alheios ao movimento social).

O Turismo Comunitário como Resistência

O turismo comunitário é um dos meios que a comunidade tem para mostrar ao mundo seu modo de vida, a cultura e suas tradições sem perder a essência, além de trazer uma renda extra para os nativos, direta ou indiretamente. A Rede Tucum assim define o Turismo Comunitário em seu caderno de normas:

Os que conhecem Canto Verde visualizam facilmente as belezas naturais que são preservadas, o acolhimento presente nos gestos dos nativos, e diversas demonstrações de vida comunitária. Essas são as experiências que os visitantes querem conhecer e vivenciar, pois grandes amizades também são construídas.

A Rede Tucum mobiliza e articula essas experiências em diversas comunidades e entre elas, para que sejam também vivências, e construam forças para lutarem juntas na valorização e para a permanência em seus territórios.

Compreendemos o Turismo Comunitário como uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre as transformações no seu território, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, das estruturas e dos serviços turísticos propostos. Também na perspectiva de dialogar com princípios que orientam e fortalecem relações solidárias entre homens e mulheres construtores/as de uma sociedade comprometida com a sustentabilidade em seus aspectos políticos, culturais, ambientais e econômicos.

Assim, consideramos estratégica a construção de momentos de vivências com a comunidade, favorecendo as trocas culturais entre visitantes e populações locais em seus ambientes de vida e trabalho (REDE TUCUM, 2013).

Referências

AGRUSA, Jerome. ALBIERI, Guilherme. Community Empowered Tourism Development: A Case Study in Tourist Destination Governance: Practice, Theory and Issues Laws, Eric Et all. CABI. 2011. Pág 117 disponível em: <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/19954/1/47.pdf>

BEBERIBE. Secretaria Municipal de Educação. Termo de Convenio Org. Educacional Farias Brito. 2021. Disponível em: <https://beberibe.ce.gov.br/arquivos/convenios/48/11/TERMO%20DE%20CONVENIO%20ORG.%20EDUCACIONAL%20FARIAS%20BRITO.pdf> Acesso em: 17 mar. 2021.

CANTO VERDE, HISTÓRICO da luta da comunidade na justiça e no campo. 2010. Disponível em: <http://prainhadocantoverde.org/historico-da-luta-da-comunidade-na-justica-e-no-campo/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LIMA, Márcia Ribeiro. Memorial de Canto Verde: saber de vida e luta do Povo do Mar. 2017. 233f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28487> . Acesso em: 10/03/21.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo e participação comunitária: “Prainha do Canto Verde, a ‘canoa’ que não quebrou e a ‘fonte’ que não secou?”. 2004. Dissertação (mestrado) – EICOS Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REDE TUCUM, Cadernos de Normas da Rede Tucum - Rede Cearence de Turismo Comunitário. Rosa Martins (Org.)-Fortaleza: Instituto Terramar, 40f, 2013.

Os conflitos pela água na bacia do Tapajós

Os conflitos pela água na bacia do Tapajós¹

Silvio Roberto da SILVA²

Jefferson do NASCIMENTO³

Renato Vilela TREVISANUTTO⁴

Michel de ANDRADE⁵

Alisson OLIVEIRA⁶

Resumo

A água é o recurso natural de maior volume e importância para existência e reprodução da vida. Porém, dentro de uma sociedade de classe, acaba se transformando em mercadoria, e assim se coloca frente aos conflitos do capitalismo, que vem aumentando a cada ano. Segundo relatório do Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), no Brasil são 1.626 conflitos envolvendo 551.204 famílias, quase 3 milhões de pessoas nos últimos 16 anos.

A bacia Amazônica tem sido palco de vários conflitos no último período, e o norte do estado de Mato Grosso tem se colocado em destaque com a construção de quatro hidrelétricas no rio Teles Pires, deixando uma série de violações de direitos humanos, trabalhistas e crimes ambientais, agravando as desigualdades locais e regionais, fazendo do Teles Pires o rio mais impactado por hidrelétricas da Amazônia. Esse mesmo projeto de desenvolvimento se apresentada na bacia do Juruena com projeção de construção de 127 hidrelétricas, sendo a Usina Hidrelétrica Castanheira prevista no rio Arinos a primeira a ser construída na região noroeste do estado. Nesse sentido, o presente artigo buscará discutir a os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessas Hidroelétricas projetadas na bacia do rio Tapajós.

Palavras-chave:

Conflitos; Hidrelétricas; Violação de direitos humanos; Água; Desenvolvimento.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso, Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E-mail: silviorobertojuina@hotmail.com

³ Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Turma Frei Henri, Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E-mail: jeffersonacai@gmail.com

⁴ Graduado em Educação do Campo e Ciências da Natureza na Universidade Federal do Paraná, Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E-mail: educampojuina@gmail.com

⁵ Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso, mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso, Militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E-mail: andrade.michel2016@gmail.com

⁶ Acadêmico de Geografia da Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso. E-mail: alisson.geografia@outlook.com

Introdução

Sabe-se que a água é o recurso natural de maior volume e importância para existência e reprodução da vida. Porém, dentro de uma sociedade de classe, acaba se transformando em mercadoria, e assim se coloca frente aos conflitos do capitalismo, que vem aumentando a cada ano. Segundo relatório do Caderno de Conflitos publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), só no Brasil, são 1.626 conflitos envolvendo 551.204 famílias, quase 3 milhões de pessoas, nos últimos 16 anos, sendo que os números mais alarmantes são os do ano de 2018. A bacia Amazônica tem sido palco de vários conflitos no último período, e o norte do estado de Mato Grosso tem se colocado em destaque com a construção de vários projetos hidrelétricos no rio Teles Pires, deixando uma série de violações de direitos humanos, trabalhistas e crimes ambientais, agravando as desigualdades locais e regionais. Esse projeto de desenvolvimento tem se apresentado na bacia do rio Juruena, com projeção de construção de 127 hidrelétricas, sendo a Usina Hidrelétrica (UHE) Castanheira⁷ no rio Arinos a primeira prevista a ser construída na região noroeste do estado. Nesse sentido, o presente artigo buscará discutir os impactos socioeconômicos decorrentes das Hidroelétricas projetadas na bacia do rio Tapajós.

Principais elementos metodológicos

Enquanto método, trazemos uma discussão qualitativa pautada nos preceitos da pesquisa social abordada por Minayo (2015). Entendemos que, o Marxismo enquanto método dá suporte a análises sociais em uma perspectiva dialética que corrobora para o entendimento das relações entre as forças contrárias que se interagem em um território disputado, seja por recursos naturais e acumulação primária do capital (commodities), força de trabalho (enquanto precarização das relações). Assim, por este caminho dialético entendemos a importância do marxismo enquanto método, levando em consideração.

Traremos a análise documental e pesquisa bibliográficas (MINAYO, 2015) como ferramentas de coleta de dados, buscando documentos e textos técnicos e judiciais que abordam a problemática em questão como também autores que tem escrito sobre o tema, além de atividades a campo, tais como visitas, reuniões e assembleias com as comunidades atingidas, órgãos públicos como os Ministério Públicos (Estadual e Federal) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

Compreensão do cenário

Para dar suporte à discussão traremos alguns conceitos base sobre o entendimento do setor energético brasileiro e alguns desdobramentos que contribuiram para as análises

⁷ É importante salientar que a UHE Castanheira, UHE Bem Querer, UHE Telêmaco Borba e UHE Tabajara estão no plano do governo federal, e publicado na resolução nº 72, de 21 de ago. de 2019, sendo encaminhado à Presidência da República como interesse dentro do Programa de Parcerias de Investimentos. Documento disponível em: https://www.ppi.gov.br/html/objects/downloadblob.php?cod_blob=6571. Acesso em: 24 de set. de 2019>.

necessárias ao entendimento da proposta do artigo, assim, destacamos os trabalhos dos autores Gonçalves (2007), Mota (2017) e Witter (2017).

Gonçalves (2007) explica que há interesse no capital internacional em toda a cadeia de suprimentos no que tange ao fornecimento de equipamentos, construção civil e até mesmo na privatização da água como recurso natural – indispensável à vida de modo geral –. Ainda o autor faz uma reflexão, sobre o interesse da exploração dos recursos naturais pelo capital estrangeiro e o monopólio destes, sendo também um negócio muito lucrativo, e recortando para o hidronegócio, na venda e comercialização da energia elétrica gerada e possíveis hidrovias para escoamento da produção do agronegócio na Amazônia.

Assim, podemos entender que os interesses que estão em discussão são puramente do capital, e não a produção de energia elétrica para o consumo do povo brasileiro e “desenvolvimento” do país.

Desse modo, entendemos que o processo de construção de hidrelétricas no Brasil tem deixado um rastro de violações dos direitos humanos e destruição ambiental, aprofundando as desigualdades sociais já existentes. As comunidades após esses empreendimentos ficam desestruturadas e com sérios problemas ambientais e sociais, tanto durante o período da construção quanto após o enchimento do reservatório e operação.

Existe uma prática sistemática e reiterada na construção desses projetos, o conselho de defesa dos direitos da pessoa humana, na comissão atingidos por barragens registrou dezesseis direitos sistematicamente violados na construção de hidroelétricas em todas as regiões do país tais como:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010, p. 15).

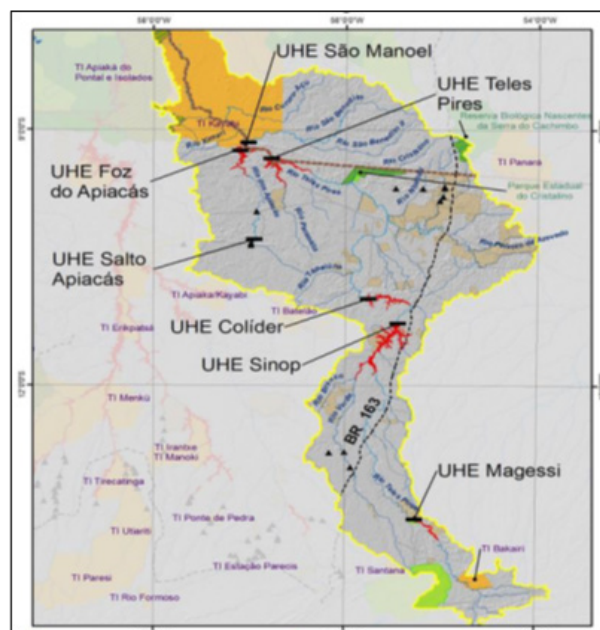
O que se evidencia ao longo de quase um século de construção de hidroelétricas no país na qual se intensificou a partir da década de 70 do século passado é o total atropelamento dos direitos básicos das pessoas e normas ambientais. Os exemplos são

muitos em todo território brasileiro e a região amazônica tem entrado nessa rota desse projeto de desenvolvimento que tem aniquilado povos e deixado comunidades desestruturadas e imensos crimes ambientais, as experiências traumáticas de Balbina e Tucuruí não serviram de lição para o repensar essa lógica predatória da região, esse processo segue em curso até os dias atuais.

Witter (2017, p. 87) nos explica que, embora conste na Constituição Federal de 1988 do Estado brasileiro, como sendo um Estado Democrático de Direito (Social), fundamentado no princípio universal da dignidade humana, “milhões de pessoas, entretanto, vivem excluídos e estão fora da esfera do suprimento de suas necessidades básicas de serem humanos”. Ainda o autor afirma que ao não cumprir sua missão constitucional o Estado se omite e está à margem de ter reconhecida a sua legitimidade de Estado Democrático de Direito Social resultando assim, vítimas violadas em seus direitos humanos vivendo ao descaso e na amargura e da falta de importância em sua situação vivencial. “O Sistema de Justiça e de Segurança não as trata como seres vivos que necessitam de cuidados para que a sua vida possa ser digna e feliz” (WITTER, 2017, p. 88).

A bacia amazônica é uma das mais impactadas pelo uso e contaminação da água, tanto pelo agronegócio, mineração e construções de barragens. O rio Teles Pires, um dos mais importantes rios de Mato Grosso, é hoje o rio mais impactado na Amazônia por projetos hidroelétricos, são quatro hidroelétricas em operação e mais duas inventariadas (figura 01), que ao longo de quase uma década tem gerado diversos conflitos socioambientais e inúmeras violações de direitos humanos aos povos indígenas, pescadores, assentados da reforma agrária, ceramistas, empresários do turismo e até mesmo médios e grandes proprietários de terra.

Figura 01 - Localização das UHEs na bacia hidrográfica do rio Tele Pires.



Fonte: Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires (ELETROBRAS, 2005)

Mota (2017, p. 82) discorre sobre os impactos das Usinas Hidrelétricas causados na bacia do rio Teles Pires, e explica que:

[...] no caso da UHE Teles Pires, entre outras irregularidades, questionou-se a concessão de uma Licença Prévia para o empreendimento, em dezembro de 2010, sem o componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) devidamente elaborado e aprovado, e sem qualquer processo de consulta livre, prévia e informada junto aos povos indígenas, apesar de graves impactos iminentes, como a destruição das corredeiras de Sete Quedas, local sagrado para os povos indígenas e de grande importância para a reprodução de peixes migratórios, essenciais para a subsistência das populações locais.

Apenas no que refere as hidrelétricas no rio Teles Pires, são 113 ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) que apontam o descumprimento e atrasos de diversas condicionantes do licenciamento ambiental. Vale lembrar que apesar da nomenclatura ambiental esses documentos abordam também os aspectos sociais e econômicos dos impactos desses empreendimentos.

Um dos casos mais emblemáticos dessas violações, é a usina hidroelétrica Sinop, de propriedade do consorcio CES Sinop Energia (Companhia Energética Sinop S/A), formada pela francesa Électricité de France (EDF) com 51% e as estatais Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) com 24,5% e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) com 24,5%, tendo seu barramento localizado no município de Cláudia e a maior parte do lago no município de Sinop. Dentre as várias violações e crimes de responsabilidade dessa empresa, o de maior visibilidade nacional e internacional ocorreu quando a empresa iniciou o enchimento do reservatório em fevereiro deste ano (2019), causando uma mortandade de 13 toneladas de peixes constatadas no quarto dia após enchimento do reservatório, essa mortandade se seguiu em outras três ocorrências nos anos seguintes passando de 40 toneladas de peixes mortos.

Esse crime ambiental de proporção imensurável deu-se devido a uma somatória de fatores, dentre os quais a não retirada por completo da vegetação do lago do reservatório, são cerca de quinze mil hectares de floresta que ficaram submersas, gerando diversos impactos, entre eles a emissão de gases causadores do efeito estufa, principalmente o gás metano, liberado pela decomposição da matéria orgânica que ficou submersa.

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, aponta o tamanho do impacto: “A UHE Sinop é prevista para ter emissões bastante altas de gases de efeito estufa, como mostrado pelo trabalho publicado por de Faria e colegas[...] A UHE Sinop foi a recordista entre todas as 18 barragens amazônicas analisadas por de Faria e colegas” (FEARNSIDE, 2019).

A supressão vegetal foi objeto de inquérito do MPE, na qual alertou o empreendedor, a SEMA e os técnicos responsáveis, dos possíveis impactos e danos irreversíveis que geraria se não retirasse por completo a vegetação. A Sinop Energia utilizou de uma modelagem matemática para dizer onde precisava ou não fazer a supressão vegetal do futuro reservatório da UHE Sinop:

Consta que dos 34.282,18 hectares de áreas inundáveis é proposta supressão em 8.644,94 hectares assim distribuídos: a) 6.836 hectares de Floresta associada ao Planalto dos Parecis; b) 1.073,64 hectares de Formações Secundárias; e c) 735,30 hectares em Formações Ripárias. Justifica apresentar proposta diminuta de supressão pelo uso da metodologia “modelagem matemática da hidrodinâmica e da qualidade da água” (Portaria N:35/2018 MPE-MT).

Com essa modelagem matemática a Sinop Energia deixa mais 25.000 mil hectares sem fazer a supressão vegetal. foi neste momento que vários pesquisadores começaram a fazer estudo sobre essa vegetação do lago e sobre a modelagem matemática proposta pela Sinop Energia para agrumentar com a SEMA para não liberação da licença de enchimento do Lago enquanto não fosse feito a supressão de vegetação do futuro lago dentre os pesquisadores o Biólogo Nelson diz:

A tomada de decisão sobre a supressão de vegetação do futuro reservatório da UHE Sinop está sendo baseada na modelagem matemática. A modelagem não pode ser utilizada para a tomada de decisão devido a vários erros encontrados nos modelos (relatório 887/2018 Ministério Público). A supressão total da vegetação é necessária para manter a qualidade da água do reservatório. Nossos apontamentos estão de acordo com a lei nº 3.824/60 – “torna obrigatória a destoca e conseqüente limpeza das bacias hidráulicas, dos açudes, represas ou lagos artificiais, construídos por empresas particulares que gozem de concessões ou de quaisquer favores concedidos pelo Poder Público”. Na lei não há menção da obrigatoriedade de usar modelos matemáticos para indicar a quantidade de vegetação a ser suprimida do futuro reservatório para Usinas Hidrelétricas (UHEs).
(RELATÓRIO TÉCNICO Nº 888/2018 MPE-MT).

Neste relatório o Biólogo traz a importância de fazer toda a supressão vegetal pois a própria lei 3.824/60 torna obrigatória a limpeza dos rios onde se formará futuros lagos, as modelagens matemáticas é um instrumento que esses empreendimentos estão utilizando para diminuir os custos do empreendimento. Philip Fearnside do INPA diz:

A decomposição de serapilheira, folhas e outro material orgânico de fácil degradação leva à diminuição do oxigênio na água, especialmente durante o enchimento do reservatório. Isto pode causar mortalidade de peixes dentro do reservatório, e o lançamento desta água pelas turbinas e vertedouros pode matar peixes a jusante da barragem. A mortalidade em Tucuruí é um exemplo (Fearnside, 2001). Houve mortalidade semelhante na UHE de Estreito, no rio Tocantins, em 2011 (Marinho, 2011a,b). Na UHE Colíder, no rio Teles Pires, houve mortalidade ao concluir o enchimento do reservatório (Fearnside, Parecer técnico para o MPE- MT 2018).

O pesquisador traz exemplos de outras hidrelétricas na Amazônia que quando deixaram a vegetação dentro do lago teve a diminuição do oxigênio da água e por consequência teve uma grande mortalidade de peixes.

Mesmo com essas argumentações dos pesquisadores e do MPE- MT a SEMA liberou no início no ano de 2019 o enchimento do reservatório da UHE Sinop, na mesma semana começou a ter mortalidade de peixes a jusante do barramento chegando a 13 toneladas somente do mês de fevereiro de 2019. Quando tinha uma equipe da Delegacia de Meio Ambiente (DEMA) no local fazendo o monitoramento, mas essa mortalidade de pois percorreu vários meses e anos depois.

Essa mortalidade de peixes Trata-se de crime anunciado, embora o empreendedor tenha sido multado em cinquenta milhões, o valor estimado pelo MPE chegava à soma de 200 milhões para retirada de toda vegetação no perímetro do reservatório, ou seja, os crimes socioambientais compensam, numa logica de custo e benefício.

As violações por parte do empreendedor não seguindo as recomendações do MPE e do licenciamento ambiental, além de impactar o delicado ecossistema dos rios amazônicos, ainda prejudicam de diversas formas, as famílias atingidas. As mesmas que moram as margens do lago já começam a sentir os impactos, como a perda do acesso as minas d'água que abasteciam as casas, animais e plantações por rodas d'água, a proliferação de mosquitos (inclusive transmissores da malária e febre amarela) e a perda de lugares de lazer as margens dos rios e córregos que alimentam a bacia do Teles Pires.

A Sinop Energia, vem descumprido diversas condicionantes do plano básico ambiental (PBA) ao longo de cinco anos da construção da UHE Sinop, a gleba Mercedes V (PA Wesley Manoel dos Santos) é a região mais impactada pela obra, são cerca de seis mil hectares de terras inundadas nesse assentamento (214 famílias atingidas). O processo de indenizações dessas famílias atingidas é um exemplo típico e marcante dos crimes

e violações dessa barragem. A perícia judicial elaborada no curso da Ação Civil Pública N:1000465-52.2018.4.01.3603 movida pelo MPF demonstra que mais de 120 milhões de reais deixaram de ser pagos as famílias atingidas dessa comunidade. Esses valores apontarão a discrepância que chega a algo próximo de R\$20.000,00 reais por hectare não pagos pela usina.

Diante dessas diversas violações de direitos, as famílias atingidas fizeram diversas mobilizações no município de Sinop com o intuito de chamar a atenção da opinião pública e exigir do empreendedor o cumprimento de seus direitos, inclusive afirmados no plano básico ambiental de tal empreendimento. A reação a tais mobilizações foi um processo de criminalização do movimento dos atingidos por barragens e suas lideranças através do instituto jurídico chamado de interdito proibitório, uma ação possessória que argumenta esbulho e turbação por parte das famílias ao escritório da empresa:

No dia 18/02/2016 a companhia energética Sinop através de seus advogados, com fundamento no art. 1.220 e seguintes do código civil e art. 920 do Código de Processo Civil, propor "INTERDITO PROIBITORRIO CUMULADO COM PEDIDO DE PENA NO CASO DE TRANSGRESSÃO AO MANDADO PROIBITORIO" em face do MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS-MAB e JEFFERSON DO NASCIMENTO, DANIEL SCHLLINDWEIN e JAIRO NARCISO DA SILVA (COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S. A., .2016, p. 1). Petição Inicial (Fls. 02 a 16) processo 864-69.2016.4.01.3603.

Uma evidente demonstração da criminalização das lideranças que não podem se aproximar do escritório da empresa e nem das suas estruturas de construção e áreas de acesso, podendo ser penalizadas com multas diárias e até prisão, ou seja afastando toda tentativa das famílias de diálogo para exigir seus direitos e uma flagrante conivência do poder judiciário com as diversas violações que o empreendedor vem cometendo e um aparelhamento do mesmo com o poder econômico.

A região do baixo Teles Pires também é palco de conflitos envolvendo a construção de barragens, nesse caso, além dos crimes ambientais, as empresas violam, sistematicamente, os direitos dos povos indígenas da região, com destaque para o povo Munduruku que a partir da construção da UHE Teles Pires teve sua saúde e modos de vida radicalmente prejudicados. Os impactos vão desde a destruição de territórios sagrados até contaminação da água de consumo e morte de espécies aquáticas da base alimentar dessas comunidades. Essas diversas violações são objeto de diversas ações civil pública movidas pelo MPF e MPE.

A bacia do Juruena, que junto com a bacia do Teles Pires, dão origem ao rio Tapajós, na região noroeste do estado, vem sendo ameaçada por diversos projetos hidrelétricos inventariados entre eles a UHE Castanheira, planejada para ser construída no Rio Arinos, próximo à cidade de Juara. No caso dessa barragem já houve duas tentativas de audiências

públicas para andamento no processo de licenciamento da mesma. Essas audiências foram canceladas por pedido de liminar concedido ao MPE, pois diversos estudos referentes aos impactos da construção dessa barragem continham erros, ou ainda não foram entregues. Podemos destacar que as prospecções (buscas) por sítios arqueológicos devem ser refeitas segundo orientações do IPHAN, pois a UHE Castanheira irá alagar territórios historicamente habitados pelos povos Apiaká, Kayabi, Munduruku, Rikbaktsa e Tapayuna. Outro impedimento é o Estudo de Componente Indígena do Estudo de impacto da ambiental e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) que ainda não foi entregue para a SEMA. O Ministério da Saúde também tem que se manifestar sobre os estudos epidemiológicos de que trata a portaria interministerial n. 60 de 2015 (sobre as doenças epidêmicas endêmicas na região, malária por exemplo).

A violência contra os povos indígenas em Juara, que ocorre desde antes da chegada do empreendimento, foi potencializada pelo anúncio da UHE Castanheira, inclusive com ameaças a lideranças indígenas (Apiaká) dentro da casa legislativa de Juara. Notícias falsas, processos especulativos e interesses políticos locais são diariamente difundidas por meios de comunicação locais prejudicando a resistência das famílias e comunidades atingidas contrárias a tal projeto.

A incerteza criada nas famílias atingidas pela UHE Castanheira sobre o futuro de sua existência, é outra das mais severas formas de violência que essas comunidades sofrem. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades Pedreira e Palmital, Linha Rodolfo Ferro e comunidade Casulo, estão apreensivos com a chegada do empreendimento. Estão deixando de investir e trabalhar em suas propriedades por medo de perderem o investimento que será feito. A sanidade mental dessas pessoas também é ameaçada já que muitas relatam que as preocupações e medos chegam a afetar as noites de sono. Sinais de depressão são notados, a tristeza causada pela ameaça a perda de sua história, território e trabalho construído.

Palavras finais

A construção e planejamento de hidrelétricas na bacia do Tapajós tem mostrado a face mais perversa do setor elétrico brasileiro deixando um rastro de violações de direitos humanos, trabalhistas e crimes ambientais que tem ficado impunes, cabendo as comunidades atingidas a denunciarem e exigirem o cumprimento da legislação através de sua organização e luta.

Colocar em debate e dar visibilidade sobre essa problemática é de fundamental importância, pois controlar esse recurso natural é estratégico para qualquer projeto de desenvolvimento, e estará cada vez mais no horizonte dos conflitos e das lutas sociais, que definirá se a água será pra saciar a sede e as necessidades fundamentais do povo ou se será pra saciar a ganância do capital e a lógica do lucro.

Referências

BRASIL. Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Tele Pires, Empresa de Pesquisa Energética. 2005.

BRASIL. Interdito Proibitório Justiça Federal de Sinop. Processo: 864-69.2016.4.01.3603.

CDDPH, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>. Acesso em 24 de ago. de 2019

CPT, Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2018. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT: Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>. Acesso em 29 de abr. de 2019.

FEARNSIDE, Philip Martin. Parecer técnico para o MPE: MT das Promotoria 15ª e 16ª de Justiça do Meio Ambiente Natural – Cuiabá 2018.

FEARNSIDE, Philip Martin. A Hidrelétrica de Sinop: 7 – Sinop como emissor de gases de efeito estufa. Site Amazônia Real, artigo publicado em 04 de jun. de 2019 às 23:32 hrs. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/hidreletrica-de-sinop-7-sinop-como-emissor-de-gases-de-efeito-estufa/>. Acesso em 24 de ago. de 2019

GONÇALVES, Dorival Junior. Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes. Tese (Doutorado) Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, EPUSP- FEA- IEE-IF/USP, Dr., PIPGE, 2007.

JUNIOR N. F. Biólogo, Relatório Técnico Nº 888/2018 MPE-MT, das Promotoria 15ª e 16ª de Justiça do Meio Ambiente Natural – Cuiabá 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MOTA, Caio. Morte e usinas no rio Teles Pires. in FDHT, Fórum Direitos Humanos e da Terra. Relatório estadual de direitos humanos e da terra 2017. Orgs. Inácio Werner, Maristela Guimarães, Teobaldo Witter, Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2017.

PORTARIA N:35/2018 MPE-MT das Promotoria 15ª e 16ª de Justiça do Meio Ambiente Natural – Cuiabá, 2018.

WITTER, Teobaldo. Estado como violador de Direitos. in FDHT, Fórum Direitos Humanos e da Terra. Relatório estadual de direitos humanos e da terra 2017. Orgs. Inácio Werner, Maristela Guimarães, Teobaldo Witter, Cuiabá: Associação Antônio Vieira, 2017.

**SÃO PEDRAS DE SURURU:
a participação de crianças e jovens
nas formas cotidianas de
resistência no Parque Nacional
dos Lençóis Maranhenses**

SÃO PEDRAS DE SURURU: a participação de crianças e jovens nas formas cotidianas de resistência no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses¹

Ana Luiza Sousa ROMEIRO²

Benedito SOUZA FILHO³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

Resumo

A área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), antes de sua criação em 1981, já abrigava famílias que historicamente vivem e trabalham em diferentes localidades, cujo modo de vida se consolidou a partir de saberes específicos originados das formas particulares de interação entre humanos e natureza. Levando em consideração as intervenções do Estado, a ação de agentes políticos e as transformações na vida social provocadas pelo incremento do turismo nessa região, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a participação de crianças e jovens nos arranjos familiares para atender as necessidades de reprodução social e material das famílias de Atins, comunidade tradicional localizada dentro dessa unidade de conservação de proteção integral. Ao considerar tais arranjos como estratégias familiares para obter renda complementar às atividades tradicionalmente realizadas, o trabalho procura entender também a agência de crianças e jovens como parte das formas cotidianas de resistência das famílias para permanecer nos seus lugares de residência e trabalho no PNLM.

Palavras-chave:

crianças e jovens; resistência cotidiana; comunidade tradicional; parque nacional.

Introdução

A criação de parques nacionais no Brasil remonta ao início do século XX e baseia-se em um modelo de conservação da natureza importado dos Estados Unidos que, desde 1872, instituiu o primeiro parque nacional do mundo, o Parque de Yellowstone.

¹ Trabalho apresentado no GT 1

“Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. A frase “são pedras de Sururu”, no começo do título desse trabalho, foi proferida por meu interlocutor João, na época com 3 anos de idade, durante uma etapa de campo, em referência às conchas de sarnambi que além de usadas na ornamentação de casas e confecção de artesanato, são utilizadas como calçamento na entrada das casas para evitar a entrada de areia. Esse comentário foi fundamental para a pesquisa por mostrar os saberes específicos que essas crianças utilizam desde tenra idade.

² Mestranda do Curso de Ciências Sociais pelo PPGCSoc - UFMA, e-mail: analuiza134@gmail.com.

³ Doutor em antropologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR). E-mail: beso45@gmail.com.

Concebidas sob a perspectiva do conservacionismo (DIEGUES, 1996; FERNANDES, 2014), tais unidades de conservação (UC) surgem em um período de intensa degradação da natureza devido ao processo de industrialização e crescimento das cidades. A criação dessas unidades de conservação visou o controle do território nacional, a proteção de porções de natureza em nome de gerações futuras, e o lazer de populações urbanas. Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2019) realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), atualizado em 01/07/2019, o Brasil possui atualmente 149 UC's de proteção integral em sua esfera federal, totalizando 501.258 Km² de área.

Criado pelo Decreto nº 86.060 (BRASIL, 1981), de 02 de junho de 1981, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁴, possui um perímetro de 270 Km e uma área de 155 mil hectares, distribuída pelos municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). “Possui como bioma e ecossistemas: Mangue, Cerrado, Restinga e Duna” (IBAMA, 2003 apud DIAS, 2017, p. 76).

Desconsiderando a anterioridade da presença de famílias dessas comunidades tradicionais, a criação do PNLM insere-se em um modelo de conservação da natureza que não admite a presença humana e que tem como fundamento a defesa de uma “natureza intocada” (DIEGUES, 1996) e do “culto ao silvestre” (ALIER, 2015). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza⁵ (SNUC), o PNLM está inserido na categoria de UC do tipo integral, tendo por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de recursos naturais” (SNUC, 2000, p. 4). Por uso indireto dos recursos o SNUC se refere àquele “[...] que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais [...]” (SNUC, 2000, p. 1).

Numa perspectiva diametralmente oposta à concepção de natureza com a qual as comunidades tradicionais residentes no PNLM operam, observamos esse modelo de proteção integral defendido pelo Estado, que se fundamenta em uma racionalidade dicotômica, ou seja, caracteriza a natureza como sendo tudo aquilo que é exterior ao humano (DESCOLA, 2011).

Essa perspectiva, ao adotar como política pública de preservação ambiental um modelo de UC orientado por uma perspectiva de contemplação da natureza, contribui para classificar como invasoras as famílias de comunidades tradicionais que historicamente ali vivem e trabalham. Essa equivocada classificação, aliada à política de gestão da unidade de conservação, gera conflitos em torno das concepções (LITTLE, 2004) dos usos dos espaços já territorializados por aquelas famílias (LITTLE, 2002). Neste caso, o próprio Estado, que deveria ser o protetor dos direitos, causa os conflitos que ali se instauram.

⁴ Órgão criado pela Lei nº 11.516 de agosto de 2007.

⁵ Criado pela Lei nº 9.985 de 1 de julho de 2000, o SNUC é o conjunto de diretrizes e procedimentos que possibilitam a criação, implantação e gestão de unidades de conservação no Brasil.

Atins: universo empírico do trabalho

O presente trabalho é desdobramento de pesquisas⁶ realizadas pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR) em 23 comunidades tradicionais⁷ na porção do PNLM correspondente ao município de Barreirinhas.

Dentre estas, localizado a 260 Km da capital maranhense São Luís, está o universo empírico da pesquisa, Atins, uma comunidade tradicional, cuja história de ocupação se relaciona com as atividades de pesca.

Por terem parte do seu território dentro dos limites do PNLM, as famílias de Atins têm como primeira interferência que modifica sua reprodução material e social, e ameaça a permanência no seu no território, as regulações impostas pelo Estado e fiscalizadas pelo ICMBio, que dizem respeito aos usos dos recursos naturais por elas manejados. Essa interferência compromete as atividades historicamente realizadas, a exemplo da pesca, mariscagem⁸ e criação de animais, além de impedir a construção de novas casas para os recém casados.

Atins está localizado na chamada “região das areias”, próximo a praias, lagoas e campo de dunas. Em razão desses atrativos naturais, têm sofrido uma segunda modalidade de interferência, a pressão dos negócios do turismo nessa região, orquestrada por empresários e incentivada pelo Estado.

Construções de pousadas, casas de veraneio, restaurantes, bares e escolas de kitsurf⁹ à beira da praia converteram-se em ações que privatizam a natureza e criam limites entre esses proprietários, visitantes e os nativos. A prática irresponsável do kitsurf, também tem implicações negativas para as famílias, porque os praticantes do esporte desrespeitam as áreas de pesca, espantando os peixes por conta do barulho que as pranchas fazem na água. Os animais criados pelas famílias são impedidos pelos empresários de circular livremente próximo às pousadas. O uso de drogas e ocorrência de assaltos também têm se tornado mais frequentes na comunidade. Por conta disso, as famílias sentem-se desprotegidas, passando a viver um clima de insegurança e temor.

Tendo esse cenário de dupla interferência, tanto do Estado quanto dos agentes econômicos envolvidos com as atividades do turismo nessa região, o problema a ser tomado para análise é entender como a participação de crianças e jovens¹⁰ nos arranjos

⁶ Pesquisas desenvolvidas pelo GERUR relacionadas com o projeto de cooperação internacional “Ação estatal de conservação da natureza e populações tradicionais no Brasil: conflitos socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses”, coordenado pelos professores doutores Maristela de Paula Andrade e Benedito Souza Filho.

⁷ No presente artigo adotaremos a categoria “comunidades tradicionais” para nos referir às unidades sociais e territoriais presentes no PNLM. Esse entendimento segue as caracterizações feitas por Cunha (2009) e Barreto Filho (2006), definidoras de um modo de vida específico a partir de formas particulares de uso dos recursos e de interação com a natureza.

⁸ A “mariscagem” é uma atividade associada à pesca artesanal que consiste na coleta de moluscos e crustáceos. Para melhor entendimento sobre essa modalidade de pesca, ver a monografia de conclusão de curso de Lícia Cristina Viana Santos “A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins” (SANTOS, 2018).

⁹ Esporte aquático que utiliza uma prancha e uma pipa que é puxada pelo vento, permitindo assim que o praticante do esporte deslize sobre a água e faça saltos.

¹⁰ Crianças e jovens aparecem aqui grifadas em itálico propositalmente. Isso porque não devem ser consideradas como pré-dadas ou naturalizadas, mas sim como produto de construções sociais (LENOIR, 1998). Como elas são centrais no trabalho, adiante dedicarei atenção à explicação do uso que aqui realizo e os fundamentos que as caracterizam.

familiares responde, por um lado, às necessidades das famílias e, por outro, contribui estrategicamente para a permanência delas em uma unidade de conservação de proteção integral.

Para dar conta desse problema, mobilizamos como metodologia a realização de observação direta e participante, confecção de desenhos com as crianças, realização de grupo focal com os jovens e realização de entrevistas semiestruturadas com os jovens e adultos de Atins ao longo de dois anos, em cinco etapas de campo.

Construindo um olhar sobre a problemática

Segundo Cohn (2005, p. 10), “[...] estudar as crianças tem sido um desafio para a antropologia. As razões são muitas, e a principal parece ser justamente a dificuldade em reconhecer na criança um objeto legítimo de estudo [...]”. A criança é apresentada como um ser incompleto, dependente, que deve ser socializado para se tornar algo, o adulto, o racional. Mas como fugir dessa “imagem em negativo” da criança?

A autora, destaca que “[...] aí está a grande contribuição que a antropologia pode dar aos estudos das crianças: a de fornecer um modelo analítico que permite entendê-las por si mesmas [...]” (COHN, 2005, p. 9).

A incorporação numa estrutura social existente e a caracterização de um indivíduo em Atins com o status de criança, jovem ou adulto não está relacionada diretamente a idade. Ocorre por meio de um conjunto de habilidades que esse indivíduo possui. Habilidades essas que são aprendidas através da observação e da experimentação numa união entre práticas lúdicas e referentes ao mundo do trabalho. Essas habilidades, por sua vez, implicam em responsabilidades distintas e correspondentes.

Algo marcante na infância das crianças de Atins é o que Sousa (2017) chamou de “trilogia da infância” em referência a infância das crianças Capuxu da Paraíba. Esse conceito diz respeito a uma articulação entre aprendizagem, ludicidade e trabalho. Segundo a autora, tais elementos se relacionam visando a inserção das crianças no modo de vida de uma determinada comunidade.

Quando uma criança de Atins disputa com os irmãos sobre quem vai conseguir capturar mais siri no mar, acrescenta o fator ludicidade ao trabalho de coletar mariscos necessários para o consumo familiar. Além de associarem ludicidade e trabalho, aprendem com os irmãos técnicas corporais necessárias para o desenvolvimento dessa atividade tradicionalmente realizada.

É relevante observar a transitoriedade de categorias sociais como crianças e jovens que dependem não só de fatores sociais, mas também de características físicas. Esse aspecto é sublinhado por Meyer Fortes (2011) ao enfatizar o ciclo de desenvolvimento biológico de integrantes de grupos domésticos. Ser jovem em Atins, diferentemente de ser criança, significa, no caso dos indivíduos do sexo masculino, poder praticar a pesca de beirada¹¹ no mar com outro colega sem necessariamente ter a supervisão familiar. Significa ter capacidade física de montar a cavalo e conhecimentos específicos necessários para se localizar em meio à murraria¹². Assim como ser considerado socialmente capaz para trabalhar em pousadas como “molhador de plantas”¹³ por exemplo.

Já no caso dos indivíduos do sexo feminino, significa poder assumir as atividades do âmbito doméstico e relacionadas ao turismo.

A participação de crianças e jovens nas formas cotidianas de resistência no PNLM em termos de uma caracterização geral, até a data de realização do último trabalho de campo, na parte de Atins localizada dentro do Parque¹⁴ identificamos a presença de 39 famílias que contabilizam um total de 155 pessoas com idades entre 0 e 98 anos, sendo 80 mulheres e 75 homens. O envolvimento das famílias com as diferentes atividades se dá de acordo com a sazonalidade (MAUSS, 2003) e os arranjos familiares.

Este último é definido de acordo com a renda da família, quantidade de membros, habilidades de cada membro e sexo.

As atividades realizadas pelas famílias em Atins ao longo do ano estão divididas em três grupos: a) Atividades tradicionalmente realizadas, atividades relacionadas ao ambiente doméstico, pesca, mariscagem, criação de animais, agricultura e cultivo de caju; b) Atividades relacionadas ao turismo: realização de passeios com turistas à cavalo, com quadriciclo ou Toyota, comercialização de alimentos e bebidas para turistas, trabalhos na construção de pousadas, chalés, casas de veraneio, bares, restaurantes para empresários do ramo do turismo da região, trabalhos como arrumadeiras, cozinheiras, babás, molhadores de plantas, garçons, atendentes e vigias nesses empreendimentos; c) Atividades relacionadas com a prestação de serviços no posto de saúde e nas escolas da comunidade: zeladoras, professoras(es), secretárias(os), diretoras(es) e merendeiras.

Mesmo possuindo um “caráter de ajuda” (SOUSA, 2017), o processo de aprendizagem dessas atividades pelas crianças e sua realização é fundamental para a continuidade do modo de vida dessas famílias. Para compreender a participação dessas

¹¹ Modalidade de pesca artesanal. Para mais informações, ver a monografia de conclusão de curso de Lícia Cristina Viana Santos “A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins, 2018.

¹² Como os moradores denominam o campo de dunas.

¹³ Modo como os moradores se referem aqueles que desempenham a função de jardineiro, ou seja, que cuidam dos jardins das pousadas. Essa atividade é predominantemente desenvolvida por jovens a partir de 15 anos do sexo masculino.

¹⁴ Apesar de ter a comunidade de Atins como universo empírico, a pesquisa foi principalmente realizada na porção dessa localidade situada dentro dos limites do PNLM.

crianças e jovens nesse processo maior de resistência cotidiana das famílias (SCOTT, 2002), se fez necessário conhecer o modo como esses atores sociais percebem, entendem e caracterizam o lugar onde vivem. Perseguindo o objetivo de deixar que as crianças nos apresentassem Atins, realizamos uma atividade de confecção de desenhos com elas e dois serão aqui apresentados juntamente com a transcrição dos diálogos em que comentavam seus desenhos.

Desenho 01 – feito por Sara (7 anos)



P – Como é teu nome?

Sara – Sara.

P – O que é isso aqui Sara? (apontando para o desenho)

Sara – Uma casa.

P – De quem é essa casa?

Sara – Hammm, minha.

P – E isso aqui?

Sara – Um arco-íris. Uma nuvenzinha.

P – E essa aqui?

Sara – Outra nuvem.

P – E isso?

Sara – Uma árvore.

P – E esse?

Sara – Um pássaro que fica voando.

P – Tu sabes o nome?

Sara – Nãoooo.

P – Quem é esse?

Sara – É um cachorro.

Maria – Parece um gato.

P – Qual é o nome dele?

Sara – Um gatinho pequeno.

P – Tu tens um gatinho pequeno?

Sara – Tenho.

P – Ele tem nome?

Sara – Nãoooo.

P – E quem são esses?

Sara – São minha família. Meu pai, minha mãe, eu, minha irmã, minha outra irmã e minha outra irmã.

José – A Janaína, né?

P – Olhaaa, muito bonito. Tens quantos anos Sara?

Sara – Tenho sete.

P – Tu moras onde?

Sara – Moro, como é que eu vou dizer? Atins.

P – Tu moras perto da praia?

Sara – Não.

José – Lá perto do garapé.

P – Tu moras perto do Igarapé? Tu gostas de tomar banho no Igarapé?

Sara – Quase todo garapé.

P – Hummm.

(Sara, 7 anos, 03 de abril de 2019).

É importante observar o tamanho dos diferentes elementos presentes no desenho. A família e os animais são representados com um tamanho bem pequeno quando comparados ao da árvore, da casa e do sol. A repetida referência às casas nos desenhos, demonstra a centralidade que representam para as crianças. A casa representa a fixação no lugar, como lugar de identidade, de permanência. É por essa razão que nesse desenho é representada em dimensões maiores, juntamente com outros elementos, com cores fortes, como forma de marcar essa distinção de importância.

Desenho 02 – feito por Sofia (7 anos)



P – Sofia o que tu desenhaste?

Sofia – Eu desenhei o Bile.

P – Quem é o Bile?

Sofia – O meu cachorro! Ele é preto e branco.

P – Ele é um dálmata?

Sofia – Humm, é.

P – O que são esses aqui.
 Sofia – Uns peixinhos.
 P – E eles estão dentro de que?
 Sofia – Da água.
 Antônia – Da água não, do poço.
 P – E isso aqui é o que?
 Sofia – Um arco-íris.
 P – E aqui é a tua casa?
 Sofia – É.
 P – E tu moras onde?
 Sofia – Pra li.
 P – Pra li? (As crianças sorriram quando ela apontou para o chão) Aqui em Atins é?
 Sofia – É.
 P – Tu tens quantos anos Sofia?
 Sofia – Sete.
 P – Tu gostas de tomar banho no Igarapé?
 Sofia – Gosto.
 P – Tá lindo, Sofia!
 (Sofia, 7 anos, 03 de abril de 2019)

Algo que chama atenção nesse desenho, e que também aparece no desenho de Sara, são os tamanhos dos elementos representados, nesse caso, o peixe e a casa aparecem ampliados, como se a pequena Sara quisesse dar destaque a ambos. É interessante observar os elementos que as crianças enfatizam. Mais do que simples desenhos de casas, animais e determinados ambientes, as crianças de Atins põem em evidência os elementos que simbolicamente representam o sentido de lugar e o seu modo de vida. Ao apresentarem suas casas, seus bichinhos de estimação, o “garapé”, como denominam o igarapé, o que pescam quando acompanham seus pais, esses pequenos agentes reforçam o significado que tais elementos representam nas suas vidas e de suas famílias.

Em Atins, as famílias contam com a participação de todos os seus membros no desenvolvimento de distintas atividades ao longo do ano, levando em consideração a Alta temporada e Baixa temporada do turismo.

Quadro 01 – Calendário do Turismo em Atins.

INVERNO					VERÃO						
Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dezembro
Ano novo	Carnaval	Empreendimentos fechados			Férias de verão na Europa						Festas de final de ano
BAIXA TEMPORADA					ALTA TEMPORADA				BAIXA TEMPORADA		

Elaborado a partir de dados da pesquisa, 2019.

No período de verão, quando os rios e lagoas ainda estão cheios no PNLM, se inicia a alta temporada do turismo. Esta vai do mês de junho até meados de setembro. Nesse período, muitos turistas chegam diariamente à comunidade. Eles buscam conhecer o “paraíso” maranhense¹⁵ propagandeado. Com isso, as famílias se organizam, realizando arranjos, de modo a garantir a liberação de alguns de seus membros para que se envolvam com distintas atividades relacionadas ao turismo.

Por conta do ritmo intenso de trabalho que essa época do ano exige, ocorre uma dispersão dos membros adultos dessas famílias nos diferentes empreendimentos voltados para o atendimento do turismo. Os adultos passam a trabalhar até 15h ininterruptas por dia, sete dias na semana e algumas mulheres ainda chegam a dormir no trabalho.

A remuneração recebida pode ser por meio de diárias, salários entre R\$ 500,00 e 800,00 e, em alguns casos, o salário mínimo é pago. No diagrama 1, podemos observar o exemplo de um arranjo familiar durante a alta temporada em Atins. Enquanto os pais, Josefa e Paulo, desenvolvem atividades relacionadas ao turismo, os filhos (Rafael, Rebeca, Cosme e Leandro) envolvem-se mais diretamente com atividades tradicionalmente realizadas e relacionadas ao ambiente doméstico.

Diagrama 01 – Exemplo de arranjo familiar na alta temporada

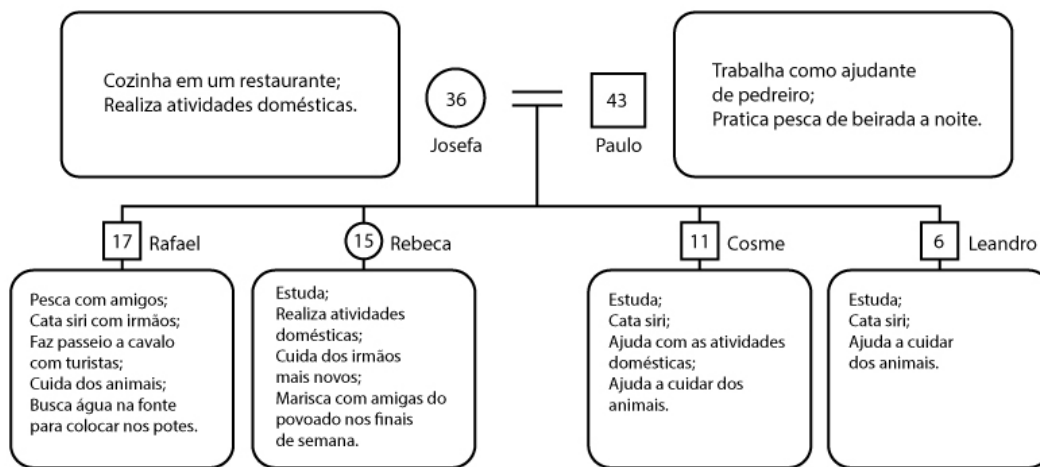


Diagrama elaborado a partir de dados de pesquisa, 2019.

¹⁵ Benedita de Cássia, outra integrante do GERUR e orientanda de doutorado do professor Benedito, desenvolve sua pesquisa tomando como objeto de análise o uso dessas imagens de paraíso para estimular o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Ela realiza uma análise crítica dessas imagens que, ao estimular uma visão contemplativa, priorizando somente a natureza, invisibiliza o modo de vida das famílias que historicamente vivem e trabalham no PNLM.

O período de estiagem, promove alterações rápidas e visíveis na paisagem. Durante a baixa temporada, o igarapé e as lagoas secam e os turistas se tornam mais escassos. A maioria dos empreendimentos voltados para atender a esse público fecha, e os arranjos familiares se modificam novamente. No diagrama 2, podemos observar como o arranjo familiar muda de acordo com a temporada. Nesse caso, mesmo sendo a mesma família, devido o retorno dos adultos para o ambiente familiar, durante a baixa temporada, a divisão social do trabalho muda. Agora, as atividades tradicionalmente realizadas e as relacionadas ao ambiente doméstico são desenvolvidas por todos os membros da família.

Diagrama 02 – Exemplo de arranjo familiar na baixa temporada

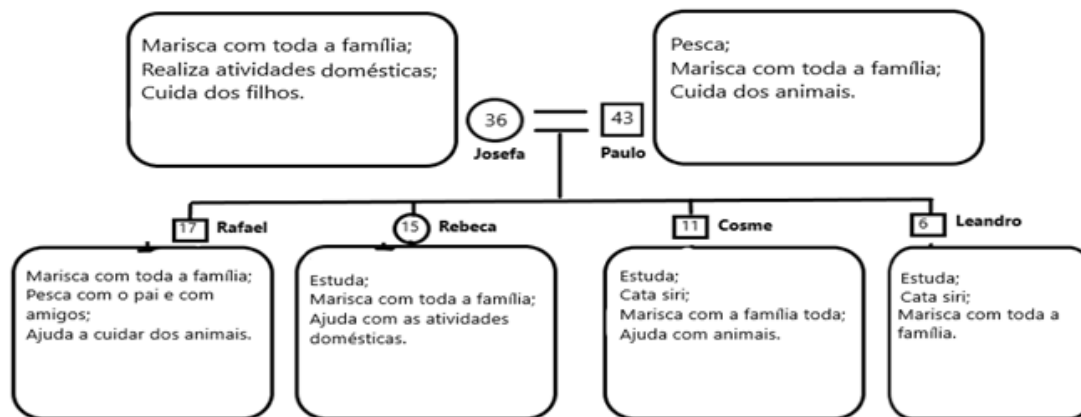


Diagrama elaborado a partir de dados de pesquisa, 2019.

James Scott, tendo por objetivo “[...] revisar algumas teorias clássicas sobre o campesinato [...]” (2002, p. 10), mostra que prevalece nessas teorias uma desqualificação das formas de resistência que são cotidianas, duradouras, com grande potencial revolucionário, “[...] as armas comuns dos grupos relativamente sem poder [...]” (SCOTT, 2002, p. 12).

Isso acontece porque há dificuldade em visualizar essas formas de resistência que possuem um caráter individualizado. São atuações anônimas e silenciosas. Em Atins, devido as interferências do Estado na prática de atividades tradicionalmente realizadas, e a intensificação do turismo na região, as famílias passaram a desenvolver atividades relacionadas ao turismo como alternativa econômica para manutenção da unidade doméstica, e também como estratégia para permanecer em uma unidade de conservação do tipo integral. Entretanto, a prática de atividades relacionadas ao turismo pelos adultos, somente é possível porque as crianças e jovens assumem maiores funções relacionadas às atividades tradicionalmente realizadas e relacionadas ao ambiente doméstico durante a alta do turismo.

Assim, as atividades desenvolvidas pelos agentes classificados como crianças e jovens são um exemplo claro de como elas são fundamentais para um movimento maior de resistência cotidiana. Mesmo que tal movimento não seja organizado politicamente, ele é necessário para dar continuidade a reprodução social dessas famílias.

Os pais, os adultos, precisam que as crianças e jovens desenvolvam atividades como mariscagem, pesca, cuidar dos irmãos menores, dividir entre si as atividades domésticas que os pais em determinados momentos não podem realizar porque estão envolvidos com atividades relacionadas com o turismo que proporcionam renda complementar que ajuda na manutenção das famílias de Atins.

A frase do pequeno João, “são pedras de sururu”, que inclusive figura no título do trabalho, é simbolicamente emblemática dessa resistência. O sururu representa a vida, um modo de vida enraizado no lugar e, ao associá-lo às pedras, complementa esse sentido de fortaleza, como algo duro e resistente. Nesse sentido, sururus e sarnambis expressam simbolicamente esse exercício diário de continuar resistindo como grupo social que tem nas atividades tradicionalmente realizadas um traço fundamental de sua existência coletiva.

Referências

ALIER, Joan Martínez. O ecologismo dos pobres: Conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.) Sociedades caboclas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP/Anna blume, 2006, p. 109-143.

BRASIL. Meio Ambiente. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. IBDF. Decreto Nº 86.060, em 02 de junho de 1981 que cria o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-300.

DESCOLA, Philippe. As duas naturezas de Lévi-Strauss. In: Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 35-51, 2011.

DIAS, Roseane Gomes. Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Annelise Caetano Fraga. “Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos Parques”. In: Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Letras, 2014, p. 39-71.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Tradução: Alcida Rita Ramos. Brasília: UnB-Departamento de Antropologia, 2011.

GERUR, Grupo de Estudos Rurais e Urbanos. Ação Estatal de Conservação da Natureza e Populações Tradicionais no Brasil: Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. São Luís, 2017.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: Patrick Champagne, Remi Lenoir & Dominique Merllié, Iniciação à prática sociológica, Petrópolis: Vozes, 1998.

LITTLE, Paul E. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2014, Indaiatuba. Anais [...]. Indaiatuba: ANPPAS, 2014. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Horizontes Antropológicos. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 2-32.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós”. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 423-502.

SANTOS, Lícia Cristina Viana Silva. A participação das mulheres na pesca artesanal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: o caso da mariscagem em Atins. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: Revista Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2002. In: Brasil. Lei nº 9.985/2000, de 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 10/02/2021.

SOUSA, Emilene Leite de. Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. Florianópolis: Ed. UFSC, 2017.

“Sonhos no chão, sementes da educação”

“Sonhos no chão, sementes da educação”¹

Lucas Barbosa BOIS²

Raquel BASTER³

Resumo

Este trabalho reflete sobre o conflito agrário e a resistência do acampamento quilombo Campo Grande, município de Campo do Meio, região sul de Minas Gerais. Em formato de documentário “Sonhos no chão, sementes da educação” apresenta uma série de depoimentos de educandos, educandas e representantes do setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a força viva comunitária que ainda resiste no acampamento um mês após o despejo violento de 14 famílias promovido pelo governo de Minas Gerais no dia 12 de agosto de 2020. Cerca de 450 famílias estão acampadas nas áreas em litígio entre o Estado, ex-usina Ariadnópolis e Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo, com o objetivo de discutir esse conflito agrário e também a tentativa de acabar com a educação do/no campo é que este documentário se fez. Concluímos que a permanência dessas famílias acampadas mostra que a luta pela terra ainda é a única alternativa capaz de promover o acesso a terra e que o Estado só age a reboque de grandes mobilizações dos trabalhadores organizados, de forma que sem o enfrentamento político nenhuma vitória será conquistada pelos trabalhadores.

Palavras-chave:

conflitos agrários; famílias acampadas; luta pela terra; educação do campo

Introdução

No dia 12 de agosto de 2020, foram despejadas 14 famílias no acampamento quilombo Campo Grande, município de Campo do Meio, em Minas Gerais. O primeiro lugar a ser destruído foi a Escola Popular Eduardo Galeano, onde crianças, adolescentes e adultos tinham a possibilidade de acessar uma educação contextualizada no campo. O curta documentário “Sonhos no chão, sementes da educação”, apresenta uma série de depoimentos de educandos, educandas e representantes do setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre essa força viva que ainda resiste no acampamento.

“Ser analfabeto é a gente ficar no escuro e uma pessoa no escuro, ela não é ninguém”. Essa frase dita no documentário por Adão Assis Reis, explica a importância do acesso à educação contextualizada para alcançar a luz do conhecimento. Aos 59 anos, ele se

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, Resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Lucas Barbosa Bois é fotógrafo e videomaker.

³ Raquel Baster é jornalista e mestre em comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

mostra pronto para voltar à sala de aula assim que a escola for reconstruída. Muitos outros trabalhadores e trabalhadoras rurais poderiam ter a chance de seu Adão, mas os dados vêm demonstrando o contrário. Um levantamento do Censo Escolar de 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica apontou que, entre 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro. A Escola Popular Eduardo Galeano entra para a estatística não só como mais uma, mas como exemplo de uma política de fechamento de escolas do campo que acontece há anos no país.

O MST chegou a lançar uma campanha de denúncia em 2011, intitulada “Fechar escola é crime”. E em 2014 foi aprovada a lei 12.960/2013 que obrigou a realização de consulta às comunidades antes do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Mas parece que não surtiu muito efeito. A própria escola Eduardo Galeano foi fechada pelo governo de Minas Gerais no início de 2019, logo após outra tentativa de despejo no assentamento quilombo Campo Grande em 2018 e reaberta pela resistência do Movimento.

Quando começou o governo de Romeu Zema (Novo) nós recebemos a triste notícia que a Escola seria fechada. E a justificativa era poucos educandos. Eram duas salas aonde chegamos a ter 75 pessoas matriculadas. E, na maioria das vezes, nós mesmos que mantivemos a escola funcionando com nossos recursos porque mesmo sendo uma escola reconhecida, não era garantida pelo Estado explica Michelle Capuchinho do setor de Formação do MST (CAPUCHINHO, 2020)⁴.

O curta documentário descreve como o despejo e a destruição da Escola impacta diretamente inúmeras famílias, sobretudo crianças e adolescentes. Isso somado a um período onde o isolamento social e medidas de proteção à saúde deveriam ser prerrogativas à gestão estadual no enfrentamento à Covid-19. O MST alega que o despejo foi feito de forma ilegal, já que o processo judicial abrangia 26 hectares inicialmente e depois, sem justificativa e transparência das informações, foi ampliada para 53 hectares no último despacho da Vara Agrária que culminou no despejo de 14 famílias. Cerca de 450 famílias permanecem na área da usina falida Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que encerrou as atividades em 1996.

Acampamento Quilombo Campo Grande

A luta pela terra no sul de Minas Gerais teve início em 1997 quando cerca de 50 famílias ocuparam as terras da antiga Fazenda Jatobá, no município de Campo do Meio. Essa ocupação, a primeira no sul de Minas Gerais, culminou na formação do Assentamento

⁴ Depoimento de Michelle Capuchinho, do setor de Educação do MST, ao documentário “Sonhos no Chão, Sementes da Educação” em outubro de 2020.

Primeiro do Sul, em 1997. Vale ressaltar que esse processo de implantação não foi longo – como na maioria dos casos –, ocorrendo em menos de um ano, pois havia interesses dos antigos proprietários da fazenda na desapropriação e destinação de suas terras para fins de reforma agrária, considerando que a área estava em processo de arrematação para saldo de dívidas dos proprietários com o Banco do Brasil (VALE; LOURENÇO; LUCAS, 2009).

As famílias que fizeram parte dessa primeira ocupação eram em sua grande maioria moradores do município de Campo do Meio – ex-trabalhadores da falida usina de cana-de-açúcar Ariandnópolis – de outros municípios do sul de Minas Gerais (São Sebastião do Paraíso, Campos Gerais e Santana da Vargem) e trabalhadores migrantes, oriundos do norte de Minas (Novo Cruzeiro, Minas Novas e Porteirinha). Vale mencionar que é comum essa migração intraregional de trabalhadores rurais do norte do estado para o Sul de Minas, em busca de trabalho temporário nas colheitas de café e corte de cana da região. Embora os salários na região sejam baixos, ainda são maiores que os pagos na região norte. Atualmente, o assentamento Primeiro do Sul abriga 45 famílias, com lotes de 15 hectares, em média, por família, de um total de 888 hectares (VALE; LOURENÇO; LUCAS, 2009).

A segunda etapa de ocupação ocorreu em 30 de março de 1998, com a participação de 150 famílias em uma área de 300 hectares, nas terras da falida usina em área contígua a da antiga Fazenda Jatobá. Essa ocupação deu início a um dos mais emblemáticos conflitos de terras de Minas Gerais. Surgia, assim, o acampamento Girassol. Às vésperas do Natal do ano de 1998, as famílias que estavam produzindo em terras onde antes havia apenas o latifúndio sofreram uma ação de despejo, efetuada de forma truculenta, com os policiais destruindo as plantações e, na impossibilidade de resistirem, as famílias perderam o que haviam plantado. Após o ocorrido, 80 famílias decidiram ir embora do acampamento por se sentirem intimidadas e ou traumatizadas pela ação repressiva.

No entanto, passados alguns meses, através de uma articulação feita entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), algumas das famílias que haviam ido embora do acampamento Girassol voltaram a Campo do Meio e ocuparam uma área de 200 hectares, formando o segundo acampamento nas áreas da ex-usina, o acampamento Vitória da Conquista. A formação desses dois acampamentos deu início a um conflito de terras que se arrasta até hoje, em uma região que não tinha um histórico de conflitos agrários. Neste último ocorrido em 2020, 14 famílias foram expulsas de suas casas e espaços de formativo e de convivência destruídos.

Atualmente o MST organiza 10 acampamentos (Fome Zero, Resistência, Betinho, Girassol, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Sidney Dias, Irmã Doroty 1, 2 e 3) dentro do perímetro da antiga Cápia. Esse espaço é chamado de Quilombo Campo Grande, um nome que relembra a luta do povo negro contra a escravidão, que no passado também se organizou e constituiu um dos maiores agrupamentos quilombolas do Brasil, nove vezes maior que o de Palmares. Sua extensão ia do Triângulo Mineiro, passando pelo Sul e Sudoeste de Minas, até as áreas do nordeste do estado de São Paulo.

Desde que ocuparam a fazenda, já sofreram vários despejos — e vivem constantemente sob a ameaça de novas reintegrações de posse. Mas o movimento resistiu

e hoje reúne cerca de 450 famílias acampadas na antiga área da usina. Cada família tem em média oito hectares de terra e a maioria não usa agrotóxicos e nem sementes transgênicas. Um orgulho dos acampados é o café orgânico Guaií. Mesmo com a nova tentativa de despejo em agosto de 2020, muitas famílias permanecem e afirmam que irão reconstruir os sonhos que foram ao chão, um deles é a Escola Eduardo Galeano.

Ficha técnica:

Curta-documentário: “Sonhos no chão, sementes da educação”

Imagens e edição: Lucas Bois

Roteiro: Raquel Baster e Lucas Bois

Duração: 22 minutos

Ano: 2020

Link para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=iT1kP7jTO0E>

Referências bibliográficas

OXFAN INTERNACIONAL; CONTAG; CUT; KOFFIE COALITIE. Café: vida, produção e trabalho, agricultores familiares e assalariados rurais. 2005. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=292>

PACHECO, Iris. Em Minas, acampamento Quilombo Campo Grande volta a ser tema de audiência. Site do Movimento Sem Terra (MST). Belo Horizonte, Minas Gerais. 11 de novembro de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/11/em-minas-acampamento-quilombo-campo-grande-volta-a-ser-tema-de-audiencia/>

VALE; A.R.; LOURENÇO, A. R.; LUCAS, K. S. Projeto de extensão “Biblioteca Popular: Resgate Histórico e Espaço de Diálogos”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9. São Paulo, 2009, pp. 1-18. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Vale_AR.pdf

Roça e roçado: redes de solidariedade

Roça e roçado: redes de solidariedade¹

Regiane de Jesus PINTO²

Resumo

O artigo descreve as relações territoriais de solidariedade, estabelecidas no sistema agrícola, em uma comunidade quilombola denominada Brasília, no município de Serrano do Maranhão, região conhecida ecologicamente como Baixada Maranhense. A situação analisada é feita a partir do trabalho de campo, considerando os saberes e práticas dos agentes sociais. Nessa construção, estão presentes as relações estabelecidas pelos agentes sociais entre si, de modo a explicitar as relações de solidariedade que estão em jogo. Tomo como referência as relações estabelecidas no sistema agrícola distinguindo categorias como roça de roçado e o sistema de pastoreio, tomando como princípio a criação de gado bovino e a criação de porcos. As categorias roça, roçado, o sistema de pastoreio (criação de gado bovino e a criação de porcos), condensam significados, que vão além da dimensão meramente econômica, na vida dessas famílias.

Palavras-chave: territorialidade; Quilombo; roça.

Introdução

O presente artigo tem como proposta, refletir sobre a construção de uma territorialidade específica, estabelecida a partir da relação dos agentes sociais com as práticas tradicionais presente em um modo de vida. São tradições que revelam dinamicamente na organização social, demonstrando a complexidade de um território. A situação empírica a ser trabalhada refere-se à comunidade conhecida como Brasília, situado em Serrano, Maranhão. Neste território os agentes sociais se posicionam como sujeitos de sua história, por meio da construção social da sua identidade.

A comunidade de Brasília é formada por 09 unidades sociais designadas localmente de povoados, intercalados por campos inundáveis, chamados campos naturais, por rios, campinas e um vegetação relativamente densa. Há caminhos estreitos, designados “picadas” que permitem os deslocamentos a pé entre um povoado e outro ou entre as roças, áreas de pastos e de extrativismo do coco babaçu, juçara, buritis e bacabais. As famílias se identificam como quilombolas, desenvolvendo as mais diversas atividades, como: pesca,

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Este artigo é resultado de um trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. A pesquisa fundamentou a dissertação de mestrado intitulada “TERRITÓRIO, PARENTESCO E PANEMA: a Irmandade de Brasília”, orientada pela professora Cynthia Carvalho Martins.

² Enfermeira (UFMA). Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia (UEMA). Especialista em enfermagem do Trabalho (Gianna Beretta), email: jannepinto@gmail.com.

caça, agricultura e pastoreio.

Considerando as representações sobre o território em que a comunidade de Brasília está inserida, as reflexões são a partir do antigo engenho São Caetano, pertencente ao seu Simplício. Essas terras foram deixadas de heranças aos seus filhos. Por tratar-se de uma “terra de herança” aqueles que permaneceram nas terras são parentes e mantem relações de solidariedade, compadrio e vínculos que implicam em respeito mútuo. A partir dos relatos e do próprio documento de doação das terras aos herdeiros do Simplício presume-se que a antiga fazenda São Caetano era produtora de mandioca. Isso porque nos documentos aparece descrita a doação da casa de forno e acessórios de lavoura de mandioca que existem nas terras de São Caetano.

Na construção da territorialidade estão presentes noções ligadas as relações de solidariedade, estabelecidas no sistema agrícola. Há categorias próprias para designar categorias como roça de roçado, já que estão presentes no dia-a-dia das práticas sociais. Presencia-se ainda uma série de normas referidas ao sistema de pastoreio, tomando como referência a criação de gado bovino e a criação de porcos, inserido em um acordo coletivo.

A roça é a principal atividade desenvolvida pelas famílias de Brasília, para subsistência famílias. Dentre os diferentes cultivares plantados, o principal é a mandioca, onde posteriormente, se transforma em farinha, o principal alimento presente na mesa dessas famílias. Sua construção envolve deferentes pessoas da unidade familiar ou de deferentes famílias. Dentre os demais elementos existentes em Brasília, existe a casa de forno, onde a mandioca em transformada em farinha.

A atividade de pastoreio está presente em Brasília, porém o homem que trabalha pastoreando o gado, é o mesmo que trabalha na roça, pesca e caça. Os gados são criados em campo natural ou campinas naturais e os porcos amarrado ou no chiqueiro. Em momentos mais difíceis dos roçados, no início das chuvas, as famílias vedem animais, como gado, como fundo de reservas. Já os porcos são mais para consumo familiar.

Portanto, a construção da roça, envolve pessoas dos demais povoados da comunidade, não estão dissociadas das atividades de criações de animais, como o pastoreio, que envolvem regras próprias, a parti de tomadas de decisões coletivas. Tais atividades são influenciadas por mudanças ecologias na região.

A noção de pertencer ao território é mais do que possuir, é vivencia-lo, tornando-se parte dele, onde, essa afirmação identitária é construída coletivamente. O sistema de ajuda mutua estabelecida pela construção das roças, se expressam e revelam dinamicamente na organização social, onde os agentes sociais se posicionam como sujeitos de sua história, por meio da construção social da sua identidade.

Estudar a compreensão de relações sociais e territoriais, possibilitam elementos para reflexões que a dimensão meramente econômica não dá conta da complexidade das relações, de um modo de vida própria tal como aquele vivenciado pelas famílias, que vão se reproduzindo e atravessando gerações.

Roça e Roçado

A agricultura de base familiar é uma das principais atividades de subsistência sendo a mandioca o principal produto cultivado. As roças são iniciadas a parti do roçado que compreende a derrubada da mata. No território de Brasília, utiliza-se a foice (instrumento de ferro, composta por uma lâmina, curva e presa a um cabo de madeira), para derrubada do mato aonde é feita a roça.

Após alguns dias da derrubada, quando o mato já estiver seco, é ateadado fogo. Posteriormente é feita a retirada da coivara (retos de madeira queimada) e após esse processo é realizado o plantio. Além da mandioca, são plantados outros cultivares, como feijão, milho, melancia, maxixe, quiabo, pepino e arroz. É necessário em média 3 capinas (limpeza da roça). A partir de um ano já pode ser feita a coleta da mandioca.

Com relação a roça de mandioca, milho e feijão plantam-se junto com a mandioca. Na maioria das vezes, se juntavam em tono de 2 pessoas para roçar no mesmo local, porque a terra fértil para mandioca (área de mata/mato alto) era pequena, porém quando era para roçar, plantar ou capinar, havia um grande contingente de pessoas, para trocar dia de serviço, isto é, trabalho com você hoje, quando eu for roçar, plantar capinar ou plantar, você trabalha comigo:

Desde quando entendo por gente, era trocando dia, eu trabalhava contigo, você trabalhava comigo, assim que era. Nós tínhamos vez de ter 20, 22 pessoas trabalhando todas juntas, para roçar, para plantar, para capinar, numa hora, só numa área. Sempre eu roçava junto. A gente roçava 2 para cá, 2 para li, porque o mato bom para mandioca era. Mais, roça de arroz a gente roçava todo tempo junto, só em uma área (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

O que parece orientar a situação que estou trabalhando é justamente o fato das terras serem “consideradas” de herança e, ao mesmo tempo, pensadas como de um grupo que, mesmo se identificando como herdeiros, vivenciam relações que poderíamos caracterizar como “comunitárias”, (WEBER, 2002)³; com pouca divisão do trabalho social (DURKHEIM, 1999)⁴ e, predominância de relações pouco formalizadas, repassadas oralmente e, mesmo assim, seguidas de modo sistemático e acatadas como relevantes para o grupo.

A roça é feita de em diferentes períodos do ano. O mato será roçado de acordo com o período climático e os cultivares a ser plantado. Na comunidade tem três tipos de roçados:

³ Sobre as relações comunitárias, Weber (2002), chama de comunidade a uma relação social, resultado de uma ligação emocional ou tradicional. A relação social de sociedade, por outro lado é o resultado de uma reconciliação e de um equilíbrio de interesse motivado por juízos racionais, quer de valores, quer de fins (WEBER, 2002, p. 70).

⁴ Com relação a divisão do trabalho social, Durkheim (1999), analisa que nas sociedades com menor divisão social, tal como as comunidades, predomina a solidariedade mecânica e, portanto, as representações coletivas são mais coesas. O contrário ocorre nas sociedades com alta divisão social do trabalho, quando as representações coletivas são mais fragmentadas, podendo gerar inclusive, um estado que ele caracteriza como de anomia relata, que há em nós duas consciências, uma que representa apenas uma personalidade individual e a outra que representa um tipo coletivo. Embora distintas, elas constituem uma só, são solidarias (p. 79). A solidariedade mecânica, resulta das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo a sociedade. A solidariedade orgânica é produzida pela divisão do trabalho, a individualidade das partes interligado ao todo (DURKHEIM, 1999, p. 109).

roça de verão, roça de tempo e feijoal. A roça de verão é roçada no mês junho/julho, para plantar em setembro, somente mandioca. A roça de tempo, é roçada no mês de setembro/outubro e planta dezembro/janeiro, vai depender das primeiras chuvas. Na roça de tempo são plantados diferentes cultivares em uma única roça: mandioca, milho, melancia, jerimum, maxixe, quiabo, melancia. Já a roça de feijoal é roçada em maio e plantada em junho, feijão:

Se roça no mês de maio para feijoal, planta junho. Para roça de verão, o roçado é em julho e planta setembro. Roça de tempo, roçado é no mês de setembro, outubro, planta dezembro, janeiro, de acordo com a chuva. A coleta da mandioca é com um ano, ano e meio (Robson, Entrevista, 30/09/2019).

Luís Magno, relata, também, sobre os períodos do ano apropriados para roçar e plantar “A roça de tempo planta janeiro. A roça de verão 6 meses estar bom. Verão tem o certo é roçar mês de junho, julho. Tem gente que planta setembro” (Luís Magno, Entrevista, 28/07/2019).

Quadro 01 – Tipos de roças, meses e cultivares

Tipo de Roça	Mês de Roçado	Mês de plantio	Cultivares	Período de colheita
Verão	Junho/julho	Setembro	Mandioca	A partir de 1 ano
Roça de tempo	Setembro	Dezembro/janeiro	Mandioca Milho Hortaliças	A partir de 1 ano – mandioca Média 3 meses – milho e hortaliças
Feijoal	Maio	Junho	Feijão	3 meses

Fonte: Regiane, 2018.

As influencias ecologias, interferem no modo de vida da comunidade, por exemplo, na estação seca é tempo de roçar, na chuvosa é plantar, atentando para o ciclo, porque em determinados ciclos não se pode plantar, a plantação não prospera. Em um estudo sobre com Nuer, Pritchard (2007) relata que o espaço ecológico é mais do que a mera distância física, embora seja afetada por ela, pois também é calculada por meio do caráter da região que se situa dos grupos locais e por meio da relação dessa região com as exigências biológicas de seus membros (PRICHTARD, 2007, p. 122).

Durante os diferentes momentos a campo, pode ser observado os diferentes processos de evolução da roça, desde o roçado, a mandioca brotando e a roça já quase pronta para a colheita. No mês de novembro tinha mato roçado, em dezembro de 2018, os pequenos brotos de mandiocas já brotando. Já no mês de julho de 2019 os pés de mandiocas encontravam-se viçosas, a pouco meses para a coleta.

Roça e rede solidariedade

A roça é a principal atividade desenvolvidas pelas famílias quilombolas de Brasília, como se auto identificam. Porém, caça, pesca, roça e pastoreio, fazem partes de suas atividades. Almeida (2008), traz que na diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária (ALMEIDA, 2008, p. 37).

A construção da roça por meio da ajuda mútua envolve pessoas de diferentes unidades familiares, do mesmo ou de outros povoados. Luís Magno que mora no povoada Brasília, informou que roça com diferentes pessoas, nos diferentes povoados da comunidade de Brasília “Estar marcado para mim roçar com Rodrigo, também vou roçar um pedacinho para mim, aqui mesmo na Brasília. Ele vai roçar com migo e depois eu roço com ele. Eu roço com os meninos daqui, trocando dia, com Mocinho” Luís Magno, Entrevista, 28/07/2019).

Em entrevista, Seu Zé de João discorreu sobre a produção de arroz, que era grande. Hoje na comunidade não há mais produção arroz, porém, as roças de mandioca, milho e feijão, continuam, com o sistema de troca de dia de serviço, com a autonomia da unidade familiar, na decisão do que produzir:

Antigamente na comunidade de Brasília, já foi cultivado muito arroz. Nos roçava todos juntos, em uma região apropriada, alagada. Juntavam-se em torno de 20 a 22, embora fosse delimitado o cultivo de cada um. No período da colheita vinham gentes de diversas partes da região, até de outros municípios para o corte do arroz. Corte 3/1 – quem cortava três côfos de arroz, tinha direito a 1” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Tal como no trabalho clássico da antropologia intitulado “Sistemas Políticos Africanos”, organizado por Fortes e Pritchard (1940), as relações de parentesco orientam a construção do território na situação tomada para análise, a saber o território de Brasília. Por tratar-se de uma “terra de herança” aqueles que permaneceram nas terras são parentes e mantem relações de solidariedade, compadrio e vínculos que implicam em respeito mútuo. A organização social inclui o compartilhar de regras no uso das áreas de cultivo, extrativismo e pesca, assim como uma relação entre os povoados que compõe o território.

As famílias de Brasília se organizam na denominada comunidade de Brasília, que constituía seu padrão independente, com regras próprias, que são respeitadas pelos indivíduos inseridos naquele contexto, possuíam relações econômicas próprias, para além da organização do Estado. Em uma pesquisa realizada em 1948 por Eduardo Galvão, numa pequena comunidade do Baixo Amazonas, a categoria “comunidade” é usada “definindo a unidade territorial, socioeconômicas e religiosas” (GALVÃO, 1955, p. 12).

Essas relações ditas comunitárias implicam em relações baseadas em regras próprias, elaboradas pelos próprios agentes sociais e que se distinguem, portanto daqueles

presentes nas relações formais, seja as mercantis ou aquelas vinculadas a uma noção stricto sensu de propriedade privada.

As roças, as cercas e a criação de animais

As roças são cercadas para evitar a entrada de bovinos e a conseqüente destruição dessas unidades de produção. O acordo das famílias em relação ao cercamento das roças e à criação de animais, principalmente o gado bovino e os porcos ocorrem por meio de relações de confiança. A disposição ou não das cercas pode ser interpretada como uma relação social estabelecida via relações comunitárias, se considerarmos o pensamento Weberiano, pois não há formalidades e nem documentos escritos sobre tais procedimentos, seguidos de maneira sistemática pelas famílias.

As cercas utilizadas nas denominadas roças não são apropriadas para impedir a invasão por porcos. Uma das regras na comunidade é a proibição da criação de porcos à solta. Para que o porco circule livremente, é necessário que ele utilize arganel. Arganel, consiste em um pedaço de arame, pequeno e fino, que coloca-se no focinho do porco, evitando assim que ele venha destruir as roças e também as nascentes dos igarapés. Esses são mecanismos de controle do uso dos recursos naturais elaborados pelas famílias e acatados de modo coletivo.

Na comunidade, as criações de porcos estão presentes em quase toda unidade familiar. No quintal das residências geralmente tem um chiqueiro, curral de madeira onde são recolhidos os porcos. As criações dos porcos são tanto para fins alimentícios, quanto para venda, para ajudar em outras despesas familiares.

A garantia no uso dos recursos não prescinde da existência de saberes como aquele relativo à feitura do denominado arganel e das próprias cercas. Os chiqueiros e os aganeis são feitos pela unidade familiar.

No território, também é notável a criação de gado. Na comunidade a criação de gado é mais tímida. É um número bem pequeno de famílias que criam gado. Estas criações são nas campinas e campos naturais. No período das chuvas intensa, em que o campo enche, o gado é retirado do campo, a boiada é pastoreada das campinas naturais. Como há mato entre as campinas, cada boiada fica em uma determinada área, porém essas campinas também são de uso coletivo da comunidade. Neste sentido, Almeida (2008, p. 156), relata:

Os chamados “pastos comuns” ou “campos” da Ilha de Marajó, assim como os campos naturais da Baixada Maranhense guardam maior proximidade com as regras da pecuária extensiva do sertão nordestino. Aí também o ato de apartar ou separar o gado criado solto para ser entregue aos seus respectivos donos acontece antes da internada e recebe igualmente a denominação de apartação. Prevalcem nestas regiões expressões como “fundo de pasto”, áreas comuns mais afastadas dos locais onde se erguem as sedes das fazendas, ou “terras soltas”, isto é que não conhecem cercamentos, ou “campos” ou “pastos comuns” ou “abertos.

As terras de uso comum não devem ser cercadas, todos podem usar os pastos comuns, como menciona Almeida, “o acesso à terra não estaria condicionado ao título de propriedade e há casos em que mesmo os que aforam “terras” para cultivo mantém reses nestes chamados “pastos comuns” (ALMEIDA, 2008, p. 157). Porém os animais devem ser pastoreados, para evitar que o rebanho entra nas plantações, caso isso aconteça, o responsável pelo rebanho paga o prejuízo estabelecido pelo dono da plantação.

Se não houver essa transição dos animais do campo para a campina, no período das intensas chuvas, irá para a terra firme e começa a entrar nas roças. O gado que estiver nas campinas, também pode andar aleatoriamente e também ir para as roças, pelo fato das campinas ficarem próximas das residências ou das matas ideais para roçados:

Em setembro, outubro, eu levo o gado para o campo, quando o campo começa a secar. Só tiro com o campo cheio. Eu trago para campina. No campo ou na campina, eu fico pastoreando, que é para o gado não se espalhar e sair andando atoa. Final de tarde eu vou, reúno o gado, faço uma fumaça para eles. Se tiver faltando algum, vou procurar, as vezes está atolado na lama, andando pelo campo ou embrenhado no mato.” (Robson, Entrevista, 30/07/2010).

As cercas das roças são feitas com arame e coivaras. As coivaras são restos da madeira queimada do roçado. Geralmente são os homens que constroem as cercas, porém os outros membros familiares podem participar dessa construção.

Além do campo e campinas naturais, algumas famílias possuem pequenos pastos nos quintais ou em frente das residências. Esses pequenos pastos são denominados pelas pessoas do território, de capinzal construído tanto pela unidade familiar, quanto pelo sistema de ajuda mutua. Geralmente é roçado o terreno, plantado a mandioca, após a colheita da mandioca, planta o capim. O pasto destes capinzais, são para os cavalos, burros e gado que necessita de engordar.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou compreender os modos de viver coletivos fundamentados nas relações da construção da roça, que envolve também o pastoreio. Práticas que podem ser classificadas como comunitárias no sentido de serem marcadas por relações sociais específicas que não dispensam a solidariedade. Concentrei a pesquisa na realização de trabalho de campo e de entrevistas.

As relações estabelecidas pelo sistema agrícola, que a dimensão meramente econômica não dá conta de sua complexidade, inseparável da experiência prática. Aroçagem do terreno, o plantio dos cultivares e a limpeza das plantações, tem um papel fundamental na vida dessas famílias, que possuem um modo próprio de vida. São atividades executadas através de ajuda mutua e orientada por regras sociais próprias, presente no dia no dia-dia.

Estudar a construção da roça, implica compreender a territorialidade, dentro desse

sistema de relações, distinguindo das relações mais formais ou padronizadas. Ao contrário, procuramos demonstrar o caráter social de tais práticas considerando as relações sociais em jogo. O território é um universo de relações sociais e políticas, valores e memórias que constituem uma unidade de luta.

Referências

ALMEIDA. **Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGCSAUFAM, 2008.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho.** Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FORTES, Meyer; PRITCHARD, E. Evans. **Sistema Políticos Africanos.** Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1940.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens:** um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. Companhia Editorial Nacional. São Paulo. 1955.

PRITCHARD, Evan Evans. **Os Nuer:** uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2007.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia.** Brasília: Editor Centauro, 2002.

O papel do transporte coletivo frente as comunidades quilombolas do município de Santarém - PA

O papel do transporte coletivo frente as comunidades quilombolas do município de Santarém - PA¹

Gabriel Augusto Nogueira DOS SANTOS²

Resumo

O entendimento do transporte e suas relações com as comunidades rurais e quilombolas, ainda são considerados assuntos de discussão recente, principalmente por suas particularidades e diferentes relações vigentes. Nota-se que a dinâmica do serviço é diferenciada, desde a sua organização empresarial ou social, quanto aos seus interesses, atrelados a uma rede específica, vinculada a trabalhos acessórios ou complementares por parte dos agentes envolvidos ou vinculada a relações empresariais urbanas. A pesquisa, de cunho qualitativo e vinculado a práticas de campo, tem como objetivo, entender da necessidade e a importância do serviço de transporte nas comunidades analisadas do município de Santarém – PA, a partir das questões de inclusão e direito social. Com isso, o entendimento do ir e vir se torna diferenciado, pois abrange a necessidade de acesso aos serviços urbanos, mas também de inclusão desses agentes no cotidiano da economia e seus circuitos, o que impacta nas relações com o espaço e a necessidade de compreensão das populações como elementos essenciais, sem o silenciamento e marginalização por parte dos grandes elementos vinculados a economia capitalista.

Palavras-chave:

transporte; economia; relações sociais; Santarém; comunidades quilombolas

Introdução

Transporte como direito social? O ir e vir deve ser apenas ao urbano? As perguntas que norteiam esse artigo estão atreladas aos seguintes fatores: como diminuir as distâncias do campo com a cidade e torna-los inseridos em todo processo econômico e social, apesar das inúmeras desigualdades presentes e diferentes conjunturas entre às duas áreas em um determinado espaço.

Atualmente, as populações quilombolas e seus remanescentes, tem ganhado vozes em relação à manutenção e a resistência das suas tradições. Diante de cenários de políticas capitalistas e econômicas que tornam essas populações agentes “invisíveis” e uma ameaça a esses interesses, é importante destacar todos os movimentos sociais e também políticos de inserção desses agentes frente as políticas de ameaça e silenciamento existentes ao longo da história, conforme analisam Valentim (2008), Amaral (2008), Barbosa (2013) e Sarmiento (2019).

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestrando em Geografia, Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas e graduando em Tecnologia em Logística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Nesse sentido, podemos destacar a inserção e inclusão nos diversos circuitos, desde o cultural, ao econômico, atrelados aos seus modos de vida e manutenção das tradições. Na Amazônia, esses elementos se tornam cada vez mais necessários serem discutidos, principalmente vinculado a expansão do capitalismo estrangeiro na região, mas também pensados a partir das políticas nacional-desenvolvimentistas e neo-desenvolvimentistas, onde o estado influencia as transformações no território.

O transporte é inserido como um elo essencial aos fluxos e fixos da economia capitalista, sobretudo influenciando nas modificações e transformações do espaço urbano e rural, tanto em aspecto material, quanto imaterial, nos processos de forma, função e seus significados perante ao espaço.

O artigo em questão, é oriundo em partes da dissertação de mestrado intitulada “Entre idas e vindas: dinâmicas do transporte coletivo na Região Metropolitana ou Área Metropolitana de Santarém – PA”, iniciado em 2020 e com previsão de término em 2022, atualmente financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

A pesquisa e o artigo visam analisar as conjunturas do transporte de passageiros em âmbito urbano e rural, tomando como partida, as redes, fluxos e as necessidades dos usuários. A pesquisa tem um cunho de uma metodologia qualitativa, a partir das práticas de campo e uma revisão bibliográfica sobre a área de estudo e a temática de transporte.

Um breve contexto das comunidades em questão

A área de estudo em questão, é localizada na Rodovia PA-370, denominada de Santarém x UHE Curuá-Una, na região denominada de Planalto Santareno, que engloba a Serra do Diamantino e as denominações de relevo intituladas Planalto de Santarém-Belterra. Sá et al. (2006) e Trindade (2015), destaca os diversos locais de produção do município de Santarém, onde as áreas quilombolas não são inseridas. Nesse caso, destacamos as comunidades próximas como Cristo Rei, Jacamim, Perema e Estrada Nova como integrantes da Região Produtiva da Curuá-Una I, esta integrante até o KM-27 da rodovia estadual, a principal via de acesso as comunidades quilombolas que fazem parte desse estudo e integrantes a esta dinâmica com as demais, conforme visto abaixo.

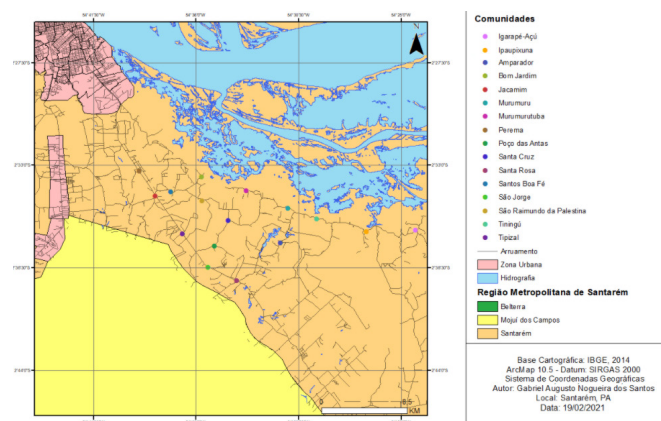


Figura 01 – Localização das comunidades e áreas próximas
Elaborado por: Autor, 2021.

A primeira comunidade, é denominada de Bom Jardim e contém 42 famílias, conforme a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2015). Valentim (2008) e Sarmiento (2019) destacam a construção e consolidação dessa região a partir da doação pelos proprietários, a época, dono de produção de cacau, sendo repartida entre os herdeiros depois da morte dos mesmos, em 1876 e hoje, habitada pelos descendentes da primeira doação de terras na região.

A segunda comunidade, denominada de Murumurutuba, é habitada por 46 famílias, conforme destaca o CPISP (2015) e tem como origem, a habitação de ex-escravos vindos dos antigos quilombos da região do Ituqui, Saracura e até mesmo, do Bom Jardim, conforme relata Sarmiento (2019). Alguns escritos, destacam que essa região é oriunda da divisão de terras do antigo sítio Bom Jardim, ainda por volta da segunda metade do século XIX.

A terceira área em destaque, é a região do Murumuru, que contém 116 famílias (CPISP, 2017) e tem como história, a fuga de cinco famílias de uma fazenda localizada na região da Tapera Velha (Rio Amazonas) e foi se consolidando com a chegada de marginalizados socialmente, descendentes de índios e migrantes oriundos do polígono da seca, conforme descreve Sarmiento (2019).

A quarta comunidade, denominada de Tinguu, contém 90 famílias e tem sua origem por volta de 1844, conforme destacado por Almeida (2009). A história do surgimento foi a partir da fuga de escravos da região da Tapeirinha, distante 20 quilômetros de onde é localizada a comunidade. Nesse sentido, é importante enfatizar seu reconhecimento como comunidade quilombola a partir do ano de 2018 pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apesar da redução em sua área devido às questões de populações indígenas que também reivindicam posses na região

É importante destacar na região, a questão dos conflitos relacionados a relação das populações tradicionais com os não-quilombolas. Nesse sentido, destaca a construção do Terminal Portuário de Santarém na região do Lago do Maicá, afetando tanto as comunidades rurais, quanto os bairros urbanos do Maicá, estes já reconhecidos nos anos 2000. Santos e Martins (2018) analisam essa questão do terminal portuário, vinculado a uma questão de necropolítica e também, do papel de uma colonialidade vigente que exclui esses grupos, considerados “atrasados”.

Amaral (2009) já analisava esse conflito dos quilombolas com os proprietários de terra na região, sobretudo em relação a obras que poderiam beneficiar e melhorar o acesso às comunidades. Disso, os inúmeros conflitos que incluíam até ameaças a moradores, se tornaram permanentes e tornaram o papel das associações comunitárias cada vez mais importantes, tanto em relação ao reconhecimento como área de remanescentes e sua demarcação, o que contribuiria para uma seguridade em relação à moradia e até mesmo, os impactos ambientais vigentes.

Em outras conjunturas, é importante destacar também a expansão do Agronegócio, onde Barbosa (2013) destaca os impactos ambientais frente as comunidades, como a erosão em terras desmatadas e a poluição da região com o uso de agrotóxicos em larga escala.

Apesar de todo esse contexto, a região que engloba as comunidades é área de interesse social desde 2013, o que necessita de maior debate e protocolos de consulta que possam abranger essas populações, sobretudo em relação aos impactos futuros dos grandes empreendimentos, que impactam o ir e vir e a economia local.

Atividades e relações sociais desenvolvidas nas comunidades

Em primeiro momento, é importante destacar todo o contexto de produção, relações sociais e econômicas presentes nas comunidades. Amaral (2009) destaca nas comunidades, a agricultura familiar de subsistência e o plantio de pequenas roças, como Maxixe, Milho, Mandioca para preparo da farinha e Melancia. Entretanto, em algumas áreas, existem plantações de Café e Feijão, onde dependendo da safra, são vendidas para os comércios na cidade de Santarém.

Sarmiento (2019), Salgado e Figueira (2020) e Sauré (2020), destacam também como atividades econômicas na região, o Extrativismo Vegetal, a partir da colheita de Açaí, Buriti, Coco, Curuá, Cupuaçu, Murici e Pupunha. Além disso, destacamos a criação de animais como gado bovino e galinhas, em porte pequeno, neste caso vinculado a subsistência e a pesca, tendo como principais espécies, o Curimatá, Pirarucu e Tucunaré, ambos oriundos da região do Lago do Maicá, próximo as comunidades.

No contexto social, há uma relação de parentesco e descendência ou até mesmo, afinidade em ambas as comunidades. Nesse sentido, é importante destacar o processo de manutenção das tradições culturais e saberes, conforme destaca Valentim (2008), Amaral (2009) e Sarmiento (2019). Esses autores trazem em seus escritos, as práticas manuais de colheita e plantação oriundas dos antepassados, muitos de formas consideradas simplórias, mas que são o hábito do cotidiano dos moradores, a partir de uma rede quilombola de aspectos solidários e trocas comerciais dos produtos coletados e cultivados na região.

É importante destacar essas relações sociais no âmbito cultural, desde a manutenção das atividades e dos festivais existentes, como o Festival do Açaí e do Cupuaçu, além das práticas esportivas que abrangem as comunidades. Em outro aspecto, a atuação da medicina tradicional e das práticas de danças são de suma importância para a manutenção do elo cultural e social, o que podemos perceber alguns traços das relações camponesas existentes, desde o mutirão de atividades as forças de trabalho familiar, conforme destacam Valentim (2008) e Nascimento (2016).

A partir desse sentido, é importante analisar as conjunturas econômicas da comunidade, atreladas as relações sociais. Nota-se que a importância da terra, além da moradia, se estabelece como um vínculo identitário e de sobrevivência, mesmo diante dos cenários vinculados aos novos interesses do capital e a necessidade dos respeitos aos direitos sociais.

Acesso e inserção nos circuitos da cidade: a importância do transporte como direito social e a construção do serviço nas comunidades

Percebe-se em muitos aspectos, a forte vinculação com a terra. Entretanto, o acesso

aos serviços se encontra em desvantagem, sobretudo relacionado a educação, onde tem a oferta até o Ensino Fundamental II, o que necessita de um deslocamento para outras comunidades ou até mesmo, a área urbana de Santarém, conforme destacam Valentim (2008) e Sarmiento (2019). Além disso, os serviços de saúde muita das vezes são escassos, o que demanda uma viagem a comunidades próximas, conforme visto abaixo.



Figura 02 – Ônibus com destino a Rodovia Santarém x Curuá-Una
Fotografia por: Gabriel Santos

O serviço de transporte é uma das características essenciais ao vetor de desenvolvimento de uma área urbana. Além da importância e estabelecido como direito social, é importante destacar os inúmeros papéis, desde uma conjuntura de ir e vir para o trabalho, ele poderá responder por outras características, incluindo o escoamento da produção e do acesso aos serviços básicos, o que será descrito aqui.

Como já percebemos, as comunidades apesar de um contexto vinculado a Agricultura Familiar e de subsistência, muitas das vezes destinam o excedente da produção a área urbana. Destina-se principalmente, a Feira da Cohab, localizada na Rodovia Santarém x Curuá-Una e com funcionamento as sextas e sábados, o Mercadão 2000 e a Feira da Candilha, sendo estas últimas, na área central e com funcionamento de domingo a domingo. Em simultâneo, realizam compras de mantimentos para as suas áreas, como produtos de revenda aos pequenos comércios e até itens de manutenção para suas propriedades.

Trindade (2015) analisa que além do processo de revenda nas principais feiras da cidade, alguns produtos das comunidades existentes na região de Santarém fazem parte de um circuito regional de produtos e economia. Nesse sentido, o alcance da produção não se restringe somente a Santarém, mas a alguns municípios da região do Baixo Amazonas, inclusive chegando a capital do Amazonas, Manaus, o que demonstra uma rede de fluxos e fixos bem diferenciada.

Em relação ao processo de transporte e escoamento, as rotas tem como destino a área central de Santarém, onde as mesmas realizam viagens entre os horários de 05h45 da manhã e a última viagem de retorno para as comunidades ocorrem entre os horários de 17h até as 19h. Foram realizadas trabalho de campo nas principais vias de Santarém e na

Rodovia Curuá-Uma entre os dias 28 a 31 de outubro de 2020, onde pode ser constatado a realidade e a oferta do serviço de transporte para as comunidades.

Atualmente são ofertadas 04 (quatro) itinerários de ônibus com destino as comunidades e com particularidades em suas operações, principalmente devido à precariedade das autorizações concedidas por parte da Prefeitura de Santarém, conforme visto abaixo.

ITINERÁRIO	COMUNIDADES	EMPRESA	TARIFA
Santos da Boa Fé	Jacamim, Bom Jardim	Trans Assis	R\$ 3,00
Murumurutuba	Jacamim	Trans Bonfim	R\$ 3,60
Igarapé-Açú	Santa Rosa, Murumuru, Tingu	Viação Machado	R\$ 10,80
Tingu	Santa Rosa, Murumuru,	Permissionário Individual	Valor desconhecido

Quadro 01 – Linhas operantes e valores das passagens

Elaborado: Santos (2021), com base em dados da Prefeitura de Santarém e Trabalho de Campo.

Percebe-se a presença de duas empresas de porte pequeno e dois permissionários individuais. Em primeiro momento, ressaltar a presença da empresa Trans Assis e Trans Bonfim, empresas de pequeno porte e com apenas uma linha cada, onde no âmbito de transporte podemos destacar como unidade empresarial artesanal, apesar de traços vinculados a operadores individuais. Essa definição, é proposta por Henry (1999), devido ao pouco quantitativo de frota e aspectos simplórios de administração e organização da mesma frente a concessão, mas com um salto em relação ao quantitativo de frota e a contratação de trabalhadores assalariados, conforme visto na figura abaixo.



Figura 03 – Trans Bonfim e Trans Assis nas suas operações
Fotografia por: Acervo de Alessandro Silva e Gabriel Santos

Apesar de uma operação simplória, o funcionamento dessas linhas contém origem e destino na própria comunidade e estão organizadas nos seguintes horários: pela manhã, de 06 as 11h30 e a tarde, operante entre os horários de 14h30 até as 18h30, quando o último carro chega a comunidade e realiza o retorno para a sede da empresa, para posterior prestação de contas. Ambas as linhas, que surgiram com pouco tempo, a partir de 2015, tiveram diversos processos de transição de empresas, devido a sua quilometragem e pouco interesse das grandes operadoras do município em manter, como a CC Souza Transportes que operava as rotas até meados de 2018 e a Viação Monte Cristo, primeira operadora da linha do Murumurutuba em meados de 2017.

Em relação ao Igarapé-Açú, a operação é comandada pela Viação Machado, cuja atuação se dá exclusivamente em linhas rurais e intermunicipais. Nesse sentido, como unidade empresarial, podemos destacar a mesma como uma empresa de caráter tradicional, onde Henry (1999) destaca uma reprodução ampliada do capital e a expansão da área de atuação, sobretudo em cidades próximas.

Neste caso, é importante destacar a atuação da empresa na linha intermunicipal com destino a Belterra e diversas linhas na área urbana e rural. Apesar da queda em relação a sua área de atuação, com a venda de parte de espólios e itinerários, a consolidação ainda é presente nas áreas da Rodovia Curuá-Una. No caso do itinerário em questão, Figueira e Salgado (2020) analisam os diferentes traços da paisagem, desde a relação com a natureza e a dificuldade no trajeto da linha, principalmente pela presença de estrada de chão, o que traz um desafio ao itinerário.

Em pesquisa de campo, foi notado que a origem da linha está na área central de Santarém, neste caso, a Feira da Candilha, de onde o ônibus sai de um ponto de ônibus localizado na área. No trabalho de campo percebe-se que as viagens são realizadas em um período da manhã, mas há saídas na hora do almoço, neste caso, com cargas dos moradores e com as últimas saídas para as comunidades nos horários de 17h até 18h.

Diferente dessa conjuntura de relação com a prefeitura, o operador individual da linha do Tingu, pode ser caracterizado como um operador individual, ao mesmo tempo que realiza a atividade, é também o dono do carro. A operação do mesmo é realizada nos dias de segunda, quarta e sexta, com chegada na cidade entre os horários de 08 as 09 da manhã e retorno a comunidade até as 14h, conforme visto abaixo.



Figura 04 – Viação Machado e Operador Individual nas linhas pra Igarapé-Açú e Tingu
Fotografia por: Gabriel Santos

É importante compreender a dinâmica do transporte coletivo nas comunidades, atreladas a questão econômica e social. Nesse sentido, a operação tem um caráter puramente essencial as demandas de serviços básicos e influenciando na economia urbana, a partir do escoamento da produção existente. Enquanto o transporte exerce o direito de ir e vir, ele acompanha a inserção dos produtores na inserção dos circuitos da economia urbana, onde podemos ver uma configuração própria no funcionamento do transporte, conforme apresentado abaixo.

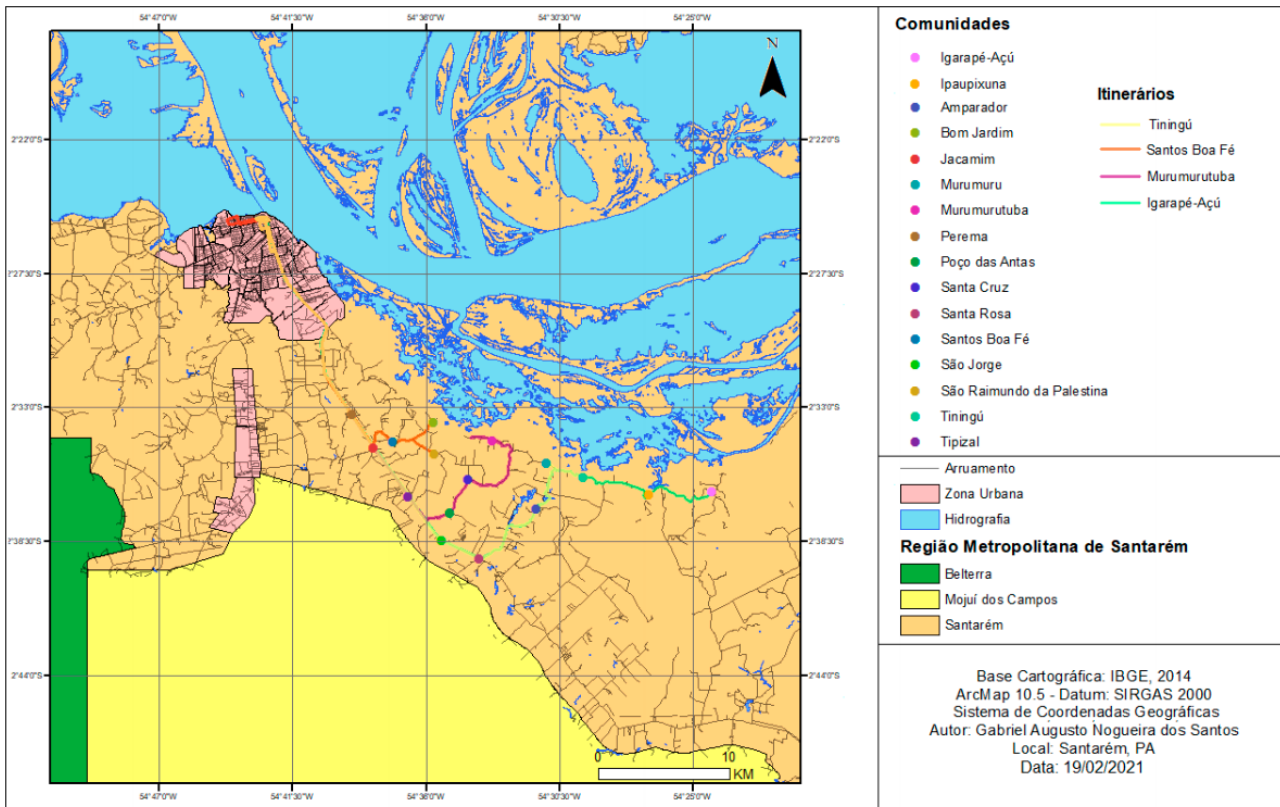


Figura 05 – Configuração das linhas existentes nas comunidades
 Elaborado por: Autor, 2021

A partir dessa conjuntura, as redes ampliadas e as relações complementares no espaço se tornam cada vez mais vigentes e importantes no processo de uso, ocupação e relações capitalistas. Santos (2008) analisa essa questão complementar na economia, desde a produção excedente e as relações de reciprocidade como principais características de um circuito inferior, onde os transportadores se encontram em uma conjuntura de pertencerem também ao superior, a partir da inserção e regulamentação da operação por parte do estado.

Com isso, as relações de trabalho se englobam desde a um trabalho assalariado promovido pelas unidades empresariais. Além disso, também vinculado a uma formação de trabalho acessório ou até mesmo complementar a renda, como destaca Nascimento (2016). Isso é percebido sobretudo na configuração dos operadores individuais que podem ser moradores das comunidades ou agentes vinculados aos movimentos sociais em questão, o que traz a necessidade de discussão sobre a importância e a inserção nos circuitos dos transportes.

Considerações Finais

A conjuntura inicial desse artigo ainda está inserida nos primeiros passos e registros de campo desenvolvidos na dissertação. É importante analisar as diversas configurações da oferta de transporte a partir das reais necessidades dos seus usuários e uma relação de acessibilidade e mobilidade adequadas ao contexto inserido por parte das comunidades.

O transporte, ao longo da sua história esteve atrelada aos diversos circuitos da economia urbana, sobretudo relacionados ao ir e vir. Além disso, apresenta uma vinculação aos processos produtivos e suas dispersões, atrelados as necessidades de forma e função que a sociedade capitalista empresa em suas relações.

Os primeiros dados relacionados as comunidades, estão vinculadas a uma acessibilidade aos serviços básicos, mas vinculados a uma necessidade de inclusão social e inserção no circuito econômico, mesmo atrelado a uma situação de subsistência. A partir das primeiras observações, as comunidades se encontram em uma rede específica, com seus fluxos e necessidades sociais, o que demanda uma política permanente por parte do estado em um maior âmbito, com seguridade e que possa trazer impactos positivos a essas populações.

Referências

ALMEIDA, A.W.B (org.). Uso de recursos naturais em comunidades quilombolas de Santarém/PA. Manaus: UEA Edições, 28 p. 2009.

AMARAL, A.J.P. Remanescente das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia - conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 22, p. 179-205, 2009.

BARBOSA, J.A. O agronegócio da soja e o direito fundamental de acesso à propriedade dos povos tradicionais em Santarém - Pará. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Observatório de Terras Quilombolas. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/> - Acesso em: 18/02/2021.

HENRY, E. OnibuCad, cadastramento tipológico e dinâmica de escala da viação. In: BRASILEIRO, Anísio. HENRY, E. (Org.). Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras. São Paulo: Cultura Editores Associados, p. 233-282, 1999.

NASCIMENTO. D.G. Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio Rio Amazonas, Parintins-AM. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2016.

SÁ, M.E.R; COSTA, S.M.G; TAVARES, L.P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A.C.D (Org.) O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: Edufpa, p. 113-160. 2006.

SALGADO, A.L.F; FIGUEIRA, C.L. A trajetória do movimento quilombola em Tiningú: uma experiência de pesquisa no ensino médio. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, Belém – PA. Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral, Belém, p. 1-15. 2020.

SANTOS, L.Q; MARTINS, P.S.V. Pluralismo Jurídico e a construção do protocolo de consulta: a experiência da Federação Quilombola de Santarém, Pará. In: Revista Terceira Margem Amazônia, v.3, n.11, p.118-134, 2018.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 433 p. 2008.

SARMENTO, A.M.S. Protocolo de Consulta Prévia: Instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém-PA. 217 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém. 2019.

SAURÉ, V. A consulta prévia, livre e informada da convenção 169 da OIT: o caso dos Megaprojetos Portuários no lago do Maicá. In: BARROS, M.J.B (Org). Políticas públicas e dinâmicas territoriais no oeste do Pará. 1. ed. Ananindeua: Editora Itacaiúnas, p.211-231. 2020.

TRINDADE, G.O. A CIDADE & A SOJA: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2015.

VALENTIM, José Williams da Silva. Vozes e Olhares que Mur[u]mur[u]am na Amazônia: cartografia de saberes quilombolas. 266f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém. 2008.

**A economia local como forma de
(re) existência concreta frente
à Estrada de Ferro Carajás:
uma experiência em Vila Diamante -
Igarapé do Meio - Maranhão**

A economia local como forma de (re) existência concreta frente à Estrada de Ferro Carajás: uma experiência em Vila Diamante - Igarapé do Meio- Maranhão¹

Larissa Cristina bomtempo COELHO²

Maria Ecy Lopes de CASTRO³

Régia Cristina Alves dos SANTOS⁴

“Uma terra só está realmente libertada se se conseguir libertar a sua economia de toda dominação e exploração estrangeira”

Amílcar Cabral

Introdução

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo do grupo de Estudo Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA)⁵, do qual somos integrantes, que por via de um projeto de extensão denominado: “Programa Grande Carajás, Direitos Humanos, Cidadania e Educação Ambiental” e com a parceria da Rede Justiça nos Trilhos (JnT)⁶, organizaram um curso de formação política⁷, desenvolvido de maneira itinerante em oito⁸ municípios atravessados pela Estrada de Ferro de Carajás⁹ no Maranhão. Foi apresentado no 17º Congresso Internacional sobre Integração Regional, Fronteiras y Globalização no Continente Americano de 29 de outubro a 2 de novembro de 2019, em Foz do Iguaçu, Brasil. As/os participantes desse curso são sujeitos envolvidos de alguma maneira na luta

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

³ Graduada em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). Educadora Popular e Integrante do Grupo de Trabalho (GT): Fronteras, regionalización y globalización en América, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

⁴ Graduada em Geografia pela Universidade Feral do Maranhão (UFMA). Especialista em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Professora do Ensino Básico e pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

⁵ GEDMMA, o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, é um grupo de estudos da Universidade Federal do Maranhão (Integrante do Grupo de Trabalho (GT): Fronteras, regionalización y globalización, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

⁶ De acordo com o site www.justicanostrilhos.org (acesso em 08.06.2018), a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) se define como “uma rede de comunidades impactadas diretamente pelos grandes projetos de exploração mineral e siderurgia no ‘Corredor de Carajás’ (Pará e Maranhão), que tratam de defender seus direitos e da natureza, construindo condições para uma vida digna para as populações da região” (CASTRO, 2018, p. 29).

⁷ “O nome Formação Política dado ao curso pelos organizadores e participantes foi em função de suas características. Os agentes sociais participantes do curso são, prioritariamente, lideranças ou pessoas indicadas pelas lideranças das comunidades abarcadas pelo projeto de extensão e oriundas de comunidades tradicionais afetados pela EFC no Maranhão como, quilombolas, indígenas, pescadores, ribeirinhos etc. (CASTRO 2018, p. 24).

⁸ “São Luís, Santa Rita, Pindaré-Mirim, Itapecuru Mirim, Igarapé do Meio, Buriticupu, Açailândia” (CASTRO 2018, p. 12).

⁹ Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, é um dos itens da infraestrutura do PGC (CASTRO, 2018 p. 16).

e resistência em suas comunidades atravessadas pela EFC.

O Assentamento Vila Diamante é uma dessas comunidades atingidas por esta ferrovia que ao longo do seu percurso em território maranhense cruza 24 municípios e culmina no Porto do Itaqui e serve de escoadouro das riquezas produzidas no Pará e Maranhão e liga o citado porto à economia externa, que além de beneficiar em quase nada a comunidade, ainda serve de disputa no território, causa conflitos internos, poluição sonora, do ar, do solo e das águas, para gerar desintegração da comunidade e cooptações dos camponeses e suas lideranças. Com o conflito, surgem forças de resistências e lutas. Neste contexto, Vila Diamante busca sua autonomia através de iniciativas coletivas de organização econômica, cultural e territorial.

1 Contexto histórico social de Vila Diamante/Igarapé do Meio

O objeto empírico deste trabalho, o Assentamento Vila Diamante no município de Igarapé do Meio, localizado na Região Central do estado do Maranhão, é uma das comunidades tradicionais¹⁰ com jovens participantes do curso de formação política.

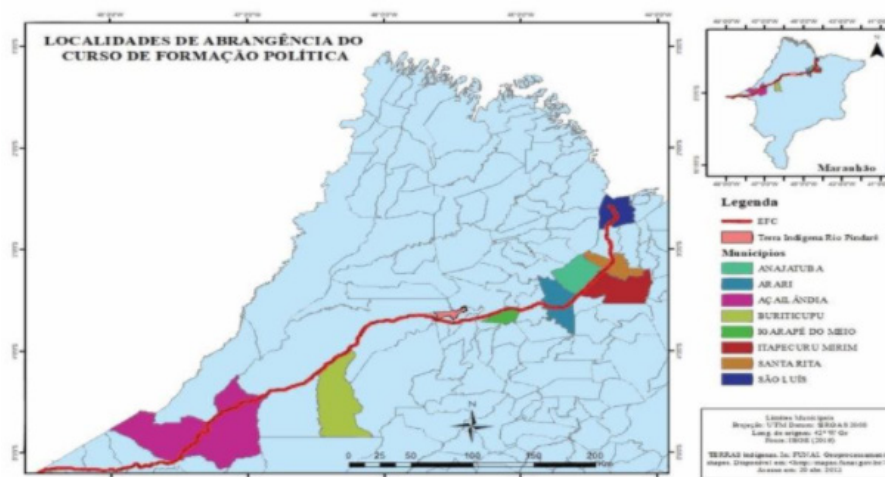


Figura 01: Mapa dos Municípios atravessados pela EFC, no Maranhão, abarcado pelo curso de FP, entre eles, o Município de Igarapé do Meio onde está localizada a comunidade Vila Diamante no Maranhão¹¹.

Em nosso trabalho, a partir de relatos dos moradores, obtivemos informações da gradativa perda do território. Este adquirido no fim da década de 1989, quando pelo menos 37 famílias compostas por trabalhadores sem-terra marcharam em direção a então fazenda Diamante Negro, todos oriundos das migrações que ocorreram no nordeste brasileiro em direção ao baixo Mearim, em busca de terra para trabalhar e se libertarem de todas as formas de opressão processo de ocupação realizado conforme dados de Castro 2018.

¹⁰ De acordo com o decreto nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007 são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

¹¹ Mapa elaborado em 2019 por Suena dos Santos Silva, mestranda em Geografia pela UFMA, tendo como fontes: Limites Municipais, IBGE (2019) e Terras indígenas, FUNAI – geoprocessamento: shapes. Disponível em <http://mapas.funai.gov.br>

Segundo Castro (2018, p. 50):

Esta comunidade é fruto da ocupação de uma fazenda pelos Trabalhadores Sem Terra em 1989 e foi um dos primeiros assentamentos com titulação reconhecida do estado do Maranhão. Como toda ocupação, esta não foi pacífica, os sem terras enfrentaram jagunços, mas resistiram obtendo a posse da terra. No entanto, somente em 1994, saiu titulação da área. Na ocasião, foram assentadas 87 famílias e até esta oficina viviam cerca de 160 famílias e lá existe um posto de saúde, três escolas e uma delas é um centro de formação do MST, um poço artesiano e os moradores lutam pela implantação de uma cooperativa de comercialização de produtos locais, entre eles, farinha, arroz, feijão.

Castro revela uma das formas concretas de resistência materializada na produção local.

Além disso, durante todo processo de organização do P.A Diamante várias lutas vêm sendo travadas fazendo com que eles se organizassem politicamente buscando parcerias e uma delas foi a formação política. Eles também se consolidaram como famílias protagonistas nas lutas enfrentadas cotidianamente contra as investidas dos grandes empreendimentos e a política do Estado que não os contemplam, pois, tudo que já obtiveram foi a partir de muita luta. Hoje, aos 29 anos de resistência o assentamento Vila Diamante tem um marco em sua história que é ter se tornado referência internacional na luta pela terra e a marca do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terras (MST).

No ano de 2012 foi criada a associação das quebradeiras de coco, o que potencializou a produção de variados produtos a partir do babaçu gerando emprego e renda não só para as mulheres associadas, mas, para filhos, maridos e parentes. Ou seja, toda a família é contemplada pelos bônus advindos da extração e beneficiamento do babaçu.

Além das produções citadas por Castro 2018, na comunidade destacam-se produtos a partir do coco babaçu como o azeite, massa para doces, o carvão, ração para peixes entre outros.



Figura 02 Quebradeiras de coco em atividade extraíndo a amêndoa do babaçu.

Fonte: Danny Gomes. 24 de março de 2019.

Neste sentido, entende-se que um dos mecanismos de defesa e oposição ao avanço dos projetos desenvolvimentistas em comunidades rurais do estado do Maranhão é o investimento na economia local, pois, nesta arena o espaço maranhense foi e está sendo dividido em lotes para grandes empresas, grupos nacionais e internacionais desde a década de 1940, efeito da globalização econômica. No caso de Vila Diamante a EFC, revela-se como um empreendimento controverso a economia local, compartimenta o território e em certa medida impede os camponeses de praticar os meios de sua existência gerando uma situação de conflitos ambientais que segundo Acsegrad (2004, p. 26) são:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

Segundo Lima e Ferreira, foram criados e implantados vários Projetos de colonização, produção nos moldes extensivos, ordenação territorial e de infraestrutura “[...] entre esses se destaca o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental (1980) expresso pelo Projeto Grande Carajás [...]” (LIMA; FERREIRA, 2013, p. 12). O Programa Grande Carajás (PGC) foi um programa governamental de desenvolvimento regional institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através do Decreto de Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980.

Segundo Sant’Ana Junior (2014):

O Programa era conduzido por um Conselho Interministerial (também instituído no Decreto Lei) e foi pensado e realizado como um programa centrado na mineração e siderurgia, mas que atuasse como catalisador de “desenvolvimento regional”, cujo raio de ação compreenderia boa parte da Amazônia oriental, envolvendo o sudeste do Pará, o norte do Tocantins (à época, ainda, Goiás) e o sudoeste do Maranhão.

As atividades a ele relacionadas compreendiam as mais variadas formas produtivas, a serem implantadas a partir de uma ampla rede de infraestrutura, com destaque para a Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, e o complexo portuário de São Luís, constituindo um sistema mina-ferrovia-porto. Além desse sistema, compondo as condições de garantia de efetivação

do Programa, foi criada, também, uma extensa malha de rodovias, vários aeroportos, grandes hidrelétricas, em especial, a Hidrelétrica de Tucuruí.

Esses projetos moldaram a economia do Maranhão que passou de agroexportador para industrial tendo como âncora o ferro-gusa e as ligas de alumínio produzido pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). O objetivo era modernizar o estado e consequentemente tirá-lo da pobreza. Esse discurso modernizador não cumpriu com seu objetivo, ao contrário produziu um território mais empobrecido evidenciado em pesquisa encomendada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que aponta o estado como o segundo mais pobre da Federação com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,639. (PNUD, 2017, p. 22).

O território que se encontra na arena de disputas entre agricultores e uma empresa de nicho global, que é o caso da Vale S.A. O investimento feito nos últimos dez anos, acirrou os conflitos, a resistência e a busca pelo direito ao território em Vila diamante, a empresa condiciona o uso do território, não respeita a cultura, tampouco, o modo de vida dos pequenos agricultores que compõem o assentamento.

Para David Harvey (2004) a atuação de empresas como a Vale da continuidade da “nova”, “velha” apropriação dos bens naturais de uso coletivo para a acumulação do capital, esse tipo de acumulação atinge principalmente os países do Sul, o autor denominou este processo do desenvolvimento capitalistas de “acumulação por espoliação”. Ainda com a análise de Harvey, os “agentes espaços temporais”, as crises de “sobre acumulação” e o Estado “facilitador” convergem para consolidação deste aspecto do capitalismo e para a controvérsia do discurso do desenvolvimento.



Figura 03 Moradores em um de seus protestos ocupando a ferrovia.
Fonte: autor desconhecido.

O IBGE (2017) aponta que o Maranhão é o segundo estado com maior percentual de pessoas em empregos informais (mais de 60%) o que revela que o discurso desenvolvimentista é um tanto quanto contraditório, apenas 32,8% da população maranhense está inserida no mercado formal.

O Maranhão lidera com 52,4% da sua população em situação de pobreza. Uma triste realidade concentrada em áreas rurais do estado. Onde estão os bilhões produzidos pela Vale S.A? Que nos últimos anos tem alcançado recordes de produção de ferro (366, 511 mil toneladas em 2017), número exponencial que só foi possível por conta do projeto S11D¹² que impacta Vila Diamante diretamente.

Este projeto foi inaugurado no final de 2016 e pretende manter a produção de minério de ferro em 400 milhões de toneladas, ressaltamos que, enquanto a Vale S.A. se orgulha de seus números, Vila Diamante luta todos os dias para manter a rotina do trabalho baseado em agricultura familiar. Segundo Castro (2018, p. 49) os principais produtos agrícolas produzidos e comercializados pelos moradores da Vila Diamante são: arroz, feijão e farinha de mandioca. Porém os agricultores cultivam pequenas hortas, e fazem criação de animais de pequeno porte e de gado, além desses, existe uma cooperativa de beneficiamento do coco babaçu.

Foi ainda nesse contexto de mudanças econômicas e territoriais radicais no Estado do Maranhão que os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais e etc., vivenciaram a ocupação dos seus territórios por infraestruturas, de logísticas e escoação, tais como: rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, que conseguinte trouxe a perda de seus territórios, algo ainda latente nos dias atuais e que merece um olhar crítico e uma análise justa, que possa perceber os de “baixo” (SANTOS, 2013, P. 132-133) como sujeitos de ação e reação.

A economia local no cerne da resistência

Não podemos entender os conflitos territoriais locais provocados por uma empresa global como a Vale S.A., sem avaliar o cenário político, econômico e social global. Neste sentido, Milton Santos (2013) nos permite entender o processo avassalador da perda do território de comunidades rurais e da população empobrecida para a ampliação das empresas nacionais, multinacionais e transnacionais.

No cerne da resistência a economia local de vila Diamante revela-se como uma possibilidade e uma alternativa para os territórios espoliados. Nesta comunidade apesar dos percalços por conta da EFC, as pessoas continuam a lutar por melhorias de suas vidas. O estado como regulador do território tem papel importante nesta análise, pois segundo alguns cursistas, este sempre fica ao lado da empresa, usando sua força “legítima” através de seus policiais quando os moradores reivindicam algumas políticas públicas.

¹² Localizado no município de Canaã dos Carajás, no sudeste do Pará, o S11D é o maior complexo minerador da história da Vale. Foi o maior investimento da Vale na última década no Brasil, inclui mina, usina, logística ferroviária e portuária.

Recentemente Vila Diamante, teve seu território mais uma vez espoliado pela Vale S.A, ressaltamos mais uma vez que a empresa é uma multinacional de economia global, atua em mais de 30 países, no ramo da mineração, logística etc., no entanto é aqui no Brasil que se encontra a maior mina de minério de ferro do mundo, no sudoeste paraense, projeta seus interesses em territórios maranhenses. Neste sentido a Vale desenvolveu um grande projeto para ampliar a EFC, expandir o Porto da Madeira¹³, e em parceria com o governo do estado, pretendem ainda ampliar BRs/rodovias.

Por isso entendemos que a política do Estado é também, em alguma medida, a das empresas, juntos conduzem a política do desenvolvimento econômico que agrega de um lado bilhões nas mãos de poucos (Vale S.A., por exemplo, contou com um investimento de 6, 4 bilhões para a implantação do S11D) e quase nada na mão de muitos (agricultores de Vila Diamante, um dos muitos). Essa informação nos conduz a pensar os motivos que transitam entre as comunidades atingidas pela EFC e o Estado “facilitador”.

O S11D projetou a Vale S.A, para a exportação de bilhões de toneladas de minério de ferro por ano, colocou a empresa como a numero um do mundo em exportação de minério de ferro, da mesma maneira que esta empresa apresenta seus números globais de crescimento econômicos as comunidades afetadas por ela, sofrem com o descaso, com a violência, e com a constante perda de seus territórios. Os cursistas moradores de Vila Diamante, revelaram que a obra da duplicação, aumentou a insegurança no assentamento, os camponeses, ficaram mais uma vez a margem da produção da empresa, aqui pode-se analisar o quanto o discurso tanto do estado, quanto da empresa é controverso.

Harvey (2004, p. 110) coloca que além do Estado ser facilitador ainda age como no passado, possibilitando os processos de espoliação mesmo contra a vontade popular. Nesse sentido, os cursistas relataram que fizeram varias interdições nos trilhos ao longo de dois anos da duplicação da EFC, naquele território, apontaram que se um trem já gera tanta pobreza e conflitos, agora com a duplicação os problemas certamente aumentariam, os camponeses relatam ainda que a EFC compartimenta o território e os impede de acessar suas roças, principal meio de existência e vida desta comunidade.

Harvey (2005) denominou de espoliação essas investidas de grandes empresas, de grandes projetos desenvolvimentistas, principalmente na região sul do globo, a nova configuração do capitalismo financeirizado acirrou estas investidas. Concordamos com Harvey e pensamos ser a melhor definição para a ação invasora desses empreendimentos no espaço maranhense, essa espoliação nos conduz a pensar e repensar sobre a atuação inclusive do Estado que, via de regra, afrouxa o uso do território para os empreendimentos.

Indagamo-nos, qual o ganho de Vila Diamante? Perda de territórios, perda de produção agrícola, perda de bens materiais e imateriais, ou seja, o ônus fica para com a comunidade. Essa espoliação do território está estreitamente ligada ao modo de produção vigente uma vez que o princípio básico do mesmo é a exploração e acumulação, e não

¹³ É um porto privado pertencente a vale e está localizado próximo ao porto de Itaqui, no estado do Maranhão.

o bem-estar social. Esse princípio de exploração perpassa pela contraditória ideia de desenvolvimento e diverge com os dados dos indicadores sociais do Maranhão.

As respostas e alternativas no uso do território em Vila Diamante, considerando as contradições do uso do território, nos conflitos, nas lutas existentes e na resistência. A comunidade nos dá, sua força e resistência estão na sua organização da força de trabalho e nos meios de produção, reveladas em cooperativas, produção de produtos alimentícios, como arroz, feijão, o não uso do agrotóxico nas plantações, incorporando a agroecologia na sua produção. Este é um contraponto importante, frente à empresa Vale S.A, não podemos deixar de pensar que há um movimento global de perdas de territórios, Rolnik (2015) diz que a terra é o ativo mais visado na era do capital financeirizado.

Na contramão da financeirização do capital, Vila Diamante resiste mais uma vez, assim como no passado, muito embora a luta seja mediada por novos atores (EFC/Vale) o objetivo é o mesmo garantir o uso do território ameaçado pela mineração, pela logística da Vale S.A.

Considerações finais

Vila diamante constitui-se como assentamento agrário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST, no estado do Maranhão, este movimento surge da necessidade de distribuição de terras para os camponeses que perdiam suas terras por conta da configuração econômica que o país estava passando, mediados pelas políticas neoliberais e distribuição de terras para projetos regionais, como o Programa Grande Carajás e para a agricultura extensiva. Não é objetivo deste trabalho esmiuçar a questão dos assentamentos mediados pelo MST.

Porém é necessário que situemos que para além da relação dos conflitos existentes no território envolvendo Vila Diamante e Vale S.A, a questão agrária é parte importante para se entender estes conflitos, para Azar (2013, p. 27) a questão agrária no campo maranhense é resultado das relações sociais históricas e configura um antagonismo de classe, “reconfigurada sob novas formas articuladas as velhas praticas no qual predomina as relações entre latifúndios, empresas agropecuária e camponeses”

No caso de Vila diamante a disputa do território se configura com a EFC, que compartimenta o território e deixa um rastro de poluição acentuando ainda mais as necessidades econômicas do local, Vila Diamante, por ser um assentamento do MST, defende que:

As políticas de desenvolvimento da economia devem estar baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres. Sua missão é produzir bens que eliminem o grau de pobreza e a desigualdade social existentes em nosso país. A organização da produção deve buscar em primeiro lugar o atendimento das necessidades básicas de toda a população brasileira. Por isso, lutamos por uma economia que estimule a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade social. Que privilegie o trabalho e a qualidade de vida do povo brasileiro, com crescimento e distribuição

de renda valorizando uma economia mais justa e solidária.

<https://mst.org.br/quem-somos/>, acesso em 14/06/2020.

Baseados em Amílcar (CABRAL, 2014) citaremos algumas formas de resistências em Vila Diamante, a principal delas a resistência política, para este autor a resistência é representada de diversas formas, mas, aquela que ele situa como produtora do devir é pautada na coletividade, para ele, “a resistência é uma reação natural” (CABRAL, 2014, p.154). Cabral defende que as forças contrárias geram resistências, no caso de Vila Diamante, revela-se diante das forças contrárias entre as atividades de escoamento de minérios e outros produtos reprodutores da economia global e a economia local baseada em agricultura familiar, extrativismo, do coco babaçu e beneficiamento, criação de animais de pequeno porte e outras atividades.

A resistência política de Cabral se aproxima das diretrizes do MST e consequentemente tangencia Vila Diamante, o MST busca a autonomia dos camponeses, através da educação, da cultura, da economia e etc. Cabral (2014) afirma que políticas como estas são, um passo importante para a libertação de um povo, eis a aproximação entre a política proposta pelo autor e pelo MST, muito embora o contexto geográfico e político proposto por MST e Vila Diamante, sejam diferentes a luta é a mesma, liberdade territorial, “ao fim e ao cabo, queremos oferecer possibilidades concretas e iguais para qualquer pessoa”, esse era o maior objetivo, por isso ele ressalta a necessidade de organizar meios para chegar ao objetivo, o partido de libertação foi um mecanismo, segundo ele. Não obstante, Vila Diamante se organiza em diversas matizes tais como: associação de moradores, cooperativas e em torno do próprio MST. “Afiml resistência política é unir as pessoas”.

Cabral (2014) aponta a importância da resistência, a luta é meio para alcançar o objetivo final, permanecer na luta é uma necessidade intrínseca a vida de quem almeja dias melhores. Segundo os cursistas de Vila Diamante é difícil conviver com uma ferrovia atravessada na passagem dos agricultores, impedindo a mobilidades dos mesmos. Diante disso a resistência é fundamental para um povo que luta por autonomia e pela dominação de empresas como a Vale S.A, esta dominação, imprimida em Vila Diamante pela estrutura da EFC e pela passagem do trem.

Cabral (2014) explana que cada terra tem sua riqueza e que o povo é a maior fonte de riqueza, esta visão de mundo é a mesma partilhada pelos cursistas moradores de Vila Diamante, sua força de trabalho, assim como as potencialidades naturais (matas de coco babaçu um deles) são produtores de renda e trabalho para as famílias.

Referências

- ACSERALD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- Azar, Zaira sabry. Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como expressão. Tese de doutorado universidade federal do Maranhão(UFMA) São Luís, 2013.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja et al. Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e movimentos populares: heranças e trajetórias da resistência. In: RIGOTTO, Raquel et al. **Tramas para justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso em 07/06/2018.
- CABRAL, Amílcar. **Pensar para Melhor Agir: as intervenções de Amílcar Cabral no seminário de quadros do PAIGC de 19 a 24 de novembro de 1969**. Lousa Praia, fundação Amílcar Cabral, 2014.
- DE CASTRO, Maria Ecy Lopes. **Formação Política e Conflitos Ambientais nos territórios do corredor Carajás no Maranhão**. Monografia, São Luís: UFMA, 2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Limites municipais**, 2019.
- HARVEY, David **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. 1ª.ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- Rolnik, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. Boitempo, São Paulo, 2015.
- <https://mst.org.br/quem-somos/>, acesso em 14/06/2020
- SANTOS, Régia Cristina Alves dos. **Da geografia da perversidade à geografia da resistência: relatos de conflitos territoriais no entorno da Estrada de Ferro Carajás (EFC)**. Monografia, São Luís: UFMA, 2016.

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - MT: território de resistência

ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - MT: território de resistência¹

Cristiane Gonçalves RIBEIRO²

Tânia Paula da SILVA³

Universidade Estadual de Mato Grosso.

Resumo

O Assentamento Roseli Nunes ocupa uma área de 10.611,00 hectares e surge a partir de um processo de materialização da luta pela terra, pautada dentro dos princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Em diferentes lugares do mundo, no nosso país e no nosso estado, a população tem vivenciado uma série de conflitos para garantir a sua manutenção e qualidade de vida. No caso específico do Assentamento Roseli Nunes, os conflitos são vivenciados pelos camponeses assentados desde o processo de organização para ocupação da terra, passando pelo acampamento e por manter-se cotidianamente na terra conquistada, o assentamento. Na atualidade, os camponeses do Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes ao agrotóxico e à mineração. Tais conflitos foram identificados por eles ao organizarem seu processo produtivo no território conquistado. Isso porque, em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana de açúcar para a produção de biocombustível, monocultivos. Em relação à mineração, os camponeses encontram-se ameaçados de extinção pelo modelo capitalista, que descobriu minérios de ferro na área, a mineração é uma prática que não condiz com a realidade do assentamento, que vai degradar a terra e tirar a vida do povo e a perda do seu território.

Palavras-chave: Assentamento; Conflitos; Território.

Introdução

Este artigo parte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sua origem se localiza em avaliações, discussões e muitos momentos de diálogos com educadores e educadoras, militantes, professores/as universitários, trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Roseli Nunes e em outros espaços de construção coletiva e os participantes do projeto intitulado “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol d’Oeste/MT”, denominado de Juventude Camponesa, desenvolvido no período de 2015 a 2017.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas

² Mestra do Curso de Geografia PPGeo-UNEMAT, email: cristianegribeiro@outlook.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Geografia PPGeo-UNEMAT, email: tanggela@bol.com.br

Assim sendo, a pesquisa intitulada “Vozes da Juventude: práticas e aprendizados de jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’Oeste-MT” tem origem nas várias inquietações que vivi na minha trajetória de vida acerca da manutenção e permanência da juventude no território dos assentamentos rurais. As inquietações têm a ver com o alto índice de jovens que abandonam o campo após ou até mesmo antes de terminar o Ensino Médio e que tal fenômeno também ocorre no Assentamento Roseli Nunes. Nesse contexto, entende-se que a diversidade de condições de vida e trabalho dos jovens que vivem no campo se configura em diferentes inserções produtivas e de acesso a serviços públicos e padrões de sociabilidade. Muitos jovens compartilham o desafio de vivenciar a agricultura camponesa atualmente no Brasil e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica. Contudo, diante da falta de novas oportunidades de trabalho e renda que marcam esse grupo social ao longo da história, muitos desses jovens migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, trabalho e estudo.

Buscou-se analisar o problema com base na hipótese de que a permanência da juventude no campo é de extrema importância para a reprodução e fortalecimento da agricultura camponesa. Entende-se que vários são os elementos que influenciam nos projetos de vida e dificultam a permanência da juventude no campo, entre eles, pode-se citar a questão da educação, do trabalho, da renda, da cultura e do lazer, situação que coloca em risco o futuro dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura camponesa, pois a juventude é extremamente importante para o processo de desenvolvimento e transformação social do campo.

Figura 01-Portal da entrada do Assentamento Roseli Nunes Mirassol D’Oeste- MT



Foto: Ribeiro, 2000.

Em diferentes lugares do mundo, no nosso país e no nosso estado, a população tem vivenciado uma série de conflitos para garantir a sua manutenção e qualidade de vida. No caso específico do Assentamento Roseli Nunes, os conflitos são vivenciados pelos camponeses assentados desde o processo de organização para ocupação da terra,

perpassando pelo acampamento e por manter-se cotidianamente na terra conquistada, o assentamento. Na atualidade, os camponeses do Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes ao agrotóxico e à mineração.

Tais conflitos foram identificados por eles ao organizarem seu processo produtivo no território conquistado. Isso porque, em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana de açúcar para a produção de biocombustível, monocultivos de teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte, que fazem uso de produtos químicos como herbicidas, pesticidas e defensivos agrícolas diariamente.

Assim sendo no artigo que segue busca-se a compreensão de territórios de resistência nesse campo com o anúncio da agroecologia, cooperativismo, associações e grupos para manter-se nesse território cercado pelo agronegócio com plantações de monoculturas, mesmo assim esses sujeitos se buscam no esperar diário de um campo com bem viver aflorado de resistências e resiliências.

Conflitos vivenciados pela juventude no território do Assentamento Roseli Nunes

Na atualidade, os camponeses do Roseli Nunes vivenciam conflitos referentes ao agrotóxico e à mineração. Tais conflitos foram identificados por eles ao organizarem seu processo produtivo no território conquistado. Isso porque, em relação ao agrotóxico, o assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, monocultivos de teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte, que fazem uso de produtos químicos como herbicidas, pesticidas e defensivos agrícolas diariamente.

Em relação à mineração, os camponeses encontram-se ameaçados de extinção pelo modelo capitalista, que descobriu minérios de ferro na área e solicitou/exigiu a exploração. Segundo os camponeses assentados, a mineração é uma prática que não condiz com a sua realidade, que vai degradar a terra e tirar a vida do povo. Essa questão da mineração dentro da área do assentamento vem lhes tirando o sono e causando transtorno para as famílias, que temem pela perda do seu território.

Sobre os agrotóxicos, Castro (2016) afirma que, notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional:

Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta “moderna agricultura” que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial. Outro fator que se relaciona com o a elevações do uso de agrotóxicos nas lavouras foram a introdução das sementes transgênicas (CASTRO, 2016, p. 27).

É importante destacar que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil foi uma das responsáveis por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que o cultivo dessas sementes geneticamente modificadas exige o uso de grandes quantidades desses produtos (INCA, 2015).

Para Carneiro et al. (2015), a utilização de agrotóxicos no Brasil tem trazido sérias consequências tanto para o meio ambiente, como para a saúde de populações, como a de trabalhadores, especialmente o camponês e suas famílias. Os trabalhadores expostos a esses produtos são numerosos, sendo a intoxicação da água a face mais visível do seu impacto na saúde.

Para os camponeses assentados no Roseli Nunes, os agrotóxicos e a mineração trazem impactos, conflitos e a degradação, tanto na área social e cultural, quanto na ambiental. A mineração, para eles, terá impactos muito violentos, pois, para um camponês assentado, que, por meio da luta, hoje mora no seu lote, só pensar em deixar esse lugar representa um impacto na sua vida, gera incertezas e inseguranças. Toda a luta e resistência construídas, bem como a persistência em fazer uma agricultura para a vida, encontram-se ameaçadas.

É evidente, nos relatos dos jovens e dos camponeses do assentamento Roseli Nunes, a preocupação com os conflitos socioespaciais atuais e a necessidade de se contrapor à mineradora e ao uso abusivo de agrotóxicos. Assim, ao compreenderem os problemas vivenciados cotidianamente em seu território, os jovens buscam se articular e utilizar de ações coletivas, juntamente com a comunidade, para resistir. Seguem, assim, unidos, resistindo, lutando e dizendo não à mineração e ao veneno.

Práticas ambientais e agroecológicas

As práticas ambientais agroecológicas representam, segundo Altieri (2002), uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção.

Desse modo, entende-se que:

A agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis. Simultaneamente ao esforço para combater as pragas, doenças ou deficiências do solo, o agroecólogo luta para devolver ao agroecossistema sua elasticidade e força. Se a causa das doenças, pragas, degradação do solo, etc, for atribuída a um desequilíbrio, então a meta do tratamento agroecológico será restaurar o equilíbrio. Na agroecologia, incremento e manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autoregulação e a sustentabilidade (ALTIERI, 2002, p. 16).

Gliessman afirma que a agroecologia:

“[...] é o estudo dos processos econômicos e de agroecossistemas, por outro é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável” (GLIESSMAN, 2005, p. 56).

Para o autor, as dimensões agroecológicas são a produção, o consumo, a ciência, a técnica, a educação e a cultura. Caporal e Costabeber (2002) corroboram a ideia expressa por Gliessman (2005) ao defender o modelo agroecológico como um novo paradigma para promover o manejo adequado dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, a redução dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos causados pela agricultura moderna no campo brasileiro.

No contexto do projeto “Juventude Camponesa”, a agroecologia foi pensada numa perspectiva ecológica, representando, ao mesmo tempo, “[...] um conjunto de princípios e de práticas de produção que tem o cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e as culturas humanas como fundamento de toda a organização do campo” (ZART, 2011, p. 47). Entende-se, portanto, que, a partir do desenvolvimento das práticas agroecológicas de produção, os agricultores passam a preservar sua cultura local, conservando os recursos naturais e preservando a biodiversidade local, além de manter-se no campo, garantindo o sustento de suas famílias.

Tal concepção e fundamentos foram incorporados pelos jovens do Assentamento Roseli Nunes durante o processo de formação; porém, constatou-se que os mesmos já tinham a agroecologia como fundamento e prática de vida e trabalho no campo. Isso porque os princípios agroecológicos foram adotados anteriormente ao desenvolvimento do projeto por um grupo de camponeses do Assentamento Roseli Nunes.

Desse modo, ao serem questionados sobre as práticas ambientais agroecológicas que conhecem e desenvolvem em seus espaços de vida e trabalho, a maioria deles mostra que é possível o cuidado com a terra e a produção de alimentos saudáveis sem a utilização de produtos químicos que impactam diretamente a saúde dos povos do campo e da cidade:

Nossa produção sai sem os agrotóxicos e, cada vez mais, as pessoas estão vendo que o veneno mata e que nós vamos levar para eles uma produção saudável (S. C.19 de março de 2018).

Vou trabalhar com minha mãe agora, aprendi muito com ela e com o curso, [...] a minha produção é familiar e é agroecológica, eu garanto (J. F. A. 23 de março de 2018).

A Figura 02 representa a vivência pelos jovens dessas práticas que orientam para a lógica do desenvolvimento rural sustentável, que considera o equilíbrio dos agros ecossistemas e a permanência das famílias no campo, contrapondo-se à lógica capitalista.

Figura 02: Preparo da calda agroecológica e plantação de horta



Foto: Ribeiro, 2018.

Nesse contexto, Marin (2013) ressalta que a agroecologia promove a sustentabilidade do campo e das famílias camponesas, pois favorece a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta a renda dos agricultores e disponibiliza produtos com qualidade nutricional e sem resíduo de produtos químicos para o consumo familiar e da sociedade.

Percebe-se nos relatos a (re)tomada de consciência em relação à produção agroecológica e seus benefícios para a vida não só das famílias que as produzem, mas da população como um todo, que adquire produtos saudáveis no processo de comercialização. Essa (re)tomada de consciência por parte da juventude e da comunidade em relação à produção ambiental agroecológica foi extremamente importante para esses sujeitos, que sonham com um futuro melhor e saudável no campo.

Produção e estratégias de comercialização: a juventude em cena

A partir dos contextos acima elencados, constatou-se que a produção e a prática agroecológica desenvolvidas pela juventude camponesa estão em consonância com os preceitos da economia solidária e da agroecologia. Para os jovens do Assentamento Roseli Nunes, a produção agrícola desenvolvida em seus sítios é de suma importância, pois dali estão retirando parte de seus alimentos diários e de suas rendas.

Aqui é importante ressaltar que a prática e a luta pela agroecologia vêm sendo realizadas antes mesmo do desenvolvimento do projeto, ou seja, o projeto reforça a prática nesse território. Os camponeses por meio da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), há muito tempo desenvolvem a técnica de produção agroecológica,

pois buscam promover o cuidado com a terra, com a natureza e os animais, produzem alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxicos e em consonância com a natureza.

Assim sendo, percebe-se, nos relatos da juventude, que o curso possibilitou e estimulou a colocar em prática os conhecimentos adquiridos em relação à produção agroecológica no território do assentamento, principalmente porque compreendem a importância da preservação do território e da sustentabilidade camponesa. O relato de uma jovem evidencia tais afirmações:

Eu já tinha uma noção sobre agroecologia por causa da ARPA, né (sic); no assentamento, buscamos trabalhar com produtos agroecológicos, então eu já sabia um pouco sobre isso. Mas, no curso, pude aprender muito mais coisas sobre a produção agroecológica, sobre a importância de produzir alimentos saudáveis para nós, mas também para a sociedade, né (sic), porque a gente vende parte do que produzimos. Então, eu acho que o curso ampliou o nosso conhecimento. Ele nos ajudou a pensar em estratégias para produzir e comercializar e também a ser solidário, porque a gente precisa estar junto dos companheiros, precisamos aprender a desenvolver o trabalho de forma coletiva, porque eu acho que isso é bom pra (sic) todo mundo. Todos nós ganhamos quando trabalhamos de forma coletiva e com produtos agroecológicos (S. C. 19 de março de 2018).

Ressalta-se que essa consciência da importância da agroecologia e da economia solidária no desenvolvimento do território camponês é algo que está no cotidiano de trabalho e no dia a dia da vida no campo dos jovens. Porém, quando se trata do processo de comercialização dos produtos agroecológicos, adentra-se em um campo complexo, no qual os jovens relatam as dificuldades não só de produzir, mas também de comercializar os produtos produzidos de forma agroecológica.

Percebe-se que a dificuldade de ambos processos, produzir e comercializar, tem a ver com a mentalidade das pessoas sobre os produtos agroecológicos e a própria agroecologia. Segundo os jovens, é preciso, ainda, conscientizar a sociedade sobre sua importância. É preciso quebrar a lógica capitalista da impossibilidade de se produzir sem o uso de agrotóxico, até porque acreditam que a agroecologia é o modelo que melhor distribui a renda no campo, proporciona segurança alimentar e nutricional e possibilita a valorização dos saberes camponeses:

Muita gente acredita que a agroecologia não existe. Já teve consumidor nosso na feira que pediu para garantir que as nossas verduras eram agroecológicas e a nossa garantia é dar o nosso endereço aqui no sítio. Eu falo assim: “vai lá nos visitar”. Para quem quiser visitar, né (sic), e conferir; no ano passado, plantei tomates.

Muitos falaram que seria impossível sem agrotóxicos. Fiz até apostas e saiu tomate (sic) muito bom, vendemos muito. Não deu para quem quis e provei mais uma vez que é possível. [...]. Na feira, muita gente ainda não sabe o que é agroecologia, as vantagens que ela nos traz e também para quem compra, pois ali conversamos e acho que ensino muito também e aprendo com os colegas das barracas e com quem vem comprar, pois trabalhamos a semana toda para esse dia esse momento (S. C. 19 de março de 2018).

A meu ver, os compradores devem saber da importância de comprar um produto melhor, senão não iriam buscar na feira. Ainda se tem muita dificuldade de levar os produtos daqui para a feira. Eu mesmo vendo aqui no município da Curvelândia e em casa, mas têm vezes que não consigo ir por vários motivos: carro, estradas, e isso te deixa triste. Muitas vezes, saio aqui por perto de moto e vendo (J. F. A. 23 de março de 2018).

Nesse sentido, Leff (2002, p. 45) afirma que “Os princípios da Agroecologia e o manejo integrado de recursos suscitam a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, fundada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural dos povos da América Latina”. Portanto, acredita-se que é preciso valorizar a produção agroecológica, criando alternativas para uma exploração controlada dos recursos naturais por meio de políticas públicas que valorizem a produção e a comercialização dos jovens, bem como o desenvolvimento sustentável do campo.

Para os jovens, uma das estratégias de comercialização de seus produtos estava nos programas que se destacaram na agricultura camponesa, o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para Silva:

O PAA e o PNAE vêm se consolidando no país enquanto política pública de mão-dupla, pois proporcionam um canal de comercialização interessante aos produtos da agricultura camponesa local e garantem a oferta de alimentos de qualidade e em quantidade a populações menos favorecidas e em situação de insegurança alimentar. Isto quer dizer que, são programas governamentais que procuram contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo em que visam o combate a fome e a miséria da população (SILVA, 2014, p. 185).

Ainda segundo a Juventude, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) promove a aquisição de alimentos de agricultores camponeses, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, sem intermediários ou licitações e com preço recompensador.

Souza (2015) estudou o processo de resistência e recriação camponesa a partir do PAA e concluiu que, com relação à comercialização, no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização. Os contemplados pela política pública se distanciam dos demais, pois há uma configuração diferenciada em relação àqueles que não são contemplados.

De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa se configuram numa ajuda interessante, mesmo ainda não se mostrando suficiente para manter a unidade produtiva, mas era um acesso de renda para a juventude, o que pode ser notado nos relatos de alguns jovens:

A nossa produção era bem maior, pois, antes, entregávamos toda semana para o PAA e para o PNAE, sem falar na nossa renda. Agora estamos entregando muito pouco, diminuiu mais da metade (S. C. 19 de março de 2018).

[...] conseguíamos fazer uma boa roça com produtos para a gente aqui no sítio e para entregarmos ao PAA; cheguei a entregar mandioca, banana, bananinha, inhame, coisas da horta, cebolinha, vagem, couve; mas, de um ano para o outro, cortou pela metade. No outro ano, acabou de vez; uns poucos que restaram, que entregam ainda, tiveram um corte, diminuiu a quantidade e teve corte no dinheiro [...] (C. B. O. 25 de março de 2018).

Um outro jovem retrata o descontentamento nos cortes implantados no pós- golpe, a diminuição dos recursos de uma das principais ações públicas para fortalecimento da agricultura camponesa e de distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade, principalmente no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Sabíamos, eu e meus pais, o tempo todo que teria que ter outro lugar para conseguirmos vender as coisas da roça, pois tínhamos muita coisa, plantávamos bastante aqui [...]. Quando iniciou o PAA, nossa, foi muito bom. Conseguimos comprar uma moto para mim e muitos outros equipamentos que não tínhamos para manutenção do sítio, mas agora não estamos mais entregando os nossos produtos nem para o PAA, nem para o PNAE, cortaram tudo (I. A. C. S. 25 de março de 2018).

Por isso, interessa que se melhorem as condições estruturais da produção e da vida camponesa, bem como da juventude no campo, dando-lhes melhores condições de trabalho e oportunidades, inclusive por parte do estado, mas, claro, sem destruir todo um modo de vida que, historicamente, não obedeceu aos ditames do capitalismo e sobreviveu até os dias atuais, adaptando-se.

Com o processo de diversificação e ampliação da quantidade de produtos, os agentes da economia solidária e produtores associados perceberam a necessidade de gerar estratégias de comercialização da produção.

Figura 03: Venda aos consumidores na Feira na Cidade de Cáceres-MT



Foto: Costa, 2019.

Por meio de observações e diálogos com os jovens, foi possível constatar que eles se sentem orgulhosos pelas conquistas após o desenvolvimento do projeto. Em seus relatos, abordam as diversas atividades e lutas que empenharam dentro e fora do Assentamento Roseli Nunes, junto ou não com a comunidade, para defender seus direitos e os dos camponeses como um todo.

Considerações finais

Nesse processo, algumas lutas ainda são permanentes, principalmente em relação à monocultura. Assim sendo, pode-se afirmar que a juventude investigada se identifica com o modo de vida camponês, identificado por Costa (2012) como o conjunto de famílias existentes em um território, isto é, no contexto das relações sociais, das disponibilidades naturais e culturais de um dado espaço geográfico politicamente delimitado, que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho do universo daqueles que se apropriam do resultado dessa alocação.

Percebe-se, a partir dos relatos, que os jovens e suas famílias, nos seus distintos modos, teceram um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e se afirma na sua relação com outros agentes sociais, estabelecendo uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza. Nesse contexto, entende-se que a juventude do

Assentamento Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste, construiu uma identidade camponesa a partir do movimento de luta e do sentimento de pertencimento que vivencia em relação ao espaço em que vive.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 3ª Ed. 2012.

CARNEIRO, M. J. O ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário dos Jovens Rurais. In: **Mundo Rural e Política**. TEIXEIRA DA SILVA, F. C. (org.). Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 2015.

CASTRO, F. P. **Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, D. L. **Território camponês**. In: Educação do campo: formação e desenvolvimento comunitário. (Caderno pedagógico I, v.1). Cáceres: editora UNEMAT, p. 50, 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos Agrotóxicos. Rio de Janeiro, abril. 2015. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_so_bre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf Acesso em 14/01/2019.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. In: **II Seminário Internacional sobre Agroecologia**, Porto Alegre, 26 a 28 de novembro de 2001. Traduzido ao português por Francisco Roberto Caporal, em janeiro de 2002. O original, em espanhol, está disponível em www.emater.tche.br.

MARIN, M. F. **Educação: Uma ação para a palavra**. Revista Eletrônica Paidéias Idéias, <http://www.ufsm.br/adeonline>, v. 02, p. 01, 2013.

SILVA, T. P. **Territórios de esperança**: o processo de recriação camponesa em Cáceres-MT. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 77-116.

ZART, L. L.; CRUZ, M. A. B.; RIBEIRO, C. G. **Juventude camponesa e políticas públicas**. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, Volume 06, Número 02 – 2017.

Transformações territoriais em Três Estradas: os pecuaristas familiares frente ao avanço do extrativismo

Transformações territoriais em Três Estradas: os pecuaristas familiares frente ao avanço do extrativismo¹

Luna Dalla Rosa CARVALHO²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

A chegada de projetos de megamineração na região da Campanha no Rio Grande do Sul tem levado à mobilização das populações afetadas em defesa dos seus territórios e modos de vida. Na localidade de Três Estradas em Lavras do Sul, onde pecuaristas familiares criam gado bovino e ovino em campo nativo, evidencia-se um modo de vida e de produção em que se preservam as áreas de mata nativa e as aguadas naturais, numa área de nascentes de dois importantes arroios da região. Suas práticas de manejo dos ecossistemas contrastam com as práticas de sojicultores, silvicultores e mais recentemente com as propostas de um projeto de mineração de fosfato que visa se instalar na localidade. Os diferentes desenhos ontológicos existentes são identificados, assim como são analisadas as associações sócio-materiais que vêm se formando devido às transformações territoriais que vêm ocorrendo. Busca-se assim identificar e interpretar as consequências não esperadas do avanço do extrativismo, que levam à emergência de novas vitalidades, alianças e associações nos territórios. Trata-se assim de pensar como atores humanos e não humanos vêm participando dos processos de mudança e como estes processos modificam as territorialidades existentes.

Palavras-chave:

pecuaristas familiares; megamineração; desenhos ontológicos; territorialidades.

Introdução

O presente estudo faz parte de pesquisa de doutorado em andamento à respeito das transformações territoriais suscitadas pelo avanço da silvicultura de eucalipto, do monocultivo de soja e dos projetos de megamineração na região da Campanha no Rio Grande do Sul. A partir de uma abordagem sócio-material e da Perspectiva Orientada aos Atores (POA) busca-se compreender tais processos não somente como intervenções externas, mas na forma como os atores sociais percebem, reagem e mudam o curso dos acontecimentos, integrando os processos de mudança social em seus mundos de vida (LONG, 2007).

No caso em questão trata-se de compreender como os moradores da localidade de Três Estradas que são em sua maioria pecuaristas familiares conjuntamente a outros atores sociais implicados estão lidando com as transformações ocasionadas especialmente

¹ Trabalho apresentado no GT1- Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

pela chegada de um projeto de mineração de fosfato, o Projeto Fosfato Três Estradas da empresa Águia Fertilizantes subsidiária da empresa australiana *Aguia Resources*.

Assim, primeiramente é caracterizado o modo de vida dos pecuaristas familiares a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica realizada na localidade, posteriormente são analisadas as transformações territoriais, em seus diversos aspectos sócio-materiais e por fim são identificados e narrados alguns processos emergentes resultantes da atuação dos atores sociais nos movimentos de contestação, resistência e (re)existência à mineração.

A localidade de Três Estradas e o modo de vida da pecuária familiar

Três Estradas é um território rural localizado no segundo distrito de Lavras do Sul na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Situado no bioma Pampa³, sua paisagem é marcada por largas áreas de campo natural, delimitados por áreas de mata nas encostas e próximo a cursos d'água. São os chamados campos ondulados, formados por mosaicos de campos-floresta, que teriam se formado e se mantido por fenômenos climáticos e pela intervenção humana ao longo de milhares de anos (BEHLING et al. 2012).

A localidade de Três Estradas encontra-se numa região que pode ser considerada uma zona de transição entre a Serra do Sudeste e a região da Campanha, o que faz com que tenha algumas áreas mais planas e outras mais acidentadas e com afloramentos rochosos. Em Três Estradas existem grandes áreas de mata de galeria, devido à presença de nascentes do arroio Tacuarembó e do arroio Jaguari, que estão na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria.

A localidade é composta basicamente por propriedades rurais cujo tamanho varia entre 10 e 300 hectares, tendo apenas alguns poucos estabelecimentos rurais com mais de 500 hectares. Na maioria dos estabelecimentos é praticada a pecuária extensiva em campo nativo, tendo algumas propriedades que se dedicam ao plantio de soja (que é intercalado com azevém e criação de gado no inverno) e outras destinadas ao cultivo e extração do eucalipto.

A maioria das propriedades é de pecuária familiar⁴. A produção principal gira em torno do gado de cria (criação de terneiros para venda) e de ovinos (para comercialização da lã e consumo doméstico da carne). A criação é realizada de forma extensiva, com os animais criados soltos nos campos, e que se alimentam das gramíneas e espécies forrageiras nativas. Para o cuidado dos animais, realiza-se o pastoreio diário e diversas outras "lidas"⁵ necessárias para manutenção da saúde dos animais. A maioria das atividades ligadas ao pastoreio depende do uso do cavalo e de cachorros que ajudam na condução dos animais de um campo a outro, ou dos campos para as mangueiras (currais) e banheiros, onde se realiza

³ O bioma Pampa abrange uma área de 750.000 km² no continente sul-americano. Está presente numa parte do território Argentino, em todo território uruguaio, numa pequena área no Paraguai e na "metade sul" no estado do Rio Grande do Sul no Brasil. Hoje em dia nos referimos ao Pampa como um bioma, mas mais do que isso trata-se de uma região cultural. O nome tem origem quechua e quer dizer região plana, ou planície, provavelmente em comparação às regiões montanhosas do continente. Era o território dos chamados povos Charruas e Minuanos no período pré-colonização.

⁴ Pecuáristas familiares são aqueles produtores cuja propriedade não excede 300ha, onde há a prioridade do trabalho com pecuária no estabelecimento, com mão de obra familiar e renda familiar vinculada às atividades da pecuária.

⁵ Trabalhos, tarefas ou ofícios vinculados ao trabalho no campo.

a aplicação de medicamentos para tratar e prevenir doenças que afetam os animais.

Outras atividades compõem ainda a vida no campo e o ofício dos pecuaristas familiares. São estas a marcação⁶, a castração, a esquila⁷, a construção de alambrados, a produção de artefatos de couro (guasqueria), a doma dos cavalos, a lida caseira, etc. São as chamadas “lidas campeiras”, definidas por Rieth e Lima (2018) como um conjunto de atividades relacionadas ao modo de vida campeiro, entendido como “território de existência” das relações entre animais humanos, outros animais e ambiente.

Segundo Ribeiro (2016) a pecuária familiar não é apenas um sistema de produção, mas um modo de vida. Este envolve práticas de trabalho, mas também formas de percepção do ambiente, hábitos alimentares, formas de sociabilidade, saberes, conhecimentos e valores. Diversos estudos apontam ainda para os saberes tradicionais presentes nas práticas dos pecuaristas familiares e para a relação de interdependência destes com os ecossistemas pampeanos.

Azevedo e Fialho (2016) ao realizar pesquisa no Território do Alto Camaquã observaram a existência de um corpus de conhecimento que envolve o tratamento dos animais de acordo com as fases da lua, um calendário ritual para plantio, a existência de uma medicina campeira em que se realizam benzeduras para “bicheira” e picada de cobra e ainda formas de prever o tempo baseado nos sinais da natureza. Segundo os autores, esses conhecimentos e práticas são responsáveis por criar um comportamento preservacionista, integrado ao ambiente e que contribui para a manutenção e preservação do bioma Pampa.

Márcio Neske (2016) vai perceber que é fundamental para a reprodução do sistema de criação da pecuária familiar a manutenção de recursos não mercantilizados como água, solos e vegetação nativa, pois lhes permite uma independência em relação aos mercados na compra de insumos. Seguindo uma abordagem ecológica, Neske mostra que são as trocas com os recursos naturais renováveis que tem a maior participação no funcionamento do sistema produtivo dos pecuaristas familiares. A manutenção das áreas naturais é importante tanto para preservação dos recursos hídricos (rios, córregos e nascentes) como para em situações de adversidades climáticas, servir como fonte alternativa de alimento pros animais.

Recentemente foi realizado um laudo antropológico na localidade de Três Estradas por uma antropóloga da Câmara Técnica do Ministério Público Federal (MPF), dentro do inquérito aberto para averiguar as falhas do licenciamento ambiental do Projeto Fosfato Três Estradas e constatou-se que há uma relação de interdependência dos pecuaristas familiares ali residentes com o território em questão. O que aponta para o fato de que o modo de vida dos pecuaristas familiares depende dos ecossistemas do bioma Pampa para

⁶ Marcação do gado bovino com ferro em brasa, onde se põe a marca da propriedade no couro do animal.

⁷ Também chamada de tosquia consiste na tosa da lã das ovelhas. É realizado anualmente após o período de inverno.

existir, assim como a própria conservação do bioma depende das práticas de pecuaristas familiares e outras populações tradicionais ou não que habitem a região.

Em conversas e andanças com os moradores de Três Estradas, mais especificamente na região compreendida como Taquarembó (que fica próximo do arroio de mesmo nome), foi possível observar os elementos de uma territorialidade que se constrói nas relações entre seres humanos e não humanos. Estas relações que perfazem as práticas diárias de trabalho se dão entre os campeiros (humanos), os animais não humanos (cavalos, cachorros, vacas, bois e ovelhas), os campos nativos (gramíneas), os “capões de mato”⁸, as nascentes e cursos d’água como sangas e arroios⁹.

Como apontam Rieth e Lima (2018) essas práticas de trabalho, ou as lidas campeiras, refletem uma relacionalidade com o ambiente, que forma uma espécie de *malha* (INGOLD, 2012 *apud* RIETH e LIMA, 2018), que articula, conecta e cria fluxos que se materializam. Entende-se que na criação de territórios ou na conformação de territorialidades existe a construção de um conhecimento que não se dá apenas na “transmissão” de técnicas e formas de fazer, mas a partir dos encontros e dos processos criativos e improvisados com os materiais presentes nos ambientes. Em outras palavras, territórios estão continuamente sendo criados e recriados em processos dinâmicos de interação com o ambiente (INGOLD, 2015).

Isso remete à ideia de práticas territoriais proposta por Arce e Charão-Marques (2020) que envolvem tanto as “lidas” mais cotidianas dos atores, como também formas de habitar os territórios, as próprias materialidades e os atores não humanos presentes. Segundo os moradores do Taquarembó existem práticas que permitem a conservação das áreas de mata nativa e dos próprios campos nativos. Práticas como manter a lotação dos campos com um número adequado de animais, permitindo que haja uma boa disponibilidade de alimento e impedindo que os animais busquem nas áreas de mata as plantas para sua alimentação; a prática de não arar a terra para preservar as gramíneas nativas e também os diversos usos que são dados aos capões de mato contribuindo para sua preservação. Além de servirem como local de abrigo para os animais nos períodos de inverno e no tempo de parição são nesses locais que se busca madeira para lenha e para construção de cercas, plantas medicinais e outros materiais necessários para os trabalhos e para a vida no campo.

Na conformação desses territórios existenciais, são percorridos caminhos, deixadas marcas no ambiente e são criadas formas de ser. Adriana Paredes (2015) ao pesquisar com camponeses nos Andes peruanos trabalha com a ideia de desenhos ontológicos. Essa noção que a autora toma emprestada de Arturo Escobar (2012) se refere à criação de mundos e conhecimentos a partir do desenho de tecnologias e ferramentas. A forma como os pecuaristas circunscrevem o território ao manejar o gado pelos campos, com o uso dos cavalos que são por eles mesmos

⁸ Áreas de mata nativa que se formam próximo dos cursos d’água.

⁹ Sanga é como se denominam na região pequenos cursos d’água que correm nas partes baixas dos campos. Arroios são riachos, pequenos rios não navegáveis.

domados e a forma como dividem os espaços com áreas de pastagem e áreas a serem conservadas acabam por desenhar o mundo, ao mesmo tempo em que criam modos próprios de ser.

Transformações territoriais: novos fluxos materiais e novos atores nos territórios rurais do Pampa

No período recente a “metade sul” do Rio Grande do Sul, onde se encontra o bioma Pampa vêm vivendo uma série de transformações. A expansão da silvicultura de eucalipto a partir da década de 1980, a expansão do cultivo de soja a partir do final da década de 1990 e recentemente a chegada de diversos projetos de megamineração vêm provocando mudanças na paisagem, na economia e nos projetos de vida da população local. Relacionados aos desdobramentos da crise da pecuária que se deu ao longo do século XX, esses processos aprofundam as dinâmicas de êxodo rural, de conversão de áreas naturais e de degradação dos ecossistemas, tornando as áreas rurais cada vez mais locais de produção de mercadorias e não mais lugares de vida.

A convivência da pecuária, especialmente a pecuária familiar, com essas novas atividades é permeada por conflitos e dilemas, mais ou menos explícitos. No caso das lavouras de soja têm-se o impacto dos agrotóxicos, a supressão de matas ciliares, a poluição das águas subterrâneas e superficiais (que são muitas vezes compartilhadas pelos proprietários), o encarecimento dos arrendamentos (muitos sojicultores arrendam terras para o plantio, dificultando o arrendamento pelos pecuaristas) e a extinção das gramíneas nativas, pois depois de cinco anos de cultivo de soja transgênica, as gramíneas não retornam aos campos. A silvicultura por sua vez, além de suprimir áreas de campo nativo e mudar radicalmente a paisagem, drena as águas subterrâneas, provoca migração ou extinção da fauna nativa e encarece o preço da terra.

Essas atividades são apresentadas na grande mídia e no discurso de alguns políticos como projetos de desenvolvimento para a “metade sul” do estado que é entendida como a parte pobre do Rio Grande do Sul, carente de investimentos, atrasada e pouco integrada às regiões dinâmicas da economia. No caso da mineração é o mesmo discurso que é utilizado a fim de convencer a população da necessidade dos empreendimentos, num movimento muito parecido à “invenção do Terceiro Mundo”, como proposto por Escobar (2007).

A maior parte dos projetos minerários previstos para a região está em fase de pesquisa, tendo alguns empreendimentos já em fase de licenciamento ambiental como é o caso do Projeto Fosfato Três Estradas. Entre os possíveis impactos descritos no Estudo de Impacto Ambiental do projeto está a supressão de nascentes, diminuição da disponibilidade hídrica, supressão de vegetação nativa, poluição sonora e atmosférica, contaminação de solos, e muitos mais. Porém já existem impactos reais que vêm assolando a localidade como conflitos entre moradores, processos judiciais com a empresa mineradora, perseguição aos moradores contrários ao empreendimento, enfermidades físicas e psicológicas, entre outros.

Mais do que os impactos, o que se vê em longo prazo com essas novas atividades são novos desenhos ontológicos para a região e para os territórios. Enquanto a pecuária

familiar co-cria o bioma com suas práticas, as práticas territoriais dos agentes das lavouras de soja, da silvicultura e da mineração criam outros ambientes. Os fluxos a que se conectam são fluxos econômicos vinculados a circuitos internacionais de mercadorias e insumos e ao estabelecerem-se nas localidades elas trazem materiais e atores que passam a modificar os fluxos existentes, dificultando a continuidade das atividades pecuárias, territorializando distintas concepções, valores e ideias e desterritorializando as já existentes.

Segundo Ana Domínguez (2017) trata-se de uma territorialização do capital no bioma Pampa, atravessando as fronteiras nacionais. Vinculada à presença de recursos naturais estratégicos na América Latina como um todo, essa territorialização do capital envolveria processos acentuados de mercantilização e privatização da natureza, provocando mudanças e processos de reconfiguração territorial. Esse processo corresponde a um aprofundamento do modelo econômico extrativista (GUDYNAS, 2009), baseado na extração de matérias primas direcionadas principalmente para o mercado externo. De acordo com Maristella Svampa (2013), ao levar a uma reprimarização das economias latino-americanas, o modelo extrativista estaria ocasionando perda de soberania alimentar, aprofundando a dinâmica de expropriação de terras, recursos e territórios.

Porém a relação entre essas atividades extrativistas e a pecuária na região da Campanha gaúcha não se dá apenas na forma de conflitos. Também ocorrem processos de entrecruzamento, o que torna os fenômenos mais complexos. Isso se dá especialmente entre a pecuária e as lavouras de soja. Muitos dos sojicultores que arrendam terras plantam a soja no verão e no período de inverno criam gado nos campos plantados com azevém ou outras pastagens artificiais, comprando os terneiros dos pecuaristas familiares e realizando a engorda dos animais (MOREIRA et al. 2018). Outra vantagem visualizada por alguns pecuaristas é a “limpeza do campo” pela soja. Hoje em dia muitas áreas de campo estão infestadas pelo chamado “capim-annoni”¹⁰ e com o plantio de soja e com o processo de revolver a terra é possível remover essas gramíneas por determinado período, o que é visto como solução de curto prazo para pecuaristas pouco capitalizados e com poucas áreas de campo. Também a possibilidade de arrendar uma parte da propriedade para os “lavoureiros” constitui uma possibilidade de geração de renda para os pecuaristas, apesar dos efeitos negativos para os campos.

Como outro aspecto relacionado às transformações territoriais tem-se a chegada de novos atores nos territórios. No que toca à mineração estes são tanto agentes vinculados à empresa mineradora (profissionais ligados às empresas de consultoria, políticos e funcionários da empresa), como também os ativistas de movimentos sociais, pesquisadores, advogados, jornalistas, envolvidos nos movimentos de contraposição à megamineração no estado. Nos encontros com esses novos atores ocorrem processos de interface em que

¹⁰ Capimannoni é o nome popular para a espécie *Eragrostis plana* Nees. Trata-se de uma espécie forrageira exótica introduzida na região na década de 1950 e que com o tempo se mostrou uma verdadeira “praga”, pois não alimenta adequadamente os animais e por sua característica fibrosa enfraquece seus dentes, tendo uma grande capacidade de dispersão pelos campos.

distintos corpos de conhecimento entram em interação gerando novos processos (ARCE e LONG, 2000; LONG e PLOEG, 2011).

Estes novos processos envolvem movimentos de contra-trabalho e apresentam grande potencial de gerar processos de contra-desenvolvimento (ARCE e LONG, 2000). Os movimentos de contra-trabalho podem ser visualizados, por exemplo, na criação de projetos áudio-visuais, na organização de pareceres técnicos mostrando a inviabilidade dos projetos minerários, a abertura de inquéritos no Ministério Público Federal a fim de denunciar violações de direitos humanos no processo de licenciamento, além da comunicação sobre os efeitos dos projetos de mineração na vida dos territórios, não publicizados nos meios de comunicação. Nesses processos ocorrem tanto denúncias a respeito dos impactos da mineração como também se visibilizam aspectos relacionados às práticas culturais e à biodiversidade dos territórios.

Novas alianças sócio-materiais e processos sociais emergentes

Como resultado das interfaces e dos movimentos de contra-trabalho percebe-se que novos agenciamentos vêm ocorrendo no território. Esses novos agenciamentos referem-se às novas alianças sócio-materiais e a processos sociais emergentes que dão novos significados ao território. Percebe-se que esses processos ocorrem em paralelo e ao mesmo tempo como reação às ameaças colocadas pela mineração. Os atores reagem criativamente às situações colocadas, buscando refúgios para a vida, aderindo novos significados e ao mesmo tempo passando a relacionar-se distintamente com a materialidade dos territórios, o que sugere que também há uma agência distribuída no material (ARCE e CHARÃO-MARQUES, 2020).

Um dos processos emergentes e que se refere a uma nova aliança sócio-material é a patrimonialização de uma “mangueira de valo” e de uma mangueira de pedra¹¹ presentes na propriedade de um dos moradores da região do Taquarembó. Segundo arqueólogos envolvidos no estudo¹², essas antigas estruturas remetem provavelmente ao período das estâncias missioneiras e ao período colonial e se configurariam enquanto um sítio arqueológico importante para a história do Rio Grande do Sul. Vinculados ao processo de patrimonialização das lidas campeiras¹³ junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se reconhecidos como patrimônio a ser resguardado, esses bens materiais podem inviabilizar ou dificultar o processo de licenciamento ambiental do Projeto Fosfato Três Estradas.

¹¹ As mangueiras são espaços onde se recolhem os rebanhos para serem cuidados e observados. Antigamente eram construídos em determinados pontos do caminho dos tropeiros para servirem de local de parada, onde os animais eram “guardados” e ficavam impedidos de fugir pelos campos. No período das estâncias missioneiras no século XVII esses espaços eram construídos em forma de valo circular, já no período colonial eram construídos com pedras, a partir do trabalho de escravizados.

¹² Prof. Dr. Cláudio Carle – Pesquisador UFPel; Cícero Oliveira – Doutorando Antropologia/Arqueologia UFPel e Luciene Barbosa – Mestranda Antropologia/Arqueologia Ufpel.

¹³ Os relatórios e demais estudos referentes ao Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC das lidas campeiras se encontra no site: <https://wp.ufpel.edu.br/lidacampeira/>.

Outro processo que vem ocorrendo na região da Campanha gaúcha, mas com incidência em Três Estradas é a valorização da ovinocultura e do artesanato em lã. Ainda que dependente de políticas públicas de fomento que nos últimos anos não estão sendo implementadas, essas atividades vêm sendo impulsionadas pela ação de associações como a ADAC (Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã) que também possui influência em Lavras do Sul e por ações realizadas no sentido de patrimonializar o artesanato em lã. Essa atividade tradicionalmente realizada pelas mulheres pampeanas tem ganhado o estímulo de entidades como a Associação Pampa Gaúcho de Turismo (APATUR), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS e entidades como a Associação para a Grandeza e União das Palmas (AGrUPa), e a Associação Brasileira dos Criadores de Ovinos (ARCO).

Por fim têm-se o reconhecimento dos pecuaristas familiares de Três Estradas como população tradicional. O primeiro passo nesse sentido foi dado pela Câmara Técnica do MPF-RS que reconheceu Três Estradas com território tradicional. Esse processo abre diversas prerrogativas e pode vir a reconhecer esse segmento pouco conhecido e valorizado no estado. Por não se encaixarem na categoria “agricultura familiar” nem serem capitalizados e possuírem grandes extensões de terra como os grandes estancieiros, os pecuaristas familiares têm dificuldades de acessar políticas públicas e linhas de crédito rural. Trata-se de uma população que se desenvolveu a margem das grandes propriedades, formada pelas diversas etnias que compõe a população da fronteira e da região sul do Rio Grande do Sul, cujas práticas remetem à saberes e conhecimentos construídos historicamente na interação e co-existência com o bioma Pampa.

Considerações finais

Como parte de uma pesquisa ainda em andamento, o presente estudo apresenta processos em aberto, assim como tentativas de interpretação dos fenômenos dentro do que está sendo concebido como uma abordagem sócio-material. O que os processos emergentes e as novas alianças sócio-materiais indicam é a possibilidade de estarem ocorrendo consequências inesperadas à expansão do extrativismo na região. Este é entendido aqui como um extrativismo predatório que vem reconfigurando os territórios rurais do Pampa, desterritorializando as populações locais, levando ao êxodo rural e à degradação dos ecossistemas.

Nesse sentido, as alianças e articulações que vem se formando na contestação à mineração, na busca pela patrimonialização de certas práticas e bens materiais associados às lidas campeiras, assim como a busca pela valorização da ovinocultura e do artesanato em lã, revelam que podem estar em curso processos de contra-desenvolvimento. A resistência aos projetos de mineração assume assim o caráter de uma re-existência para os moradores do território e para os outros atores envolvidos. Na interação entre os diferentes atores geram-se novos agenciamentos, em que ocorrem movimentos de reterritorialização, em que novos significados são aderidos aos territórios, transformando a relação dos atores com as materialidades existentes.

Referências Bibliográficas

ARCE, A. LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. *In*: Arce, A.; Long, N. (Eds.) **Anthropology, Development and Modernities. Exploring discourses, countertendencies and violence**. Routledge: London, 2000.

ARCE, Alberto. CHARÃO-MARQUES, Flávia. **Interfaces y Ensamblajes en la Antropología del Desarrollo: actores, afectos y materialidades**. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/40848339/V3_Interfaces_y_ensamblajes_desarrollo_Arce_and_Char%C3%A3o_Marques_Versi%C3%B3n_Final

AZEVEDO, Letícia F. FIALHO, Marco Antônio V. Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais - Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul. *In*: **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Paulo Dabdab Waquil *et al.* (Orgs.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

BEHLING, Hermann. JESKE-PIERUSCHKA, Vivian. SCHÜLER, Lisa. VILAR, Valério De Patta. Dinâmica dos campos no sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. *In*: **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Valério de Patta Pilar [et al.]. Editores. – Brasília: MMA, 2009.

DOMÍNGUEZ, Ana. *La territorialización del capital y la monopolización del territorio Pampa*. *In*: **Olhares sobre o Pampa: um território em disputa**. Organizadoras: Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Eliane Maria Foletto. – Porto Alegre: Evangraf, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción del desarrollo**. 1ª edición. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GUDYNAS, E. *Diez Tesis Urgentes sobre el Neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. *In*: **Mesa Redonda Alternativas a una economía extractivista**. Quito: CAAP: FLACSO, 2009.

INGOLD, Timothy. Trazendo às Coisas de Volta à Vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *In*: **Horizontes Antropológicos**, ano 18. 2012. INGOLD, Timothy. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Tradução de Fábio Creder. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México, 2007. LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2011. p. 21-48

MOREIRA, Juliana. MATTE, Alessandra. CONTERATO, Marcelo A. “E esses campos são bons”: A percepção dos pecuaristas sobre a atividade pecuária diante do crescimento das lavouras de soja no bioma Pampa. *In*: **Anais do VI Simpósio da Ciência do Agronegócio**. Faculdade de Agronomia, Porto Alegre, RS. Outubro de 2018.

NESKE, Márcio. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. *In*: **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Paulo Dabdab Waquil *et al.* (Orgs.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

RIBEIRO, Cláudio M. **O modo de vida dos pecuaristas familiares no Pampa brasileiro**. *In*: **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Paulo Dabdab Waquil *et al.* (Orgs.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

RIETH, Flávia. LIMA, Daniel Vaz. Manejos pecuários: ofícios e saberes artesanais. *In*: **Saberes artesanais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. Organizadores: Cesar de David e Daiane Loreto de Vargas – São Leopoldo: Oikos, 2018.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los *commodities* y lenguajes de valoración em América Latina. *In*: **Revista Nueva Sociedad**. N. 244, marzo-abril de 2013.

**“Os Kariri protegem a chapada
e a Chapada protege os Kariri” :
territorialidade e espiritualidade
no Cariri Cearense**

“Os Kariri protegem a chapada e a Chapada protege os Kariri“ : territorialidade e espiritualidade no Cariri Cearense¹

Paulo Eduardo Rolim CAMPOS²

Luciana Melo de Medeiros Rolim CAMPOS³

Thiago de Abreu e Lima FLORÊNCIO⁴

Resumo

O Cariri Cearense, localizado no Nordeste Brasileiro, possui um rico patrimônio arqueológico, paleontológico, geológico e natural, ora ameaçado pelo modelo neoliberal de desenvolvimento. Nas comunidades tradicionais e originárias, sobretudo nos Cariri de Poço Dantas-Umari, do sopé da Chapada do Araripe, a mais importante formação geológica dessa região, observa-se um ethos onde a Natureza possui atributos místicos e maternos, o que justifica uma postura reverente e cuidadosa em seus modos de vida e no manejo da terra. Neste sentido, a necessidade de dar visibilidade a estas visões de mundo em contraponto aos processos de desenvolvimento na região nos instigou a investigar esse fenômeno. Toma-se aqui como fonte documental os relatos feitos durante o II Seminário Nacional dos Povos Indígenas do Cariri Cearense, ocorrido em agosto de 2020, de forma virtual. Observou-se aí que a dinâmica de uso territorial desses povos está intimamente ligada à visão de que a Natureza é a morada de seus ancestrais e que abriga seres encantados, como a Mãe d'água e o Pai da Mata. Ao situarmos este cenário na perspectiva dos desafios ambientais temos que a permanência dos modos de vida dos Kariri garantirá, porque promove uma perspectiva biocêntrica, a permanência deste lugar rico e diverso.

Palavras Chave: Encantados; Povo Kariri; Cariri cearense

O Cariri dos Kariri

O Cariri localiza-se no sul do Ceará, a 560 km da capital Fortaleza, e faz fronteira com os estados da Paraíba, do Pernambuco e do Piauí, formando assim a mesorregião do Araripe. Esta região, politicamente formada por 28 municípios, sempre foi, pelas características “biodiversas” e “geodiversas” incomuns, ponto de convergência de fluxos migratórios, um território que guarda uma profusão de elementos tangíveis e intangíveis que a tornam peculiar em meio ao semiárido nordestino: o Geopark Araripe (CEARÁ, 2018), patrimônio geológico de inestimável valor científico; a Floresta Nacional do Araripe

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Doutorando no Programa de Pós -Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

³ Mestranda no Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável na Universidade Federal do Cariri – UFCA.

⁴ Orientador do trabalho e professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri -URCA.

– FLONA ARARIPE (BRASIL, 1946);

o Padre Cícero e o fenômeno das romarias (DELLACAVA, 2014); espécies vegetais e animais categorizados como endêmicos e em grave risco de extinção; além de configurar-se como palco de fatos históricos relevantes na história do Brasil, entre outros aspectos.

Neste contexto é de fundamental importância destacar a “presença Kariri”, nome dado ao povo que originalmente habitava esta região e estendia sua presença até o sertão baiano. Fartamente documentada através da cultura material e imaterial (LIMAVERDE, 2015), essa presença manifesta-se nos achados arqueológicos; nas bandas cabaçais; na religiosidade; nas lendas, mitos e tradições; na culinária; nos hinos e bandeiras das cidades do vale do Cariri, expressões marcantes de modos de vida e da realidade cotidiana do Cariri contemporâneo que estão para além dos recortes estritamente étnicos.

De modo paralelo, e em franca expansão, o desenvolvimento da região do Cariri cearense faz-se a partir de um modelo que demonstra considerar o crescimento econômico a despeito de profundas questões sociais latentes e o patrimônio natural, cultural e geológico diversos (CAMPOS, 2019).

Em contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico, encontram-se exemplos de uma relação harmônica com a Natureza e do manejo adequado da terra. Observa-se nas narrativas das comunidades do sopé da Chapada do Araripe a atribuição de valores místicos e maternos à FLONA ARARIPE e às nascentes de água (LIMAVERDE, 2015), tal perspectiva justifica uma postura reverente e cuidadosa com a Natureza em seus modos de vida. A região é palco de inúmeras experiências que aderem naturalmente às premissas básicas de uma perspectiva biocêntrica, seja através de práticas coletivas ou individuais. Do passado tem-se a experiência autônoma, comunitária e autossuficiente do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto⁵ (RAMOS, 1998) e do presente têm-se as experiências de manejo ecológico da terra observadas no sopé da Chapada do Araripe e fomentadas pela Associação Cristã de Base⁶, por exemplo. Podemos citar ainda a fala de Mestre Galdino, artesão, poeta e extrativista na FLONA ARARIPE, quando afirma, em vídeo disponível no *YouTube*⁷, que “a floresta é uma mãe” e que “é do som do canto dos pássaros” que ele tira a rima para as suas poesias. Ou, ainda, a fala de João do Crato, um multiartista cratense, em um vídeo⁸ também disponível na mesma plataforma, ao se referir também a floresta, que nos diz que“(...) essa floresta é o nosso pulmão, é o que nos faz respirar bem, é o que faz a gente sentir que esse Cariri tem uma coisa diferenciada, uma coisa do encantamento, que vem desde os índios Cariris”.

⁵ O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi uma experiência comunitária ocorrida entre os anos de 1926 e 1936, onde um grupo de 2000 camponeses, liderados por Beato José Lourenço, viviam, de modo autossuficiente, numa fazenda pertencente ao Padre Cícero. Esta experiência foi destruída pelo Estado brasileiro, com o apoio da Igreja Católica, sob a alegação de ser uma experiência comunista.

⁶ A Associação Cristã de Base fomenta desde de 1982 a agroecologia na região do Cariri e tem como missão “contribuir com as comunidades no exercício da cidadania para a convivência com o semiárido”. Para saber mais : <https://www.acbcrato.org/>, acessado em 23/02/2021.

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=q1or36944Qs>, acessado em 23/02/2021.

⁸ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ARQGekgvC_8, acessado em 23/02/2021.

Há, portanto, uma ambiência ancestral, cultural e legal, para o fomento de um modelo de desenvolvimento com bases ecológicas, assentado numa gestão pública sustentável e no estímulo a uma transição para uma cultura fundamentada na sustentabilidade, na interculturalidade e na Ecologia de Saberes (SANTOS, 2009).

Nesta perspectiva, o tensionamento entre o modelo de desenvolvimento capitalista, alicerçado pelo Estado, e os povos originários e comunidades tradicionais, foi e ainda é uma grave ameaça para a manutenção de culturas, de visões de mundo, de línguas, de conhecimentos, de sabedorias e, também, para a preservação da natureza (GARCÉS et al., 2019).

Assim, a necessidade de dar visibilidade a um ethos biocêntrico, comum aos povos do sopé da Chapada do Araripe, em contraponto aos processos de desenvolvimento na região do Cariri nos instigou a investigar esse fenômeno. Toma-se aqui como fonte documental os relatos feitos durante o II Seminário Nacional dos Povos Indígenas do Cariri Cearense - SNPICC⁹, ocorrido em agosto de 2020, de modo remoto.

Este trabalho está dividido em 5 partes, incluindo essa primeira seção. A seguir apresenta-se o ponto de partida epistemológico deste trabalho, trazendo outras perspectivas ontológicas, epistemológicas, cosmogônicas e filosóficas para análise do fenômeno pesquisado neste trabalho. A seguir são apresentadas as narrativas das comunidades do sopé das chapadas do Araripe. A última seção destina-se às considerações finais.

Por um Encantamento da Natureza e Seus Saberes

Ailton Krenak sintetizou de forma precisa a divisão fundamental entre indígenas e ocidentais no que se refere à perspectiva da natureza. Se para os últimos a natureza é vista enquanto recurso, para os primeiros a natureza é uma pessoa, dotada de humanidade e poder de comunicação (KRENAK, 2019, p. 40). O desencantamento da natureza é sua transformação em um objeto capaz de ser conhecido por intermédio das leis da ciência e transformado de acordo com os interesses extrativistas do nascente capitalismo colonial. Tal marco da chamada modernidade ocidental faz da natureza um recurso infindável que alimenta a perspectiva sempre inacabada de lucro e progresso.

O corte radical entre natureza e cultura caracteriza um dos mitos da Modernidade (DUSSEL, 1993). Tratar a natureza como recurso é inscrever-se enquanto sujeito de posse, ou seja, sujeito que se coloca como isolado do mundo da natureza e pode dominá-la, inscrevendo-se enquanto ego conquiro, ego conquistador que, no dizer de Dussel, marca essa relação colonial do “conquisto, logo existo”. Kopenawa caracteriza os ocidentais como “povos da mercadoria” (KOPENAWA, 2015), formulação que ajuda a compreender o afastamento radical entre natureza e cultura através desse mecanismo que reduz os elementos da natureza a recursos capazes de serem transformados em mercadorias.

⁹ O referido seminário, foi realizado pela Universidade Regional do Cariri (URCA) através da Associação Índios Cariri de Poço Dantas/Umari; do Núcleo de Estudos de Descolonização do Saber (NEDESA); do Grupo de Estudos em Direitos Humanos Fundamentais; o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades - LAGENTE/UFG; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade - NEPE/UFPE e do Laboratório de Antropologia Política e Comunicação - LAPA/UFPB.

Essa forma de tomar posse da natureza pelos “povos da mercadoria” deu-se de forma concomitante a uma tomada de posse dos habitantes desses territórios, expropriando-os de suas terras e de suas relações de humanidade com a natureza, prejudicando sua sobrevivência espiritual, material e epistêmica. A luta dos povos indígenas contra a continuidade dessas políticas de expropriação de seus territórios e de seus saberes, ancorados na relação de copertencimento entre natureza e humanidade, se faz presente a partir de uma ecologia política, ou melhor, uma cosmopolítica dos diferentes seres, humanos e não-humanos, que leve em consideração os corpos em suas multiplicidades, mas que compartilham uma mesma humanidade, um “multinaturalismo”, conforme as palavras de Eduardo Viveiros de Castro (2004). Nesse multinaturalismo, a própria natureza teria estatuto de sujeito de direito, tal como já vemos na constituição equatoriana, que em seu artigo 10 se lê: “*La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución*”. Ou ainda o artigo 71 da mesma constituição, onde lemos: “*La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos*” (EQUADOR, 2008).

Nesse sentido, propomos um diálogo com os saberes partilhados pelos povos indígenas em sua indiferenciação entre natureza e cultura, entre os corpos materiais e imateriais, entre a ciência e o encanto. Um diálogo que propõe um “encantamento” dos saberes. Para isso, a necessidade de nos desvencilharmos de uma forma de conhecimento homogeneizadora, enciclopédica e universalista, e reconhecermos os saberes construídos socialmente nas aldeias a partir de uma “ciência encantada”, como propõem Simas e Rufino:

Nesse sentido, propomos o arrebatamento epistêmico, ao invés de ciências humanas, reivindicamos a noção de ciência encantada. Essa provocação/sugestão é encarnada das sabedorias negro-africanas transladadas pelo Atlântico, traçada junto às sabedorias ameríndias e as demais contribuições que cruzaram por nossas macaías”. (...) Os desencantamentos das ciências humanas e da noção de humanidade assentam-se, basicamente, na incapacidade que os modelos alicerçados nos paradigmas do Ocidente europeu têm de não reconhecer outras perspectivas ontológicas, epistemológicas, cosmogônicas e filosóficas produzidas fora do eixo em que ele julga se encontrar (Ocidente europeu como ideologia) (SIMAS et RUFINO, 2019, p. 32).

A Natureza Sagrada e os Povos do Sopé Da Chapada Do Araripe: Um Sentido de Proteção Mútua

“Para além das causas estão os mistérios, as maravilhas” (Rumi)

Ao iniciar esta seção apresentamos uma perspectiva histórica da ocupação territorial do hoje chamado Cariri cearense na tentativa de “tecer o fio dos acontecimentos”, compreendendo que é necessário debruçar-se sobre a História para apreender os significados implícitos (e compulsórios) no modelo de ocupação territorial do Nordeste brasileiro.

O Cariri cearense foi ancestralmente ocupado pelos tapuias, assim denominados os indígenas de diferentes etnias (entre elas a etnia Kariri) que ocupavam o sertão do nordeste do Brasil, desde o sul do Ceará até a Bahia (vide o Mapa de *Nimuendaju*¹⁰). No início do século XVII, esta região passou a ser ocupada por sesmeiros e bandeirantes na busca de terra e mão de obra escrava para dar suporte ao projeto colonial. Antes aliados dos holandeses, os Kariri encontraram na resistência a única saída possível para o enfrentamento da cruel empreitada portuguesa nos sertões nordestinos, dá-se então a conhecida e violenta Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2002). O enfrentamento entre os indígenas e as forças coloniais durou mais de dez anos, sob o signo da crueldade e da violência, mas também de resistência e luta (GONÇALVES, 2006).

Ao trazer o contexto histórico busca-se ampliar a compreensão de que a territorialização do Cariri Cearense é fruto de um modelo de desenvolvimento predatório que tem suas expressões manifestadas ainda hoje. Compreende-se, portanto, que o tecido social formado no período colonial incide diretamente na maneira como o território é utilizado, observado e sentido na contemporaneidade. Conforme abaixo:

“Os aldeamentos missionários e a repressão seguida do massacre aos remanescentes Kariris deixaram o território sertanejo livre para a exploração econômica agropastoril praticada pelos novos ocupantes. Também ocorreu um verdadeiro intercruzamento forçado de raças, pois o branco europeu, recém chegado nas terras de dentro, explorou não só economicamente, mas também sexualmente os indígenas e os escassos escravos africanos. Este caboclo ou mestiço, agora habitante do outrora habitat do tapuia Kariri, nele expressa um novo modo de viver, orientado pelo ethos da fé cristã e da cultura capitalista da acumulação e da parcimônia” (GONÇALVES, 2006 p. 73).

¹⁰ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20vers%C3%A3o%20Jorge%2004092017.pdf>

Nesta perspectiva, Milton Santos (2005) traz a compreensão de que um mesmo território possui significados distintos para distintos grupos sociais. Para alguns um território pode significar vida, sacralidade, ancestralidade e para outros, o mesmo território, pode significar apenas um mero recurso colocado a serviço de uma lógica de acumulação. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.” (SANTOS, 1998, p. 139). Ao lançar o olhar para o Cariri Cearense observa-se a ocorrência dessa mesma dinâmica: a Chapada do Araripe (Figura 01) ao mesmo tempo em que é vista como divindade, como mãe provedora por povos tradicionais é vista atualmente como potencial lugar para implantação de usina eólica ou plantio de soja pelos investidores internacionais, por exemplo.

Figura 01 - Chapada do Araripe



Fonte : (LIMAVERDE,2015) Foto: Augusto Pessoa

A Chapada do Araripe, por sua grandeza estrutural e simbólica, sempre atraiu povos ancestrais pela abundância de água, flora diversa e clima ameno. É uma importante formação geológica, uma generosa mancha verde, que se destaca no bruto clima do semiárido e atravessa os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí. Conforme LIMAVERDE (2015), pela diversidade geológica e paleontológica, é uma importante fonte de informações para a compreensão da formação da Terra.

Nas comunidades tradicionais do sopé da Chapada do Araripe, entre elas a comunidade dos Cariri de Poço Dantas - Umari¹¹ no município do Crato, são comuns a alusão a seres encantados protetores da floresta; das nascentes e das quedas d'água:

como: Pedra Encantada, Reino Encantado, Lagoa Encantada, Serpente Encantada, Mãe d'Água, entre outras denominações semelhantes. Dessa forma, localizando geograficamente esses

¹¹ Os Cariri de Poço Dantas Umari, assim auto-denominados, vivem na zona rural do município do Crato e protagonizam, atualmente, um significativo processo de autoidentificação e reivindicação de direitos políticos junto ao Estado Brasileiro.

lugares, é possível mapear um Território Encantado do Cariri. Esses lugares não são simplesmente paisagens naturais, eles possuem um caráter simbólico e intangível, como lugares que guardam a memória do tempo primordial do mito. (LIMAVERDE, 2015, p. 105).

Recentemente, durante o II SNPICC, foi possível observar relatos que ajudam a compreender a tessitura entre territorialidade e espiritualidade no Cariri Cearense, na Chapada do Araripe. Esse seminário trouxe ao todo oito sessões com diferentes abordagens da mesma temática, todas elas auxiliaram na construção da compreensão dos processos identitários que têm ocorrido no “Cariri dos Kariri”. Entretanto, com foco no que trata esse texto, tomaremos aqui apenas três sessões.

A primeira é a sessão dois, intitulada “Autoreconhecimento e Afirmação étnica Kariri na Chapada do Araripe”¹², cujo objetivo foi refletir sobre o recente processo de autoreconhecimento e afirmação de populações de ascendência Kariri na região do entorno da Chapada do Araripe.

Destaca-se a fala de Everaldo Mororó, nascido e criado no Sítio Mororó em Santana do Cariri -CE. Num depoimento sensível e permeado por uma delicada espiritualidade, ele nos apresenta a forma como sua comunidade se relaciona com o ambiente do entorno, o sopé da Chapada do Araripe, apresentando a Caboclinha da Mata, um ser mítico que habita florestas e matas fechadas.

É muito forte aqui na comunidade os relatos sobre a caboclinha . E isso sempre, desde criança, escutando a minha avó, escutando, inclusive, o assobio dela na mata ou nos riachos. (...) eu comecei também a identificar a caboclinha como uma entidade, um espírito ligado ao povo kariri (...) é um espírito ligado às matas, ligado à proteção dos animais, é muito ligado também à questão da caça (...). Existe caçadores aqui na comunidade do Mororó que temem muito a figura da caboclinha (...) porque ela é quem permite que eles saiam pra mata, que eles busquem o alimento, enfim, só aquele alimento que é necessário só para alimentar a família (...) nas noites de lua cheia, de lua muito clara quando a caboclinha vem assobiando pela direita ela vem dando a permissão, permitindo que a mata se abra, permitindo que vá até a mata buscar alimento da própria família. Se ela vem assobiando pela esquerda é um sinal que você não deve caçar porque senão você vai ver visagem, vai ver assombração, ou então vai circular pela mata e não vai ter nenhum êxito (...) (Everaldo Mororó, Sítio Mororó, 9 de agosto de 2020).

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/karirideumari/videos/917673165375023/>

A fala de Everaldo, ao exemplificar a conduta dos caçadores durante o “ritual” da caça, apresenta o sentido da proteção mútua aludido no título dessa seção. A execução da empreitada é precedida de um pedido de licença e só é verdadeiramente realizada se o Encantado, o aspecto espiritual da Natureza, concedê-la através de “um assobio vindo do lado direito”. É através de uma atitude reverente que a Natureza concede a permissão para que o ser humano consiga o alimento para a família.

A sessão quatro¹³ intitulada “Percurso Rituais pelos Sertões”, cujo objetivo foi refletir sobre conexões históricas e percursos rituais de curta, média e longa durações que configuraram extensas redes sociais entre povos indígenas de diferentes grupos étnicos pelos sertões brasileiros.

Aqui destaca-se a fala de Alemberg Quindins, idealizador da Fundação Casa Grande¹⁴ - FCG, que demonstra o entendimento dos fluxos entre os aspectos geográficos, culturais e a espiritualidade, fruto de décadas de trabalho dedicado a sistematizar as histórias e “os causos dos sovaços da Chapada”, realizado em parceria com Rosiane Limaverde, doutora em arqueologia e também idealizadora da FCG (hoje junto aos Encantados).

Alemberg usa expressões como: “Chegou a época que a Chapada do Araripe canta!”, numa alusão à época dos ventos, às “experiências do tempo”, às mudanças de estação.

A terceira sessão do seminário destacada por nós é a sessão seis, intitulada “**Cariri de Poço Dantas (re)existem**”¹⁵ cujo objetivo foi conferir espaço às histórias de luta e organização sociopolítica dos Cariris de Poço Dantas Umari a partir das óticas de seus protagonistas. A mediação desta mesa foi realizada por Joedson Nascimento e Vanda Cariri, presidente da Associação dos Índios Cariris de Poço Dantas Umari - AICAPDU. O início desta sessão deu-se com um toré, transmitido da comunidade dos Cariri de Poço Dantas - Umari, junto com uma louvação e pedidos de proteção à Mãe Natureza, ao Pai *Tupã*, e ao Pai Oxóssi, um rito comum aos inícios dos encontros, das reuniões nas comunidades indígenas. Dona Ana, uma indígena idosa e uma importante referência na comunidade, nos traz uma fala muito segura de sua relação com os Encantados e afirma que: “a caboclinha existe, eu mesmo já vi!”.

¹³ Disponível em:

https://www.facebook.com/karirideumari/videos/sess%C3%A3o-4-percursos-rituais-pelos-sert%C3%B5es/2379710112333007/?_so=_permalink&_rv=_related_videos

¹⁴ A Fundação Casa Grande é uma organização da sociedade civil que trabalha, há 20 anos, a inclusão social através do fomento à preservação do patrimônio material e imaterial do Cariri Cearense. Administra o Museu do Homem Kariri e compõe o Instituto de Arqueologia do Cariri. Para saber mais : <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>.

¹⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/karirideumari/videos/2660705754202905/?_so=_permalink&_rv=_related_videos

Tem gente que diz que não existe caboclinha, mas existe, eu mesma já vi uma. Me levantei um dia 5h da manhã, eu ia trabalhar, quando eu saí de casa e caminhei assim um pedacinho aí lá vinha aquela turma de bicho era veado, era raposa, era tatu, era peba, tudo que era bicho que existia nos mato e atrás dos bichos quando eu olhei vinha uma menina bem miudinha toda cabeluda, toda coberta de cabelo tangendo os bichos que nem tava tangendo um bocado de gado, aí eu fui e olhei e disse “virge meu deus”, aí quando eu vi ela que ela saiu tangendo os bichos, aí que eu baixei a cabeça e levantei ela desapareceu, aí eu fui e voltei pra trás pra casa na carreira e disse a minha mãe que tinha visto e ela disse que “era ela mesmo, é por isso que ela assubia direto por trás nessa tapão de mato perto de casa e eu peço a vocês pra não assobiar e ficar calado que ela vem mesmo”. Aí depois desse dia que eu vi ela todo dia ela arroteava assobiando ao redor de casa. (...) Meu pai todo dia ele ia pro mato, ele tinha uma devoção com as caboclinhas, todo dia tava dando coisa pra ela, ele matava os tatu e pedia a minha mãe que não era pra botar pimenta do reino nas caça que ele caçava, aí quando é um dia ele matou um tatu aí foi ela deu um pedaço a vizinha e não se lembrou de dizer o que ele dizia que não era pra botar pimenta do reino, ela não disse a ele que não tinha dado nem que tinha botado, aí ele saiu pro mato, quando deu 6h desabava pro mato, passava noite todinha caçando tatu, caçando peba, esperando veado, tinha uma cachorrinha que chamava tubiba, aí ele saiu pro mato mais a cachorrinha aí quando foi chegando no mato e já foi notando que tinha alguma coisa errada, aí só via era a peia na cachorrinha, os pulos, aí ele chamou tubiba e disse que a coisa não ia prestar hoje não. (Dona Ana, Poço Dantas-Umari, 11 de Agosto de 2020).

Os depoimentos aqui apresentados são uma breve demonstração de um modo de vida pautado no respeito à Natureza e na crença na sacralidade da delicada trama da Teia da Vida (CAPRA, 1996), ao longo de toda a extensão da Chapada do Araripe encontra-se a perpetuação de um gesto reverente, cuidadoso e terno perante à sua imponente presença.

Considerações Finais

As questões discutidas neste trabalho fornecem evidências de que o Cariri Cearense vive mais um momento paradoxal em sua história. Ao tempo em que Estado e Mercado organizam-se, estrutural e legalmente, para dar curso à expansão de um projeto de desenvolvimento excludente e predatório, perpetua-se o entendimento, nas comunidades do sopé da Chapada do Araripe, de que somos parte indissociável da Natureza e que sua mercantilização nos encaminha para uma inevitável crise civilizatória.

Compreende - se que reconhecer e dar garantias de reprodução dos modos de vida destas comunidades está intimamente relacionado à preservação da Chapada do Araripe e seu significativo patrimônio geológico, cultural, histórico e natural.

Estabelece-se aí uma conexão entre o conhecimento e visão de mundo de povos originários e tradicionais às atuais circunstâncias planetárias. Entende-se que ao oferecer ao mundo uma ética e práticas pautadas no pensamento biocêntrico os povos originários e comunidades tradicionais ofertam junto a chave para as importantes mudanças paradigmáticas necessárias e urgentes.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.226 de 02 de maio de 1946.**

CAMPOS, P. E. R. **Exportação de Água Virtual do semiárido e os paradoxos do desenvolvimento: o caso da bananicultura empresarial irrigada no Cariri cearense.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável –Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Crato, 2019.

CEARÁ.GEOPARK ARARIPE. **Planejamento Estratégico** Período: 2018 a 2021. Universidade Regional do Cariri, Crato, 2018.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro.** 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DUSSEL, Enrique. **1492, O Encobrimento do Outro. A origem do mito da modernidade.** São Paulo: Vozes, Editora Vozes, Petrópolis, 1993.

EQUADOR. **Constituição da República do Equador:** promulgada em 28 de setembro de 2008.

GONÇALVES, U.C. A geografia do ethos capitalista no Cariri cearense, Cadernos do CEAS. *In: Revista crítica de humanidades.* SALVADOR, 2006.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe,** Nova Olinda, Ce. Tese de doutorado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

PALITOT, Estevão Martins. Um quadro de multiplicidade étnica: os povos indígenas em Crateús. *In: Na*

mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará/ IMOPEC, p 271- 298. 2009.

RAMOS, Régis Lopes. **A Santa Cruz do Deserto: Memórias do Caldeirão.** in *Revista Projeto História* v.17 1998.

SIMAS, L. A. et RUFINO, L. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena: O que nos faz pensar.** [S.l.], v.14, n.18, p. 225-254. Disponível em: <http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_18_13_eduardo_viveiros_de_castro.pdf>. Acesso em: 09 dez, 2020.

Fontes

ALEMBERG QUINDINS, Depoimentos no II Seminário Povos Indígenas do Cariri Cearense. 09 a 11 de Agosto de 2020.

DONA ANA, Depoimentos no II Seminário Povos Indígenas do Cariri Cearense. 09 a 11 de Agosto de 2020.

EVERALDO MORORÓ, Depoimentos no II Seminário Povos Indígenas do Cariri Cearense. 09 a 11 de Agosto de 2020.

VICTOR CARIRI, Depoimentos no II Seminário Povos Indígenas do Cariri Cearense. 09 a 11 de Agosto de 2020.

Resistências anticoloniais contra as fronteiras agroextrativistas: lutas Guarani e Kaiowá pelo bem viver (teko porã) e por autonomias

Resistências anticoloniais contra as fronteiras agroextrativistas: lutas Guarani e Kaiowá pelo bem viver (teko porã) e por autonomias¹

Gislaine Carolina MONFORT²

Laura Jane GISLOTI³

Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo

Os povos Guarani e Kaiowá travam a resistência anticolonial contra a usurpação e degradação de seus territórios originários pelas fronteiras do agronegócio que impera e expande territórios monopolizados no sul do estado de Mato Grosso do Sul. As lutas socioterritoriais destes povos são marcadas por uma multiplicidade de estratégias complexas que se alicerçam na auto-organização comunitária, bem como na valorização dos conhecimentos tradicionais e sistemas socioecológicos. Neste trabalho, reunimos esforços para compartilhar por um lado, algumas reflexões sobre os intensos conflitos de territorialidades, os crimes socioambientais e etnocídio orquestrados pelo agronegócio e pelo Estado brasileiro nos territórios tradicionais, e por outro, as ações autônomas e a autogestão territorial construídas por esses povos. A convergência entre os processos de colonização e os atuais crimes ambientais do agronegócio remontam a espoliação e a perda da biodiversidade, bem como remonta a fragmentação e precarização territorial dos povos. No entanto, nos inspiramos e esperamos através da desobediência e resistência anticolonial Guarani e Kaiowá, da potência dos seus conhecimentos tradicionais e da luta incessante por seu modo de vida baseada no bem viver, na relação intrínseca com a floresta, bem como nas ações de autodemarcação a partir das retomadas do tekoha.

Palavras-chave:

agronegócio; conhecimento tradicional; etnocídio; restauração ecológica.

Os Kaiowá e Guarani são povos originários das terras baixas da América do Sul e estão territorializados no sul do estado de Mato Grosso do Sul compondo a segunda maior população indígena do Brasil com 50 mil pessoas (PEREIRA, 2016). Os tekoha guasu - grande território ancestral - destes povos se estende originalmente numa dimensão entre os rios Apa, Brilhante, Ivinhema, Paraná e a Serra de Maracaju. E é quase inteiramente definido pelos afluentes da bacia do rio Paraná, com exceção do rio Apa, especialmente em grandes áreas de mata - como a ka'aguy rsu - no decurso de córregos e rios (BRAND, 2001, 2016; MOTA, 2015).

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestranda no programa de Pós Graduação em Geografia, email: gislainemonfort@gmail.com

³ Professora da Faculdade Intercultural Indígena, email: lauragisloti@gmail.com

Ademais, a cobertura da vegetação nativa nos ecossistemas que compõe os *tekoha* (lugar onde se é) e o *tekoha guasu* (grande território) é confluyente ao domínio fitogeográfico classificado como Mata Atlântica, onde faziam o manejo de cultivos, da caça e coleta em formações florestais. A floresta – *ka’aguy* – para os povos Kaiowá e Guarani é uma categoria ampla, com muitos patamares, seres vivos e divindades com diferenciações e o bom manejo da mata precisa dos conhecimentos tradicionais, do *ñembo’e* (rezas), do *jehovassa* (benedições) e de uma boa relação com os protetores das espécies que ali estão.

Comumente, o manejo e uso da terra pelos povos indígenas é feito no sentido de cuidar, conviver e difundir espécies para sua preservação (REGO et. al., 2010). Para os povos Kaiowá e Guarani são os *jara* a razão maior da harmonia e os responsáveis por proteger todas as espécies e cuidar de sua reprodução. O universo está repleto de muitos domínios e a cada um deles corresponde um *jara*. E de acordo com o historiador guarani Martins (2020), a cosmologia Guarani e Kaiowá é fortalecida pela força da reza e da sabedoria ancestral com os diversos, entre os quais o: *yvy jára* (dono da terra), *y jára* (dono rio), *ama jára* (dono da chuva), *mymba jára* (dono dos animais), *pytũ jára* (dono da noite), *ka’aguy jára* (dono da floresta) e tantos outros.

Relações e formas de organização territorial do *tekoha guasu* e da *ka’aguy rusu* que foi sendo desarticulada e fragmentada com a chegada dos colonizadores karaí (brancos), processo que foi seguido da imposição de territórios heterônomos do Estado. A formação e expansão do Estado e da mercantilização das terras tem legado aos povos Kaiowá e Guarani profundos impactos ecológicos, cosmológicos e territoriais desde o século XIX, aprofundando-se com a criação das Reservas Indígenas entre 1915-1928 e posteriormente com a expansão da Colônia Nacional de Dourados (CAND) em 1940. Seguida posteriormente da pecuária e do agronegócio a partir da década de 60 (VALIENTE, 2019). Processos que remontam a espoliação e a perda da biodiversidade, bem como remonta a fragmentação e precarização territorial dos povos.

Nesse contexto, desde o século XX a espoliação dos territórios tradicionais é associada ao intenso desmatamento, deslocamento forçado e instabilidade territorial das coletividades para territorialização dos projetos estatais e da burguesia agrária. Uma dinâmica de extrema redução das áreas de cobertura vegetal nativa, do aumento do isolamento dos fragmentos causados pela sucessiva diminuição de habitat e de sua utilização por parte das coletividades (REGO et. al., 2010), bem como da redução dos territórios indígenas.

Os rastros desse processo ao final do século XX e nas primeiras duas décadas do século XXI mostraram o avanço do capital globalizado com a associação da indústria e da agricultura com grandes concentrações de terra nas mãos de empresas nacionais e transnacionais para instalação de grandes complexos agroindustriais. De acordo com Delgado (2012) e Cavalcante (2019) o marco temporal para a estruturação do agronegócio no Brasil culmina com o *boom* da exportação de *commodities* agrícolas respaldado no suporte estatal com grandes financiamentos, políticas públicas e reformulações de leis de proteção ambiental, trabalhista e sanitárias, para expansão de uma política agrária que beneficia as cadeias produtivas do agronegócio, mineração e dos megaprojetos.

Essa ampliação no agroextrativismo foi impulsionado sobretudo a partir de Fernando Henrique Cardoso e seguido pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) que promoveu uma estratégia de manutenção e consolidação do agronegócio associado ao capital financeiro internacional. Nesse sentido, os investimentos mais significativos para os grandes grupos econômicos estiveram ligados à aplicação de “capitais voláteis em ativos fixos como terra, minério, matéria-prima agrícola, água, território rico em biodiversidade e em produção de energias renováveis, como usinas de etanol e hidroelétricas” (BARROS, 2018, p. 179).

O modelo político-econômico agroextrativista e exportador se aprofunda com o governo reacionário de extrema direita de Jair Bolsonaro e sua aliança ainda maior com a burguesia agrária, bem como com a ala empresarial e militar. Essa trama de partidos políticos e política do Estado se define pelo neocolonialismo e pela expansão de novas formas de extrativismo ao longo de sucessivos governos, as quais estão gerando sistematicamente mundos de morte com impactos tão profundos nas dinâmicas ecológicas que caminham para tornarem-se irreversíveis (LUNA, 2020).

Frente a isso, a pesquisadora Kaiowá Veron (2018, p. 20) destaca que são os próprios governos os primeiros exploradores e os territórios indígenas são invadidos constantemente por madeireiros, garimpeiros, empresários, latifundiários e grileiros. Há sempre um artifício legal do Estado para legitimar essas invasões:

mas quando os kaiowá e outros povos retomam suas terras tradicionais, são criadas forças-tarefas policiais para expulsá-los [E] tudo isso em nome do desenvolvimento econômico do Brasil, ainda que às custas dos direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas (VERON, 2018, p. 20).

Em contraposição a violência do Estado e do agronegócio, os povos Kaiowá e Guarani constroem processos de resistência em distintos contextos territoriais, desde as Reservas Indígenas, acampamentos próximos às beiras de rodovias, terras indígenas demarcadas e nas retomadas. Com diferentes estratégias comunitárias e intercomunitárias que fazem emergir ações coletivas em torno da luta pela da recuperação territorial e da restauração ambiental através das formas de manejo tradicional.

Há que se compreender que o modelo agroexportador ocasionou profundos impactos socioambientais, amplo desmatamento e desarticulação da agricultura tradicional e dos sistemas socioecológicos nos territórios tradicionais destes povos. Conforme Benites (2014) contra essa situação de usurpação, devastação e conflitos é que se fortalecem desde o fim da década de 1970 as iniciativas de articulação, luta e retomadas Guarani e Kaiowá. As retomadas territoriais são estratégias que compõem a base da ação política destes povos para recuperar os territórios de onde foram espoliados pelo Estado e pela ocupação do *karaí*.

Entre os anos de 1978 e 1990 novos territórios passam a ser retomados pelas próprias coletividades de forma autônoma, com a recuperação de alguns territórios tradicionais, “como foi o caso da aldeia *Yvykuarusu-Ka’aguyrusu*, na região do atual município de Paranhos.

Essa recuperação foi um longo processo de remoções e retornos das famílias indígenas daquele local tradicional de onde foram expulsos” (VALIENTE, 2019, p. 62). Entre outros territórios recuperados estão Pirakuá no município de Bela Vista, Paraguasú em Paranhos, Jaguari em Amambai, Jaguapiré em Tacuru, Rancho Jacaré e Guaimbé no município de Laguna Carapã, Jarara em Juti, Sete Cerros no município de Paranhos, Guasuty em Aral Moreira, Cerrito em El Dorado e Panambizinho em Dourados (COLMAN, 2007).

De acordo com Benites (2014) esses processos de recuperação dos *tekoha* foram sempre orientados pelas lideranças político-espirituais e nas terras reocupadas desde o final da década de 70 era levantado um espaço sagrado (*yvyra'i Marangatu*) pelos rezadores e rezadoras para realização dos ritos (*Jeroky*) e das assembleias destes povos (*Aty Guasu*). E a narração das lideranças político-espirituais – *ñande ru e ñande sy* - evidencia a equipe de frente responsável pela organização da saída do grupo de seu acampamento.

Através das reelaborações cosmológicas e novas ações de fortalecimento do território, da autonomia e defesa da bio/geodiversidade como eixo político-organizativo e potência de criação de novas formas de auto-organização coletivas. Grande parte dos segmentos dos movimentos socioterritoriais destes povos pautam a perspectiva de organização política autônoma como linguagem e ferramenta de resistência com antigos e novos significados da etnicidade. A etnicidade “só existe em um meio mais amplo (daí, aliás, seu exacerbamento em situações de contato mais íntimo com outros grupos), e é esse meio mais amplo que fornece os quadros e as categorias dessa linguagem” (CARNEIRO da CUNHA, 2014, p. 237). Essas narrativas demonstram a potência da expressão da territorialidade indígena como crítica aos projetos coloniais impostos sobre seu território” (MORAIS, 2019, p. 13).

Os *nhande ru* e as *nhande sy* através dos cantos, do *jehovasa* e das rezas sagradas (como o canto do pássaro - guardião das almas) são os/as principais protagonistas da força e da luta pela recuperação da terra ancestral, pelo retorno dos *jara* e da mata densa. Suas intervenções e ações são como sementes que alimentam a esperança, fazendo germinar novas territorialidades de resistência nas lutas pelo *tekoha* e pelo retorno do *ka'aguy rusu*, elementos que formam a resistência anticolonial frente aos projetos agroextrativistas.

É nesse sentido, é mais do que uma diferença ontológica, é também a dimensão da política ancestral que se opõe aos diversos problemas históricos causados pela diminuição dos elementos da flora, da fauna, das relações com o ecossistema e da diminuição dos *jara*, que faz insurgir narrativas e ações coletivas com novos processos de resistência (MARTINS et. al., 2020). No contexto das retomadas essas relações potencializam a autonomia e a resistência histórica que busca reconstruir o *teko porã* - bem viver.

De acordo com Benites (2016):

O teko é semelhante ao cipó das florestas ele pode se apoiar em qualquer elemento ou condutor mais próximo para se elevar aos lugares mais altos das florestas, se o condutor é bom o cipó vai ser reto, mas se for ao contrário o cipó vai ter muitas curvas. O teko porã – belas formas de ser, é o próximo nível e está acima do

teko rei, porque o sujeito está sendo direcionado no horizonte mais adequado e em conformidade com os valores tradicionais. Nesta fase o Kaiowá guarani demonstra a felicidade, pratica a solidariedade e todos os bons comportamento frente o condutor, equivalendo ao nível do jeito de ser do yvyra'ija – auxiliar do líder espiritual. (...) Hoje o sinônimo do teko porã é viver sem problemas (BENITES, 2016, p. 7).

Mas busca pelo bem viver pelos povos Kaiowá e Guarani enfrenta a devastação produzida pelo Estado e pelo agroextrativismo e como afirmado por Veron (2018) enfrenta também a negligência do que estamos fazendo hoje com a nossa natureza, além disso não podemos pensar que essa destruição sem precedentes no planeta, essa depredação não trará consequências ainda mais devastadoras. Já estamos nesse processo de efeitos do *karaí reko* (modo de ser e viver dos brancos) com a propagação de doenças, devastações climáticas, aumento de territórios monopolizados e profunda destruição da biodiversidade. Frente a isso, as retomadas tornam-se a oportunidade de restabelecer estas relações contra o modelo predatório do *karaí* (branco). Assim, entendemos que “As pessoas que buscam recuperar suas aldeias tradicionais sonham em um dia, poder voltar a viver e ser feliz na terra onde nasceram ou na qual seus antepassados viveram” (BENITES, 2014, p. 36).

A retomada territorial é o cerne da luta pelo bem viver (*teko porã*) e possibilita o fortalecimento das inter-relações entre diversos agentes políticos humanos e não-humanos que participam das lutas pela recuperação dos territórios ancestrais. Nos contextos de retomada é uma constante ouvir que a retomada é guerra, no sentido de que o ato de recuperar a terra se opõe à usurpação provocada por proprietários rurais e parlamentares ruralistas nos territórios tradicionais, ao mesmo tempo em que se ouve que, a retomada é festa que evoca o retorno ao *tekoha* e a alegria de voltar a viver com os parentes (SERAGUZA, 2018). Portanto, por um lado, uma guerra contra o Estado e os latifundiários, e por outro a alegria do *tekoha* e o desejo de retorno dos guardiões das espécies e das vidas que compõem o ecossistema originário.

Assim, de acordo com Benites (2016), as retomadas dos territórios tradicionais Kaiowá e Guarani têm se construído como uma maneira de reconectar valores deixados no passado frente ao novo contexto imposto pela política indigenista de Estado. Estas retomadas se manifestam com a busca do bem viver, das territorialidades próprias que dão sentido à vida desses povos.

Nesse sentido, um passo seguinte às retomadas dos territórios tradicionais é a retomada, a que se constitui como território de vida buscando a condição equilibrada, harmoniosa e saudável para restabelecer os ecossistemas para que estejam em consonância com o modo de viver Kaiowá e Guarani. Assim as ações coletivas em torno da restauração ecológica nos territórios destes povos partem desta compreensão cosmológica onde a ecologia e a espiritualidade estão intimamente relacionadas, de forma sistêmica e holística. É importante compreender que para a cosmologia Kaiowá, tudo é espiritual, de forma que se assume

como ponto de partida que a terra tem alma, e assim, como a semente e todas as criaturas do universo têm alma, também possuem seu *jara* (dono/protetor/criador) (PERALTA, 2017).

Nesse contexto, experiências inspiradoras de manejo restaurativo das matas são encontradas em diversas regiões do território Guarani e Kaiowá. Um desses exemplos é a escola de agroecologia no *tekoha* Xiru Karaí, na aldeia Panambizinho em Dourados/MS, iniciado há uma década, fundamentado pelo conceito de Tecnologia Espiritual e da Filosofia do Bem-Viver, do povo Kaiowá. A iniciativa se apoia na pedagogia da natureza presente no modo de vida do povo Kaiowá e tem como objetivo contribuir no campo da sustentabilidade e da conservação ambiental dos territórios deste povo, considerando a educação escolar indígena como suporte para as ações e discussões. Um fato relevante sobre essa ação é ter como foco os acampamentos e as áreas de retomada dos territórios tradicionais com muitas lideranças destes acampamentos envolvidos na restauração agroecológica e agroflorestal em seus territórios (PERALTA, 2014).

Um outro exemplo relevante é o Viveiro de Mudas Nativas da Escola Municipal Indígena *Ñandejara Pólo* que teve início em 1997 e o cultivo de mudas nativas para recuperação das matas ciliares, das nascentes, remanescentes florestais e micro bacias e a experiência de recuperação ambiental e das práticas de produção sustentável de alimentos desenvolvida desde de 2001, através da Unidade Experimental, na Reserva Te'yikue, município de Caarapó. Essa proposta é voltada à sustentabilidade e produção de alimentos, se caracteriza como um campo experimental de produção de alimentos e que tem como base os conhecimentos tradicionais Kaiowá e Guarani (BENITES e RAMOS, 2017). No início, o projeto foi intitulado como *Poty Reñoi* (Flor Desabrochando), porém, algum tempo depois, ficou conhecido pela comunidade como Unidade Experimental, tendo como objetivos a articulação entre os conhecimentos sobre as plantas e animais na concepção Kaiowá e Guarani (CARMO, 2012).

E outro exemplo fundamental no que tange a recuperação ecológica dos territórios é o Programa *Mosarambihára* - Semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá, que teve início em 2015 tendo como protagonista a ASCURI - Associação Cultural dos Realizadores Indígenas). É um amplo trabalho de formação de jovens indígenas Kaiowá e Guarani com o objetivo de se tornarem multiplicadores e incentivadores dos processos no âmbito da agroecologia, agroflorestal, apicultura, etnomapeamento e outras áreas ligadas à restauração ecológica. Nesse programa, os mestres e mestras tradicionais assumem um papel central participando de todas as etapas de construção e realização das ações (BENITES, et al., 2016).

Dessa maneira, a profunda conexão dos processos de restauração ambiental com os conhecimentos tradicionais compartilhados pelos rezadores e rezadoras, demonstra um esforço sistemático para articular os saberes ancestrais com a aprendizagem da escola e focando sempre na restauração dos territórios de vida que compõe o *tekoha*, com as matas, os animais e os cultivos. E para Eliel Benites, que participou ativamente da construção e execução das atividades da Unidade Experimental, alguns/algumas pesquisadores e pesquisadoras e outros indígenas pensam na recuperação ambiental ou

até a sustentabilidade com uma meta da aldeia, mas o eixo central de tudo isso, é o que as rezadoras e rezadores dizem sobre a “recuperação espiritual”, “pois, afinal, é este o ponto de vista e o campo de atuação do rezador, onde ele se permite interagir com o restante da aldeia: um dos mundos onde ele transita” (CARMO, 2012, p. 135).

Nesse sentido, o processo de demarcação e auto demarcação territorial é a base para fortalecimento das relações socioecológicas e cosmológicas dos povos Kaiowá e Guarani, ações que fazem insurgir diversas experiências comunitárias que reelaboram os caminhos dos territórios de vida a partir das ciências milenares construídas ao longo das histórias e trajetórias destes povos. Peralta (2014, p. 9) destaca a valorização dos saberes ancestrais como referência fundamental contra as condições atuais de territorialização, a expansão do agroextrativismo e a visão eurocêntrica de mundo:

Quero imprimir um marco para os povos indígenas no campo do conhecimento e colocar um limite à colonização eurocêntrica dos saberes. E assim, iniciar um movimento de difusão e valorização do conhecimento indígena, pois ele traz um olhar especial e ainda não conhecido (ou ignorado) ao modo de produzir conhecimento. Quero com isso, demonstrar que nossos saberes tradicionais dão conta de trazer respostas às muitas das questões do que a sociedade contemporânea necessita, pois é importante entender que partilhamos desta sociedade, estamos todos na mesma estrada, ou seja, fazemos parte do mesmo universo e devemos nos preocupar com ele. Ainda assim, é cabível lembrar que a própria Ciência (europeia) se utilizou da ciência indígena como base de suas pesquisas, entretanto, destituindo os saberes das questões que são inerentes à cultura e espiritualidade que nos é peculiar (PERALTA, 2014, p. 9).

Os saberes e ciências destes povos nos indicam possibilidades de transformações radicais frente ao modelo predatório neoextrativista que impera sobre a região. Um futuro distinto ao que estamos vivendo só será possível com mudanças profundas, e o aprendizado com os conhecimentos e lutas dos povos são referências e inspirações centrais para pensarmos e construirmos novas relações ecológicas e territoriais (sociais e políticas). E como afirma Benites, entender as perspectivas de vida dos Guarani e Kaiowá na contemporaneidade permite pensar a resistência histórica ao sistema homogeneizante colonial e da globalização e:

através da resistência, mostramos para toda a sociedade que a nossa experiência de vida é a forma mais sustentável de se estabelecer no mundo, demonstrando respeito às relações espirituais com a natureza e com o nosso território (BENITES, 2016, p. 5).

Considerações finais

Através das reflexões tecidas ao longo do trabalho buscamos demonstrar a importância da cosmologia, dos saberes e das práticas de manejo tradicional dos povos indígenas, que são fundamentais para as lutas territoriais e para fortalecermos experiências de autonomia territorial e restauração ecológica. Nessa compreensão e anseio, nos inspiramos e esperamos através da desobediência e resistência anticolonial Kaiowá e Guarani, da potência dos seus conhecimentos tradicionais e da luta incessante por seu modo de vida baseada no bem viver na relação intrínseca com a floresta, bem como nas ações de autodeterminação.

As diferentes experiências construídas pelas comunidades Kaiowá e Guarani em diversos contextos territoriais são as sementes que fazem germinar a vida nos solos degradados pelas fronteiras do Estado e pelos territórios monopolizados pela economia política do agronegócio. Nesse sentido, frente a devastação causada pelos *karaí*, as ações coletivas destes povos pautam a restauração ecológica nos territórios e partem da compreensão cosmológica onde a ecologia e a espiritualidade compõem uma simbiose e a base das relações territoriais, para assim elaborar estratégias de reflorestamento.

Através dessas relações e ações políticas se abrem caminhos para fortalecer os processos de defesa e autogestão dos territórios indígenas e de restauração da biodiversidade que tenham como base a autonomia das coletividades. Por fim, expressamos o profundo respeito, admiração e apoio às lutas Kaiowá e Guarani por terra, floresta e liberdade!

Referências

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. *In: Serv. Soc. Soc.*, n. 131, p. 175-195, 2018.

BENITES, E. **Oguata pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te'yikue**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil, 2014.

_____. *Teko, Tekoha ha Ñe'ẽ* como Fundamento da Educação Kaiowá Guarani. *In: I Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições*. p. 1-12. 2016.

BENITES, E.; GALACHE, G.; COSTA, R. O. O Programa Mosarámbihára: semeadores do bem viver Kaiowá. *In: I Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições*. p. 1-14. 2016.

BENITES, E.; RAMOS, A. D. El camino guarani y kaiowá en la búsqueda por la manera sagrada de ser-oguate teko araguayje rehehápe. *In: Revista Euroamericana de Antropología*, n. 4, p. 30-35, 2017.

BRAND, A. J. Quando chegou esses que são nossos contrários' – a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. *In: Multitemas*, p. 21-51, 2016.

_____. **“O bom mesmo é ficar sem capitão” o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS**. Tellus, Campo Grande: UCDB, ano 1, n. 1, 2001.

- CARMO, G. C. do. “Às vezes não é onça física”: espíritos-animais e projetos sustentáveis na sociocosmologia Kaiowá e Guarani. *In: Revista de História da UEG*, v. 1, n. 1, p. 119-142, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. *In: Cultura com aspas*, São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- CAVALCANTE, L. V. Agronegócio, Questão Agrária e Território no Brasil: notas breves. *In: Boletim Dataluta*, n. 14, p. 1-7, 2019.
- COLMAN, R. S. **Território e sustentabilidade: os Guarani e os Kaiowá de Yvy Katu**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em Desenvolvimento Local, 2007.
- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- LUNA, D. I. G. Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política. *In: Revista Nera*, n. 54, 2020.
- MARTINS, E. S. **Transformações nos papéis desempenhados pelas lideranças tradicionais na Reserva Indígena de Caarapó, a partir da entrada de líderes evangélicos (1980-2017)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2020.
- MARTINS, E. S.; MONFORT, Gislaine C. GISLOTI, Laura J. GISLOTI. Conhecimentos indígenas, autonomias e lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a necropolítica e o agronegócio. *In: Dossiê Necropolítica na América Latina. In: Revista Terra Sem Amos*, ano I, n. 2., p. 05-11, 2020.
- MORAIS, B. M. “Do que é feito um corpo?”: uma crítica substantiva kaiowá e guarani ao agronegócio. *In: Relacult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, n. 1, 2019.
- MOTA, J. G. B. Territórios de resistência e práticas descoloniais: estratégias de luta Guarani e Kaiowá pelo tekoha–Mato Grosso do Sul/Brasil. Campo Território, *In: Revista de Geografia Agrária*, v. 10, n. 20, p. 416-439, 2015.
- PERALTA, A. A Agroecologia Kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação. *In: Movimentação*, v. 4, n. 6, p. 01-19, 2017.
- PEREIRA, L. M. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados: UFGD, 2016.
- REGO, F. L. H.; BRAND, A. J.; COSTA, R. B. Recursos genéticos, biodiversidad, conocimiento tradicional Kaiowá y Guarani y el desarrollo local. *In: Interações*, v. 11, n. 1, p. 55-69, 2010.
- SERAGUZA, L. Em Tempos de Fins: “reservamento”, “retomadas” e múltiplas formas kaiowa e guarani de composição. *In: Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 5, n. 10, p. 223-240, 2018.
- VALIENTE, C. **Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da Reserva Indígena de Amambai, MS**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil, 2019.
- VERON, V. **Tekombo’e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá**. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Os saberes das lendas do Sítio Arruda em Araripe – Ceará: memória coletiva do quilombo

Os saberes das lendas do Sítio Arruda em Araripe – Ceará: memória coletiva do quilombo¹

Tayronne de Almeida RODRIGUES²

João LEANDRO NETO³

Francisca Laudeci Martins SOUZA⁴

Universidade Federal do Cariri – UFCA

Resumo

A Comunidade do quilombo do Sítio Arruda está localizada no município de Araripe – Ceará, na região do Cariri. A Comunidade Quilombola do Arruda é um território de saberes que integram a cultura destes povos. Este trabalho objetiva apresentar e dialogar com as lendas e as estórias originárias desse povoado. As informações foram obtidas a partir da pesquisa de campo, sob os aportes da revisão de literatura, realizada no período de agosto a dezembro de 2019. As lendas e estórias, de uma grande variedade de personagens até então antes nunca vistos nas mídias e livros, foram identificadas na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Verônica, nas aulas de História com as turmas do sexto e sétimo ano. Observou-se que as lendas representam a memória coletiva, a partir das crianças que escutam e repassam os contos no ambiente escolar. Sendo assim, torna-se evidente que estes saberes estão sendo repassados às futuras gerações pelos seus ancestrais que representam um “patrimônio vivo” de conhecimentos populares.

Palavras-chave: Sítio Arruda; Lendas; Comunidade Quilombola; Araripe.

1. INTRODUÇÃO

No município de Araripe – CE, na região do Cariri, está localizada a Comunidade Quilombola do Sítio Arruda, que foi certificada pela Fundação Palmares em 05 de maio de 2009. Esta comunidade é constituída por três famílias descendentes de culturas tradicionalistas da região, como os Caetano de Souza, os Nascimento, e Pereira da Silva, ou quais acabaram se interligando por meio do matrimônio (SILVA, 2017, p. 60). Apresenta precedentes de relações específicas com a terra, preservando antigas práticas culturais, de modo bem tradicionalista. Esse povoado luta para efetivar de maneira definitiva os direitos que foram

¹ Trabalho apresentado no GT 1: “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri (Proder/UFCA), e-mail: tayronnealmeid@gmail.com

³ Professor da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe – CE, SEMEC, e-mail: joaoleando@gmail.com

⁴ Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri (Proder/UFCA), e-mail: laudecimartins@gmail.com

adquiridos desde a Constituição Federal de 1988, mantendo as tradições, os valores e costumes, preservando assim a identidade do povoado local (SILVA, 2017, p. 58).

Conforme Silva (2017), o quilombo do Arruda é um celeiro de tradições culturais que compõe o patrimônio imaterial da comunidade. O presente trabalho tem como objetivo, registrar e exibir os saberes e memórias das lendas do Sítio Arruda em Araripe, as quais foram captadas através de pesquisa de campo, com cunho exploratório, e uma revisão da literatura já existente sobre o assunto.

Lendas fazem parte da cultura popular do homem, são memórias e histórias, as quais são passadas de geração para geração, desde os tempos primitivos, preservando as suas culturas e tradições, não se limitando apenas a um modo de transmissão, pois em séculos passados essas histórias foram transmitidas de modo oral.

Os dados para a elaboração deste trabalho acadêmico, foram coletados durante a pesquisa de campo na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Verônica, durante as aulas de História, com as turmas do sexto e sétimo ano as quais contém em seu componente curricular o despertar da identidade cultural do povo negro, com o objetivo de evidenciar que as lendas tem um grande significado na contribuição na história da comunidade, tornando-se, um verdadeiro patrimônio imaterial, com uma cultura viva, transmitida de modo oral no ambiente escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

No ambiente familiar é onde surgem grande parte das histórias, os familiares transmitem culturas e saberes de geração para geração, contando suas memórias e vivências, muitas vezes ditas como sabedoria popular. Diante disto, pode-se pensar em contação de histórias como uma maneira de resistir as novas tecnologias, a fim de preservar a identidade, as culturas, memórias, tradições e vivências dos antepassados.

Contar histórias, é algo que faz parte da constituição da identidade de um grupo local, como é o caso da comunidade da comunidade Quilombola do Arruda, que reforça os seus vínculos com a cultura dos antepassados, através da contação das lendas presentes na cultura deste povo. Exposto isso, percebe-se tamanha resistência desses povos, percebe-se que ao contar suas lendas e memórias, os indivíduos desenvolvem mecanismos que favorecem para a o conhecimento de sua formação dentro das suas comunidades, o que relaciona caráter de resistência quando usado como oposição aos sistemas de opressão a que foram submetidos, podendo ser possível refletir acerca de formas de diminuir-se e até mesmo fazer ruir o sistema repressivo (HAERTER; BARBOSA JÚNIOR; BUSSOLETTI, 2017).

Memórias coletivas, podem abranger mitos, cantigas, lendas, saberes populares, que são fragmentos visíveis, de situações que já foram vivenciadas por um grupo, consideradas como algo simbólico e de importante valor cultural, para diversas comunidades, fundamentando assim, patrimônios imateriais. Corroborando com esta afirmação, Costa e Castro (2008, p. 126) falam que: “As memórias coletivas se materializam por meio desses bens simbólicos que, ao serem exteriorizadas, agem como um operador de socialização nas atividades coletivas desenvolvidas pelo grupo”.

A FUNARI (2006) declara que é compreendido como por Patrimônio Cultural tudo que é produzido pela sociedade em tempos e espaços diferentes, retratando a cultura dos povos em diversos momentos históricos, vividos pela sociedade. Conforme declara o IPHAN:

Os bens culturais de natureza imaterial, “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2012, p. 1).

Dito isto, Silva (2016), alega que o patrimônio cultural imaterial, vai sendo passado de geração em geração, e constantemente se recriando e gerando sentimentos de identidade. Atrair a atenção dos alunos em sala de aula é extremamente importante, e utilizar as histórias da própria comunidade é algo que atrai muito a atenção dos educandos, de modo a aguçar as suas maneiras de ver e interpretar as referências culturais existentes ao seu redor. Sendo assim, foram coletadas as seguintes histórias na escola da comunidade: “Bruxa de Padre e os Bebês”, onde fala-se sobre uma noite na casa de Sebastião, no dia de São João, onde de repente surge uma bruxa de padre, a qual começa a andar ao redor das pessoas, e quando elas percebem fogem para dentro de suas casas para se esconder, visto que a bruxa comia bebês.

Nos contos clássicos, é muito forte a presença de bruxas, principalmente na literatura infantil, que é o caso dos “contos de fada”. A Bruxa de Padre causa medo nas crianças, já que na maioria das vezes, ela é apresentada como uma mulher, geralmente mais velha, que apresenta padrões estranhos, sendo feia e malvada, com características bem específicas como rugas e verrugas no rosto, onde quase sempre mora em casas assombradas, que também são habitadas por sapos, corvos ou corujas (AMÉRICO; BELMIRO, 2017). A presença de bruxas nesses contos tem o objetivo de amedrontar, educar e civilizar as crianças de modo que se tornem obedientes.

A “Assombração no Mato” é outra história que foi coletada na comunidade, que diz o seguinte: Um dia fui fazer uma “espera” com Dedê, chegando lá na espera escutei um chiado no mato. Ai Dedê jogou uma pedra de estilingue no local do barulho. Quando a pedra foi arremessada o barulho sumiu! Eu perguntei: Dedê o que é isso dali? Com medo, eu chamei meu irmão para correr e deixar a espera lá. O susto foi tão grande que na fuga preni a calça no arame e tive que pedir a ajuda de Dedê para me soltar. Quando cheguei em casa, contei a minha avó, e ela disse que era a alma do finado Papadó vigiando suas terras.

Os moradores locais, acreditam que o espírito do finado Papadó ainda se encontra entre eles, vagando e assombrando a comunidade local. Essa história “Assombração no Mato” nutre a ideia de que existem assombrações, aumentando essa crença, transmitida através da oralidade por várias gerações, onde faz com que as pessoas acreditem nisso, e muitos moradores da localidade, afirmam ter visto ou ouvido coisas sinistras, como vultos e vozes estranhas. Condizente com isto, Nobrega (2011) fala que locais abandonados,

sombrios e com fenômenos “inexplicáveis”, ocorrem e muitas vezes não tem explicação científica, colaborando para o aumento da crença popular, o que os leva a acreditar em entidades sobrenaturais, gerando medos, e desenvolvendo alucinações imaginárias.

O lapiche ou Tamanduá, é outra estória coletada na comunidade do Sítio Arruda em Araripe: Certa noite, meu avô estava contando a história do lapiche. Meu avô contou que o lapiche parece um macaco todo branco. Disse que se você cruzar com esse bicho na estrada ele se apresenta inofensivo, mas a pessoa tem que pegar um pau, ou uma vara e acertar o lapiche bem na cabeça, porque se errar o lapiche contra-ataca abraçando a pessoa e cravando suas enormes garras na vítima. Muitas vezes ele ataca os cachorros da comunidade e de longe se ouvem os ganidos.

Em algumas localizações brasileiras, existe uma visão negativa sobre superstições, onde o animal é considerado símbolo de bruxaria ou mau agouro, e grande parte da população não acredita nisso, e sim que a única maneira de tirar o azar é matando o animal e acertando a cabeça. Lisboa (2018) diz que mesmo que a perseguição da humana não seja considerada uma das principais ameaças da extinção da espécie, esse tipo de perseguição contribui para a diminuição de exemplares da natureza, visto que já é uma espécie em extinção.

No ambiente escolar ao se depararem com estórias assim, é papel do professor, analisá-las em sala de aula, junto de seus alunos, construindo um processo de aprendizagem verdadeiramente efetivo e que apresente significado para o seu grupo de estudantes, a fim de desmitificar algumas lendas que envolvam os animais, e preservando a estória da comunidade.

Os alunos utilizam-se do patrimônio imaterial empregando como fonte de pesquisa, tornando esses saberes e memórias uma ótima ferramenta de estudo, se inserida corretamente na educação histórica, de modo que se aproximem da cultura popular local, e as interpretem positivamente no processo de ensino e aprendizagem, valorizando a cultura e a identidade local. É importante ressaltar que ao estimular a escrita das estórias pelos alunos possibilita o ensino de história por meio de fontes primárias, das quais eles participam de todas as etapas da construção do conhecimento histórico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estórias da comunidade Quilombola Arruda, são entendidas como patrimônio imaterial cultural, e é necessário que sejam preservadas.

A partir da realização do presente trabalho realizado na escola da comunidade, ficou evidente que as estórias, memórias, lendas e saberes são transmitidas de modo oral, criando assim o patrimônio cultural imaterial do local, e que a análise dessas estórias quando realizadas em sala de aula pelo professor com os alunos, eleva o nível de aprendizagem significativa, preservando as culturas e saberes do povo local, aumentando assim a valorização dos artistas locais, consolidando o conhecimento adquirido, objetivando o exercício pleno da cidadania, e melhorando a qualidade de vida dos moradores locais.

Estudar, ensinar e aprender sobre a história do local que se vive, é uma maneira de proporcionar uma educação patrimonial dinâmica, que desenvolverá nos alunos, uma consciência histórica e instintos de preservação do patrimônio imaterial cultural da comunidade e do ambiente escolar.

4. REFERÊNCIAS

B, A. H. A tradição viva. In: KL-ZERBO, J. **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. p. 167-212.

BISPO, G. **Plantas medicinais na comunidade quilombola Arruda, Araripe-CE: conhecimento e sustentabilidade**. 2017. Dissertação. Departamento de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro; cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao>. Acesso em: 03 out. 2019.

DALLA ZEN, DI. **A Construção de representações coletivas: a semiótica no estudo do patrimônio público de Chapecó/SC**. 2019. Dissertação – Departamento de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

DUARTE, Z. A tradição oral na África. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.15, n. 2, p. 181-189.

COSTA, M.; CASTRO, R. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? **Estudos de Psicologia** 13, 2, 125-131, 2008.

FELIPE, M. **O protagonismo feminino: Comunidade Quilombola Sítio Arruda em Araripe – Ceará**. 2018. Tese – Departamento de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

HAERTER, L.; BARBOSA JÚNIO, H.; BUSSOLETTI, D. A Contação de Histórias como Elemento de Resistência em Comunidades Quilombolas. **Boitatá**. Londrina, n.23, jan-jul 2017. p.89-102.

LEANDRO NETO, J.; RODRIGUES, T. de. História e memória da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe - CE. **Revista África e Africanidades**, Quissamã, p. 1 - 4, 05 nov. 2019.

LISBOA, C. Pesquisa investiga como a fama de mau agouro afeta o tamanduá-bandeira. **(O) Eco**, 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/pesquisa-investiga-como-a-fama-de-mau-agouro-afeta-o-tamandua-bandeira/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NOBREGA, S. **Assombrações – Mistérios do Além**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento do Curso de Rádio e TV da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Comunicação, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RODRIGUES, T. A.; LEANDRO NETO, J. As incelenças como patrimônio cultural imaterial da comunidade quilombola do Sítio Arruda em Araripe-CE: vivenciando uma experiência. **Revista África e Africanidades**, Quissamã, p. 1 - 4, 28 fev. 2020.

SILVA, M. E. da. **História, Memória e Identidade Quilombola no Cariri cearense: Comunidades Sítio Arruda – Araripe e Carcará-Potengi**. 2017. Tese – Departamento Acadêmico de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Resistência quilombola de Alcântara-MA frente à expansão do CLA

Resistência quilombola de Alcântara-MA frente à expansão do CLA¹

Artêmio Macedo COSTA²
Universidade Estadual do Maranhão, MA

O presente desenho³ busca retratar a resistência das comunidades quilombola de Alcântara, município do estado do Maranhão, frente a tentativa de o Estado brasileiro expandir o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para consolidar o Centro Espacial de Alcântara (CEA) como forma de alcançar um Polo Mundial de Lançamento de Foguetes para o Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Para isso, comunidades quilombolas localizadas no litoral alcantarense devem ser deslocadas como ocorrido na década de 1980 quando foram constituídas 07 agrovilas com os primeiros deslocamentos compulsórios. Tais agrovilas sofrem um processo de desestruturação territorial de “uso comum” que caracterizam autonomia de suas atribuições socio-étnico-culturais para além do determinismo econômico em que o Estado brasileiro busca caracterizá-los dentro de um modelo fundiário parcelar privado, para assim adequarem ao processo conforme define David Harvey na definição da “acumulação por desapossamento”, para que o Programa Espacial Brasileiro (PEB) possa constituir a expansão do CLA e assim, através do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado e homologado com os EUA em 2019 utilizem o espaço usurpado das comunidades quilombolas para mero enclave comercial definido como “commodities tecnológicas”, anulando qualquer soberania nacional para constituição do PEB e consolidar o “novo imperialismo” estadunidense na busca do monopólio comercial e estratégico militar espacial.

Como resistência para não sofrerem um processo de “etnocídio” e manter sua relação territorial de “uso comum”, exigem que se tenha o Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI) das comunidades quilombolas do território étnico e Alcântara - MA, definição constitucional de 1988 em que é signatária da Convenção n.º 169 da OIT para empreendimentos que assume impacto direto para direitos territoriais de comunidades tradicionais dessa relevância.

As comunidades quilombolas em seu II Seminário de Alcântara, realizado em novembro de 2017, registraram que não são contra o Programa Espacial Brasileiro no que representa a atual configuração estrutural do CLA, mas recusam-se a perder novos territórios que compromete de maneira expressiva seus modos de vida de “uso comum”.

¹ Trabalho apresentado no GT 1: “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestre Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional PPDSR/UEMA do Grupo de Estudo de Desenvolvimento, Política e Trabalho (GEDEPET).

³ Link para visualização do desenho:
<https://drive.google.com/file/d/1P-Ea6kMN6SNIFQ6mce5qVR5R36VESI4-/view?usp=sharing>

Entender a forma como se caracteriza o “uso comum” como representação coletiva por 197 comunidades quilombolas conforme a construção do “Texto base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI)” articulados pelas suas entidades representativas entre 2018 e 2019 – Associação do Território Quilombola de Alcântara/MA (ATEQUILA); Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA); Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara/MA (STTR) e Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) – define-se como marco de resistência aos avanços imperialistas dos EUA e também do “colonialismo interno” do Estado brasileiro conforme analisa Anibal Quijano com o paradigma da “Colonialidade do Poder”.

As relações mutualistas e federalistas em escala horizontal de poder que se assemelha ao que Proudhon analisava como “pluralidade das soberanias”, traça entre as comunidades quilombolas de Alcântara, exercerem uma perspectiva de como estabelecer autonomia em detrimento à “ideologia da decadência” segundo o antropólogo Alfredo Wagner ao atribuir as relações de “uso comum” como uma forma de questionar o “determinismo tecnológico” segundo Istiván Mészáros ao que impõe o centralismo do Estado brasileiro em querer determinar o bem estar social da sociedade brasileira como um todo sem levar em consideração especificidades de organização dessas comunidades.

A semiótica descrita na ilustração digital realizada para o Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” traz possibilidades de lutas de resistências que se realizaram por exemplo na primeira tentativa de expansão do CLA em 2008 com a extinta empresa binacional “Alcântara Cyclone Space” ao tentar iniciar obras irregulares e que comunidades como Mamuna e Baracatuiua realizaram processos de barricadas e sabotagens de equipamentos em seus territórios afetados. E dessa forma, é necessário conforme Chomsky ao trabalhar seu conceito de “representação como realidade”, aborda que a história está sempre imenso para reconstruir a história do conflito.” E o atual conflito de confronto se dá em questionar a retomada da expansão do CLA com o novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão.** – Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade da Amazônia, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias.** – Manaus: UEA Edições, 2011.

CHOMSKY, Noam. **MÍDIA. Propaganda política e manipulação.** wmfMartins Fontes. – São Paulo, 2014.

COSTA, Artêmio Macedo. **“PELOURINHO TECNOLÓGICO”: a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no contexto do Novo Imperialismo.** Dissertação defendida em 30/09/2019. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão. <https://drive.google.com/file/d/1XFCh1gF8qMMzLTe4yNkN05kiayIrhFod/>

[view?fbclid=IwAR3P4E1jOQyJzicIFpzd8ZBYPb8uYld7CA9hquIW3Jpifq3ejmXGRPI-78](https://www.facebook.com/?fbclid=IwAR3P4E1jOQyJzicIFpzd8ZBYPb8uYld7CA9hquIW3Jpifq3ejmXGRPI-78)

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento – Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países.** Curitiba: CVR, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** – São Paulo. Boitempo, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, 2005. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.

RELATÓRIOS. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA). **Texto Base do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CCLPI) dos Quilombos de Alcântara.** Justiça Global, 2019. Acessado http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf.

Modos de morar no território quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão

Modos de morar no território quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão¹

Sophia Moura NOGUEIRA²

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Resumo

Formado por seis comunidades localizadas nos municípios de Brejo e Buriti, Maranhão, e com aproximadamente 23.000 hectares, o Território Quilombola de Saco das Almas desde o início do século XX tem sido alvo de ocupações, primeiro por grandes fazendeiros, atualmente pelo agronegócio, que ameaçam as condições de vida das comunidades. Matas e cursos d'água, dos quais dependem as famílias, sofrem com o desmatamento e uso sistemático de agrotóxicos, levando à perda de plantações e criações de pequenos animais, ameaçando também recursos naturais com os quais produzem suas casas e demais construções. Componente de projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão com apoio da Fapema, o presente trabalho analisa, através dos sistemas construtivos e das atividades realizadas nas moradias e em seus anexos, aspectos do modo de morar dos descendentes de quilombolas, buscando o registro e a valorização de uma cultura construída sob lutas aguerridas e exclusão social.

Palavras-chave: Moradia; Território Quilombola; Maranhão.

A partir da conceituação teórica sobre a habitação rural no Brasil, com base no inventário produzido pelo IBGE (1978), encontra-se um conceito pertinente ao direcionamento dos estudos deste plano de trabalho sobre o que constitui o morar:

Morar constitui uma necessidade básica do homem. Ao construir a habitação, ele lhe imprime o próprio padrão econômico e sua condição sociocultural, utilizando, geralmente, o material fornecido pela natureza que o cerca, de acordo com as técnicas que ele domina. (...) A moradia rural se adapta ao meio geográfico em que o homem vive, a fim de protegê-lo das intempéries e dos rigores do clima (COSTA; MESQUITA, 1978, p. 9).

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, Bolsista PIBIC/FAPEMA, e-mail: sophiamouranogueira@gmail.com.

O território se materializa a partir do modo como os seus sujeitos sociais usam e dão significado para a terra. Logo, as relações e práticas sociais concebidas em um local, onde seus ocupantes imprimem suas características socioculturais em determinados espaços, criam identidade e o sentimento de pertencimento à terra.

Nesse contexto, a moradia rural exibe um reflexo do modo de vida camponês, traçado nas relações com a terra, a família e o trabalho, seja na tipologia da casa, na disposição e função dos ambientes, e no uso de materiais da natureza para a construção. Tais elementos produzem um panorama ilustrativo de como as famílias se organizam, produzem e suas relações estabelecidas com o meio ambiente.

Este artigo, é referente à pesquisa desenvolvida a partir do plano de trabalho “Usos da Moradia nas Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão”, integrante do projeto de pesquisa e extensão “TRADIÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TECNOLOGIAS SOCIAIS: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão”, desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) junto ao Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

Sob a luz desses conceitos, pretendo compreender como os moradores do Território Quilombola de Saco das Almas, fazem uso de suas moradas no cotidiano, sob quais lógicas operam as disposições dos cômodos, e que relações a moradia estabelece com o terreno em que está inserida. Para tanto, estabeleço uma caracterização prévia da formação do povoado e os conflitos territoriais presentes, descrita a seguir.

O Território Quilombola de Saco das Almas: Formação e Conflitos Territoriais

O Território Quilombola de Saco das Almas, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2004, é formado por sete comunidades, localizadas nos Municípios de Brejo (Vila das Almas, Faveira, São Raimundo/Boa Esperança, Criulis/Boca da Mata) e Buriti (Vila São José, Pitombeira e Santa Cruz), que possuem cerca de 23.000 hectares, onde residem 1.300 famílias e 5.200 pessoas (FURTADO; MUNIZ, 2017). Os habitantes de Saco das Almas reivindicam seus direitos territoriais como descendentes de comunidades quilombolas. A origem do quilombo está relacionada à ocupação territorial e ao legado deixado por Capitão Timóteo.

De acordo com Ayres (2002), em 1822, Timóteo teria ganhado as terras dos representantes do poder imperial por ter lutado no Rio de Janeiro pela Guerra da Independência. De lá voltando vitorioso com a campanha, sob determinação do Imperador e por meio de uma carta de sesmaria, recebeu do Prefeito de Brejo, Severino de Carvalho, a Data Saco das Almas como recompensa por seus serviços prestados.

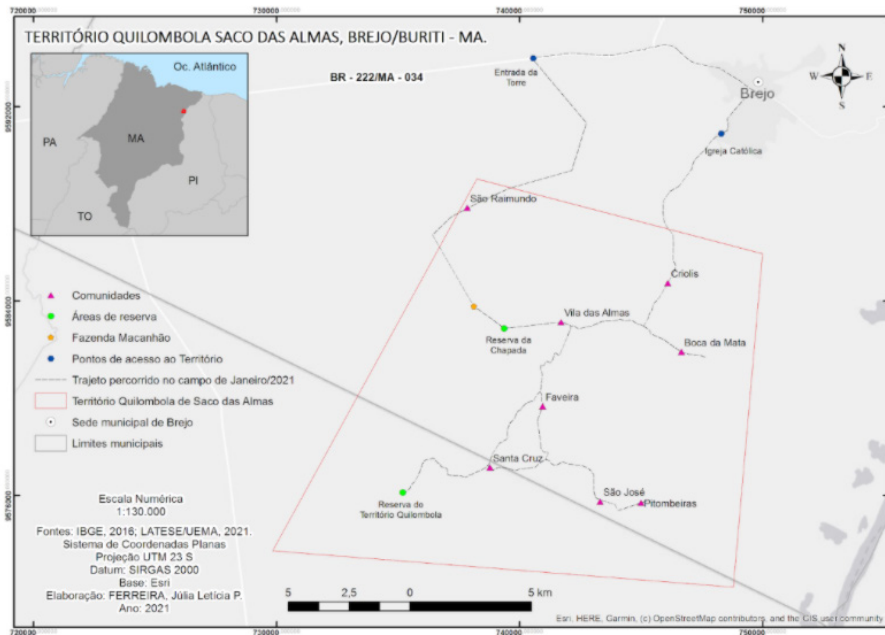


Figura 01: Mapa do Território Quilombola Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA.
 Fonte: IBGE, 2016; LATESE/UEMA, 2021

Para caracterizar historicamente o conflito no território, é possível dividir a memória da desapropriação de terra em três fases, de acordo com o trabalho de Ayres (2002). O primeiro caracterizado pela apropriação e demarcação de terras pelos brancos (1930); posteriormente, ocorre o leilão e “arrematação” das terras, marcado pela ação violenta de dominação do espaço (1942); Terceiro, a criação do Projeto de Assentamento Data Saco das Almas, pelo INCRA (1975).

A primeira demarcação de Saco das Almas aconteceu na década de 1930, uma atualização dos novos “proprietários” do território, os brancos que afirmavam ali ter entrado por compra (FURTADO, MUNIZ, 2017). Salas (1998) menciona que para os primeiros habitantes de Saco das Almas, o processo de demarcação feito pelos chamados brancos foi a primeira tentativa de expulsá-los e de se apossar da terra, usando a receptividade daqueles para depois lesá-los. Assim, posterior à demarcação, os chamados brancos, como forma de garantir a propriedade da terra, utilizam formas mais violentas de expulsão dos antigos moradores.

Posteriormente, os quilombolas foram expulsos e o território foi ilegalmente repartido e leiloado, passando a ser propriedade privada dos chamados brancos. Mediante perseguições e expulsões, muitos moradores migraram para outras áreas, e os que ali permaneceram, passaram a enfrentar um cenário marcado pelo uso da violência. De acordo com Salas (1998), as famílias que permaneceram no local ficaram durante muitos anos pagando foro e cumprindo tarefas para os chamados proprietários. Tais trabalhos extras, além do pagamento do aluguel da terra, denominados de mês de serviço, representavam uma exigência a mais dos proprietários e, sobretudo, uma maior exploração dos chamados agregados.

Vivendo durante anos sob as condições impostas pelos proprietários, havia entre as famílias uma forte esperança de reapropriação da terra. Desse modo, no ano de 1966,

quando os trabalhadores tomam conhecimento do lançamento da Semana da Reforma Agrária e, aproveitando a visita do representante do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) à sede do município de Brejo, os moradores se apresentam e expõem sua história de sofrimento e usurpação do direito de propriedade da terra a qual se referem como legítimos donos (FURTADO; MUNIZ, 2017). Com base na reivindicação dos moradores, entre 1966 e 1975, o governo brasileiro procedeu à desapropriação das terras de Saco das Almas, uma das primeiras experiências de reforma agrária no Maranhão. No entanto, para os autores, a resolução do conflito centenário se reconfigurou em novos embates entre segmentos sociais.

Agronegócio e os Impactos Socioambientais em Saco das Almas

No Maranhão, o processo de inserção do grande capital no meio rural promoveu diversas transformações na estrutura fundiária do espaço agrário. Esse processo ganhou destaque a partir da “Lei de Terras do Maranhão” que incentivou a concentração de terras. Os avanços dos interesses capitalistas sobre os territórios ocupados por comunidades tradicionais, incitam a mobilização dessas comunidades em busca pela permanência histórica, pela reprodução da memória, da espiritualidade, dos saberes e dos caminhos autônomos e de resistência desses sujeitos.

Nos anos 1980, atividades agroflorestais e extrativas foram implantadas por grandes empreendimentos econômicos, como a Maranhão Gusa (MARGUSA); Marflora; a Suzano Papel e Celulose S/A, de São Paulo; e o Grupo Industrial João Santos, de Pernambuco, contando com o apoio da SUDENE (com o Fundo de Investimento do Nordeste) e incentivos do Programa Grande Carajás (especificamente no caso da Margusa), instalaram-se na região com o objetivo de dar suporte à cadeia produtiva do carvão-aço e celulose no Estado.

Porém, é a partir dos anos 1990 que o agronegócio se intensifica na região, período em que é instalado o cultivo da sojicultura na área, sendo o setor considerado como uma nova fronteira agrícola para a classe dominante. A soja, foi trazida pelos gaúchos advindos, principalmente da região sul do Estado, onde a tradição no plantio dessa monocultura havia sido saturada. Antes de 1970, a região era vista pelos centros dinâmicos da economia liberal do país e pelas capitais globais como um lugar isolado, longe, condenado ao atraso e ao insucesso (ESCOBAR, 2008). Porém, nos anos 1990, os gaúchos foram atraídos pela abundância e fertilidade, assim como pelo valor das terras disponíveis na região e pela falta de regularização fundiária do Estado.

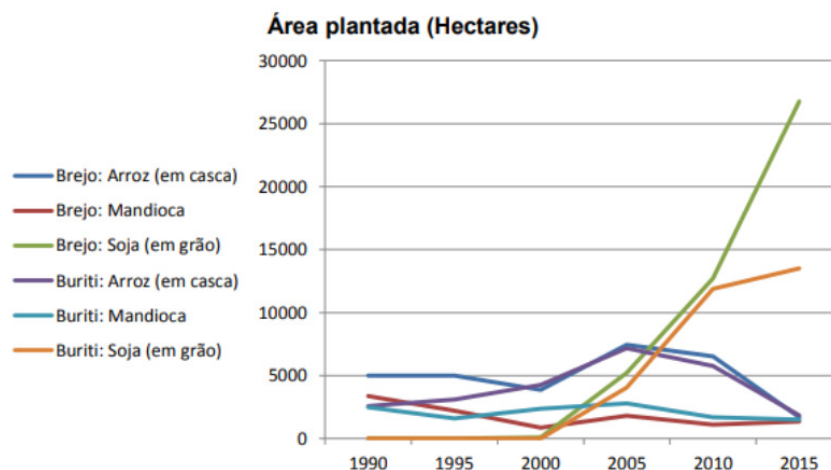


Gráfico 01: Área plantada com arroz, mandioca e soja nos municípios de Brejo e Buriti (1990 – 2015).
Fonte: SIDRA/IBGE.



Figura 02: Desmatamento causada pelo agronegócio para plantio de soja no Território Quilombola Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. Fonte: LATESE, 2021.

Os grandes projetos e empreendimentos trazem a consequente ação predatória das formas de uso da terra e dos recursos naturais sobre os territórios. Ao longo das décadas, essa região tornou-se objeto de interesse dos que visam o capital. Contudo, além das populações tradicionais guardarem relações de memória com o local e possuírem afinidades históricas com muitos elementos espaciais daquele meio, em maior ou menor intensidade (o que somente pode ser verificado em cada caso empírico), elas também reagem, enfrentam e propõem alternativas de resistência em relação aos planos de modernização dos seus modos de vida (ESCOBAR, 2008).

Relatos dos moradores informam os impactos para o cotidiano das comunidades advindos com o agronegócio, desde as mudanças na criação de animais de médio e grande porte, impossibilitando de criar de animais como o porco, além do extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para esse grupo (ALMEIDA, 2017). O uso de fertilizantes e pesticidas, que são aplicados através de aviões monomotores, tem restringido a prática da pesca e são comuns surgimento de males nos galináceos, ainda criados soltos e por isso mesmo sem controle alimentar. A estas dificuldades, há que somar a

degradação das tradicionais vias de circulação que ligam os povoados que, sem manutenção por parte do poder público em função das estradas abertas pelos grandes agricultores entre os campos para circulação de caminhões e colheitadeiras que trabalham no escoamento da produção de soja. Além disso, os quilombolas encontram dificuldade em acessar seus direitos de aposentadoria, auxílio a acidentes de trabalho e acesso ao crédito bancário.

Tais eventos ocasionados no Território Quilombola de Saco das Almas corroboram para a ameaça das condições de vida das comunidades que ali vivem, desde o momento que interferem em sua existência coletiva, modo de vida e territorialidade até o desmatamento de seus recursos naturais responsáveis pela produção de edificações, e meios de sobrevivência.

Modos de Morar em Saco das Almas

Ao visitar as comunidades pertencentes ao território de Saco das Almas, é possível observar a predominância do uso da arquitetura de terra, a maioria das casas são construídas usando a taipa de mão ou blocos de adobe, além de utilizar cobertura de telhas de barro e chão batido, sendo observado também que as moradias assumem uma forma predominantemente retangular. O uso desses processos de autoprodução confirma a ausência de acesso ao mercado de materiais, tanto pelos recursos limitados, como pela dificuldade de transporte ao local.



Figura 03: Fachada principal casa de taipa – Comunidade Criolis/Boca da Mata, Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. Fonte: LATESE, 2018.

Tais práticas construtivas reforçam a dependência que as comunidades apresentam em relação aos recursos naturais do território, extrapolando aquelas relacionadas com a produção de alimentos e criação de animais. A própria presença majoritária das edificações residenciais em adobe já comprova a limitação na extração da madeira necessária para confecção da taipa de mão, com poucos exemplares ali existentes, conforme levantamento de campo da pesquisa A Moradia Popular Autoconstruída no Maranhão, que estuda nas diferentes regiões do estado as tipologias construtivas da moradia urbana e rural (BURNETT, 2017).

Sobre a implantação das casas, predominantemente, a construção é colocada no terreno de maneira que fique voltada para uma rua ou praça principal, o mesmo acontece com as portas de acesso e varandas, estas se localizam na fachada principal.



Figura 04: Mobiliário. Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. Fonte: LATESE, 2018.

É relatado uso de mobiliário simples nas residências, composto predominantemente de mesas de madeira ou plástico, assim como cadeiras de madeira ou plástico. Possivelmente, encontra-se televisão, conjunto de sofás na sala, nos quartos pode ser observado a presença de camas e guarda-roupas, além de armários e eletrodomésticos, como geladeira e fogão.

De acordo com Moniz Filho (2018), ao observar as organizações internas das moradias analisadas em Saco das Almas, é possível perceber, a sala como o ambiente de acesso, é o local de articulação entre os demais cômodos, é onde recebem visitas e eventualmente descansam, em redes ou sofás, integrando junto a varanda a parte de entrada do domicílio, sendo relevante à socialização dos moradores para com a comunidade. Os quartos são locais de recolhimento e descanso, onde os moradores dormem em redes ou em camas, sendo este o ambiente que se encontra com mais frequência nas casas.

A cozinha costuma ser localizada aos fundos da casa, possuindo relação direta com o quintal, tanto nos afazeres domésticos quanto no trabalho, a aproximação entre esses espaços sugere a necessidade dos moradores de facilitar o fluxo entre a produção de alimentos na roça e o seu preparo na cozinha. Nesse cômodo podemos encontrar o fogão feito com barro e lenha, e a realização das principais atividades produtivas do quintal, tais como a quebra do coco babaçu, secagem do arroz e preparação da mandioca para fabricação de farinha. Ainda é possível observar a presença de duas cozinhas, uma para receber os móveis destinados àquele ambiente, mesas, cadeiras, armários e a outra destinada à utilização de elementos característicos do rural.



Figura 05: Forno de lenha feito com a base de tijolos de adobe, preenchido com barro e pedra e revestido com cimento – Comunidade Criolis/Boca da Mata, Território Saco das Almas, Brejo/Buriti- MA. Fonte: LATESE, 2021.

É possível também perceber como a moradia rural se organiza em uma estrutura que maximiza o uso do espaço exterior. O espaço construído da casa se destina ao abrigo da família e ao preparo dos alimentos, porém no terreno em que está circunscrita, são especializadas a produção da produção da roça, as áreas de banho e instalações sanitárias, as áreas de sombra sob as árvores para socialização.



Figura 06: Casa de Farinha – Comunidade Criolis/Boca da Mata – Território Saco das Almas, Brejo/Buriti-MA. Fonte: LATESE, 2021.

No quintal, encontram-se os canteiros para o cultivo de verduras e legumes e as roças; as árvores frutíferas, destinadas ao consumo familiar; o jirau, próximo à cozinha para auxiliar as tarefas de preparo de alimentos e lavagem dos pratos e roupas; a casa de banho; a casa do fogão de barro, para o preparo de alimentos; o chiqueiro e o galinheiro, destinados ao alojamento dos porcos e frangos criados pela família. Em terrenos compartilhados entre os familiares, é comum perceber o uso coletivo das edificações. Sendo assim, os usos relacionados às moradias em Saco das Almas estão relacionados com as funções que

Arruda (2007), atribui ao quintal da morada camponesa:

A casa-quintal é, ao mesmo tempo, chão de morada e terra de plantio. Externa a ela, tem a área de cultivo de subsistência, que garantirá a reprodução da família, as árvores, a horta, as demais unidades físicas, o banheiro, o galinheiro, a casa de outros membros da família e ainda os diversos atalhos que ligam o lote a outras imediações do sítio (ARRUDA, 2007, p. 80).

No Território Quilombola de Saco das Almas, o espaço do quintal da moradia contribui para a autonomia das comunidades em relação à sede, dado que através dele as famílias são capazes de produzir grande parte dos alimentos necessários para sua sobrevivência. Logo, a casa-quintal de Saco das Almas é muito comum em todo o território quilombola.

Considerações Finais

O modo de vida dos quilombolas de Saco das Almas está comprometido pela eliminação da vegetação para dar lugar à monocultura da soja, e uso sistemático de agrotóxicos, levando à perda de plantações e criações de pequenos animais, ameaçando também recursos naturais com os quais produzem suas casas e demais construções predominantemente edificadas com terra e madeira. Este empreendimento afeta o ambiente, o modo e condições de reprodução de vida do grupo.

O Território Quilombola de Saco das Almas é um espaço constituído pelas identidades ancestrais e histórias de cada um de seus moradores. Suas moradias são unidades de produção, articuladas ao terreno e a outros equipamentos comunitários, onde prevalecem as relações de reciprocidade e apoio mútuo, além de possuir relação com o trabalho, a família, a terra e a natureza. Trata-se de um território em que vigoram relações de reciprocidade, de trocas materiais e simbólicas de bens e serviços, e de estabelecimento de alianças.

O espaço da moradia do povoado demonstra costumes específicos, percebidos no arranjo e organização dos anexos do lote e dos cômodos da casa, na disposição das atividades cotidianas referentes ao morar e trabalhar, que são desenvolvidas neste ambiente, nas relações sociais envolvidas na construção de casas, nas atividades de lazer e de produção, havendo uma preocupação com a coletividade, nos saberes de técnicas tradicionais que esta população adquiriu com o tempo (VIEIRA, 2017). As práticas construtivas dos moradores estão solidificadas em um conhecimento empírico acumulado que é transferido de geração em geração. Logo, estas práticas devem ser valorizadas no intuito de preservar a autonomia dos sujeitos nos processos.

Referências

ALMEIDA, J. G. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo, Maranhão.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês.** 2007. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19052010-094729/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AYRES, Genny Magna de Jesus M. **Pretos, brancos e agregados em Saco das Almas.** 141 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BURNETT, F. L. **A Moradia Popular Autoconstruída No Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural.** Projeto de Pesquisa Edital Universal Fapema, 2017.

BURNETT, F. L. **TRADIÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TECNOLOGIAS SOCIAIS: Redes de Conhecimento e Comunicação no Território Quilombola de Saco das Almas, Municípios de Brejo e Buriti, Maranhão.** Projeto de Pesquisa e extensão. Edital Fapema Redes Territoriais, 2018.

COSTA, Írio Barbosa; MESQUITA, Helena Maria. **Tipos de habitação rural no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: place, movements, life, redes.** Durham: Duke University Press, 2008.

FURTADO, Marivânia Leonor S.; MUNIZ, Sérgio César C. **Processos de “regularização” étnico fundiárias e as estratégias de lutas quilombolas no Maranhão.** In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Brasília – DF, 2017, p. 1-20. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-epostertrab-aceito-1420-1.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2020.

MONIZ FILHO, Manoel Fernando. **Autoconstrução: A moradia de descendentes de quilombolas na Microrregião de Chapadinha.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

NOGUEIRA, S. M. **Usos da Moradia nas Comunidades do Território Quilombola de Saco das Almas, Brejo e Buriti, Maranhão.** Plano de trabalho. Programa Institucional de Iniciação Científica UEMA/PIBIC - CNPq/UEMA/FAPEMA.

SALAS, Celecina de Maria Veras. **Os descendentes de Timóteo. Lutas camponesas e interferência do Estado numa terra de preto em conflito, no Baixo Parnaíba, MA.** São Luís: UFMA, Mestrado em Políticas Públicas, Cadernos de Práticas de Pesquisa, 1998.

VIEIRA, Nubiane Fonseca, **Espaço da moradia rural no povoado de Pequizeiro, Belágua, Maranhão.** 2017.

Protocolos autônomos de consulta prévia

Protocolos autônomos de consulta prévia¹

Janaína Aparecida JULIÃO²
Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

O artigo a seguir tem como temática a consulta prévia, livre e informada aos Povos e Comunidades Tradicionais prevista pela convenção 169 da OIT, que ampara o protocolo autônomo de consulta. Tal documento é o novo instrumento de defesa das comunidades, com o objetivo de proteger o direito ao consentimento prévio sobre a execução de grandes empreendimentos em territórios tradicionais.

Palavras-chaves:

Consulta prévia; Protocolos de Consulta; Povos e Comunidades Tradicionais.

O aprofundamento do debate sobre a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais torna-se cada dia mais necessário para a livre expressão do multiculturalismo presente na sociedade brasileira, tendo em vista a diversidade de povos e culturas existente no país, bem como os conflitos socioambientais que marcaram suas histórias e permeiam a sua realidade até os dias atuais.

Os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) são definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO Nº 6.040/07).

E em parte das normas internacionais, há variações do termo, por exemplo, esses povos são denominados como “povos tribais” na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2004.

O protocolo autônomo de consulta prévia foi criado, tendo em vista o histórico de processos inconsultos e imposição de políticas que lhes afetem, assim como imposição do modelo de desenvolvimento predatório extrativista afetando seus territórios, assim como obras de infraestrutura que não visam os beneficiar e atingem diretamente seus territórios

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestranda no Programa Novos direitos, Novos Sujeitos da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
e-mail: janaina.ap.juliao@gmail.com.

com impactos socioambientais e danos irreparáveis (SILVA, 2017, p. 243).

A exemplo, o crime ambiental do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, controlada pela Vale e BHP Billinton Brasil Ltda., em Mariana- MG, atingiu toda a Bacia hidrográfica do Rio Doce, até a foz em Regência- ES. O crime acarretou para o povo indígena Krenak a morte do Rio Watu (Rio Doce), prejudicando tanto as atividades agrícolas e pesqueiras, quanto as espirituais. Dessa forma, visando a garantia de direitos constitucionais e internacionais, os povos e comunidades tradicionais produziram um mecanismo autêntico de proteção. De acordo com Liana Amin Lima da Silva: o protocolo próprio de consulta e consentimento, também chamado de protocolo comunitário ou mandato de consulta prévia, é um instrumento em que as comunidades expressam sua voz e seu direito próprio, como exercício da jusdiversidade e autodeterminação. Os protocolos próprios contêm as regras mínimas e fundamentais que os povos e comunidades estabelecem e exteriorizam para o Estado, apontando como se deve respeitar o direito próprio, suas jurisdições próprias e formas de organização social em um processo de consulta prévia (SILVA, 2017, p. 243).

À vista disso, os protocolos próprios direcionam a realização do processo de consulta respeitando as peculiaridades culturais de cada comunidade. Configurando-se, assim, a manifestação da prática do direito de autodeterminação dos povos que deve ser reconhecido pelo Estado, em concordância com o disposto na Convenção n. 169/1989 da OIT:

Artigo 7º. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Dessa maneira, cabe ressaltar o conceito da jusdiversidade, que se origina da multiculturalidade de normas internas de cada povo ou comunidade. Marés de Souza Filho (2010), ao definir a jusdiversidade, evidencia que “os princípios universais de reconhecimento integral dos valores de cada povo somente podem ser formulados como liberdade de agir segundo suas próprias leis, o que significa ter reconhecido o seu direito e sua jurisdição” (SOUZA FILHO, 2010, p. 195).

Portanto, segundo Silva (2019, p. 279) a consulta prévia, livre e informada, não deve ser compreendida apenas como uma formalidade que deve ser realizada pelo Estado. Deve ser reconhecida como um direito fundamental de garantia a uma vida digna, a preservação de manifestação cultural dos povos visando prever e solucionar os conflitos socioambientais em seus territórios tradicionais.

A lei 13.123/2015, em seu artigo 2º, inciso VII, aponta a definição de protocolos autônomos como “protocolo comunitário - norma procedimental das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei.” Portanto, apesar das incompatibilidades dessa lei com as normas internacionais, essa descrição, assemelha-se ao disposto nas convenções internacionais anteriormente trabalhadas.

Entretanto, mais adiante na mesma Lei, no artigo 9º, § 1º, incisos I, II, III, IV, dispõe sobre a confirmação do consentimento das comunidades sobre acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável:

Art. 9º, § 1º: A comprovação do consentimento prévio informado poderá ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, pelos seguintes instrumentos, na forma do regulamento: I - assinatura de termo de consentimento prévio; II - registro audiovisual do consentimento; III - parecer do órgão oficial competente; ou IV - adesão na forma prevista em protocolo comunitário.

Ressalta-se, brevemente, que a menção ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável envolve uma problemática de desconstrução do direito que, aparentemente, a nova lei visa garantir.

Da mesma maneira, verifica-se a violação ao direito de consentimento prévio, livre e informado pois o “texto legal deveria constar a expressa determinação de que o parecer de órgão oficial competente será sempre limitado a atestar a ocorrência da consulta prévia e jamais poderá suprimir o consentimento prévio informado.” (MOREIRA, 2017, p. 69)

Como escreve Pedro Pulzatto Peruzzo “a consulta prévia não pode se traduzir apenas em indagações descompromissadas, pois não se trata de “dar voz”, mas essencialmente de dialogar e construir entendimentos.” Nessa linha, Peruzzo (2017, p. 24) propõe que o entendimento é admitir o dissenso, ou seja, admitir por parte dos povos afetados o ato de “dizer não” à pretensão do interlocutor situado do outro lado da relação comunicativa, o que exigirá desse outro interlocutor a reformulação de suas propostas de modo a alcançar e legitimar o melhor argumento.

Nessa mesma lógica, Liana Amin Lima da Silva defende que:

A reivindicação do direito de decidir as próprias prioridades no que concerne o modelo de desenvolvimento que lhes afetem está amparada no artigo 7o. da Convenção 169 da OIT. O termo decidir está expressamente disposto na versão oficial em espanhol da Convenção: derecho de decidir. Já na versão traduzida para a língua portuguesa com a promulgação do Decreto 5.051, observa-se que a tradução do termo foi alterada para “direito de escolher”, o

que fragiliza a força da expressão: direito de decidir. A versão oficial em inglês da Convenção também é expressa: the right to decide (SILVA, 2017, p. 274).

A negação do reconhecimento do direito dos povos de decidir sobre o que lhes afeta a vida, o território e a integridade, apenas compõe o jogo de um processo histórico de invisibilidade e subalternização dos povos indígenas e tribais. Negar o direito de dizer não é negar o próprio sentido da livre determinação, o sentido de decidir com a liberdade de escolher os rumos do futuro de um povo, decisão que só cabe ao próprio povo, sob pena de não sairmos do ciclo vicioso em que se revive os erros do passado colonialista escravocrata, de opressão e assimilação forçada (SILVA, 2017, p. 275).

Assim, os protocolos próprios/autônomos de consulta (SILVA, 2019, p. 107) revelam-se como instrumentos legítimos de autodeterminação, vinculantes aos Estados na observância e implementação da consulta prévia, livre e informada, por conterem as diretrizes que nortearão as etapas do processo de consulta, assim como as formas de representatividade, participação, organização social própria e deliberação coletiva e tradicional que deverão ser respeitadas no processo de consulta e consentimento livre, prévio e informado.

Com o objetivo de garantir os direitos coletivos dos povos e comunidades tradicionais, os protocolos são elaborados como um instrumento intercultural de diálogo, bem como de garantia ao não consentimento em medidas que lhe afetariam. Para melhor entendimento dessa nova ferramenta, será apresentado a seguir, um exemplo dos protocolos de consulta do Povo Krenak.

Os protocolos autônomos de consulta de diversas comunidades respondem dúvidas a respeito da realização do procedimento de consulta. Para tanto, são feitas indagações como: quem deve ser consultado? Como deve ser realizado o processo de consulta? Como os membros das comunidades tomam decisões? O que esperam da consulta?

Assim, será apresentada uma amostra de partes de alguns dos protocolos autônomos de consulta prévia selecionados, sendo eles: Protocolo Munduruku; Protocolo Comunidades Montanha e Mangabal; Protocolo de Consulta das Comunidades Ribeirinhas Pimental e São Francisco; Protocolo Krenak; Protocolo de Consulta Quilombola e Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado.

Dessa maneira, o Povo Munduruku, que reside no Alto, Médio e Baixo Tapajós expressa os requisitos para a consulta prévia, livre e informada. Determinando:

Nós, o povo Munduruku, queremos ouvir o que o governo tem para nos falar. Mas não queremos informação inventada. Para o povo Munduruku poder decidir, precisamos saber o que vai acontecer na realidade. E o governo precisa nos ouvir. Antes de iniciar a consulta, exigimos a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu. Sabemos que o relatório está pronto. Temos vídeo da Presidência da Funai admitindo que a demarcação não ocorre por conta da hidrelétrica.

O governo não está agindo com a boa fé que exige a consulta (Convenção 169, artigo 6o). Jamais aceitaremos ser removidos. E sabemos que a Constituição está ao nosso favor! Exigimos também que o governo proteja os parentes isolados que vivem em nossa terra e garanta o direito de consulta dos outros povos atingidos por seus projetos, como os Apiaká e os Kayabi. E, finalmente, exigimos que as comunidades ribeirinhas que serão atingidas pelas barragens no rio Tapajós (como Montanha e Mangabal, Pimental e São Luiz) tenham seu direito à consulta garantido, de modo adequado e específico à realidade delas. Assim como nós, os ribeirinhos também têm direito a uma consulta própria (MUNDUKURU, 2014, p. 3).

O Protocolo das Comunidades de Montanha e Mangabal representa ribeirinhos que vivem à beira do rio Tapajós no oeste do Pará. O documento afirma como deve ser o processo de consulta, dispendo:

Nós queremos ser consultados todos juntos, porque todo mundo aqui sabe de alguma coisa e luta por um só ideal. O governo não pode consultar famílias separadamente. Nunca nos sentimos à vontade com as conversas em separado feitas por representantes do governo ou de empresas. Sabemos que nossos direitos não são favores. Por isso, não adianta o governo nos prometer nada em troca de aceitarmos sua proposta. O governo também não pode nos consultar quando já tiver tomado uma decisão: temos direito à consulta prévia. (MONTANHA E MANGABAL, 2014, p. 3).

O Protocolo de Consulta das Comunidades Ribeirinhas Pimental e São Francisco, também localizadas às margens do Rio Tapajós, no município de Trairão (PA), na mesma linha, discorre quem deve ser consultado:

Devem ser consultados os moradores mais antigos, que tem conhecimento de toda a área. São eles que ensinam aos filhos, netos e bisnetos como tirar o sustento do rio e da mata. Eles são referências para nossas comunidades: são reconhecidos por nós e precisamos muito deles. Também devem ser ouvidas as parteiras, puxadeiras e rezadeiras, que sabem de remédios que nem todos médicos sabem. Elas repassam os conhecimentos que aprenderam com suas avós e mães, como a fazerem garrafada para curar várias doenças, rezas para quebrantos, rasgaduras, dor de cabeça. Os pescadores, agricultores, filhos das comunidades – todos devem ser ouvidos (PIMENTAL E SÃO FRANCISCO p. 4).

O povo Krenak que vive à beira do Rio doce em Minas Gerais, no protocolo, também estabelece o modo de decisão na comunidade:

Nós tomamos nossas decisões de forma coletiva, buscando o consenso. Caso não seja possível alcançar o consenso, a decisão será da maioria. Somos nós que definimos se o assunto diz respeito a todo o povo Krenak ou apenas a um grupo. Cada grupo tem autonomia para desenvolver projetos em sua aldeia, mas não poderá falar em nome de todo o povo Krenak para benefícios específicos para seu grupo (KRENAK, 2017, p. 11).

Já o Protocolo de Consulta Quilombola representa doze comunidades quilombolas no município de Santarém-Pará, e para a elaboração do documento, explicam:

Fizemos reuniões para discutir a consulta e nos preparar para fazer o documento. Decidimos fazer oficinas em cada uma das doze comunidades quilombolas para que todas participassem e fizessem suas propostas. No final, nos reunimos em uma grande assembleia com todas as comunidades presentes para aprovar o documento (SAMTARÉM, 2016, p. 4).

Com esses exemplos, percebe-se o exercício da jusdiversidade, expressado através de suas normas próprias, evidenciado nos protocolos autônomos de consulta prévia dos PCT. Identifica-se também o apoio mútuo entre povos, como os povos indígenas Muduruku e os povos ribeirinhos Montanha e Mangabal, Pimental e São Luiz, em luta pela garantia de seu direito de “dizer não” aos megaprojetos que os afetam.

Vale ressaltar brevemente, que há também, os Protocolos Comunitários em Defesa da Sociobiodiversidade, como o Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional (RAIZEIRAS DO CERRADO, 2014). Este documento é resultado do procedimento iniciado em 2008, que envolveu a proteção de 43 comunidades de dez regiões dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão.

Considerações Finais

Como apresentado ao longo do trabalho, por mais que os Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário determinem as regras para a realização do procedimento de consulta prévia, livre, informada e de boa-fé em medidas administrativas e legislativas, a eficácia desse direito é uma luta constante dos PCT contra a vulnerabilidade que atravessa a existência de sua cultura e tradição.

Nesse sentido, avaliando o histórico de violação do direito à consulta prévia e o afastamento dos povos em decisões que lhes interessam, entende-se que a consulta deve ser interpretada como dever exclusivo do Estado, vez que corresponde ao respeito e proteção de direitos humanos fundamentais, como direito à: terra, vida, saúde, religiosidade.

Portanto, o Estado deve garantir que o procedimento de consulta seja realizado previamente, com boa-fé e por meio da efetiva participação dos povos, respeitando as normas internas de cada povo através dos protocolos autônomos de consulta. Para tal, é fundamental que seja assegurado o direito ao não consentimento em projetos que violam seus direitos. Portanto, se o povo ou comunidade decidir pelo veto, o Estado poderá dar continuidade aos estudos de impacto para adequação dos programas em conjunto com a comunidade, iniciando uma nova consulta visando minimizar as violações aos direitos, até chegarem a um consenso.

Diante do exposto, a afirmação do protocolo autônomo das comunidades caracteriza-se como uma nova ferramenta de participação ativa de cidadania, principalmente no que diz respeito a propostas legislativas e políticas públicas. Por fim, os protocolos proporcionam uma política de baixo para cima, possibilitando não apenas as garantias fundamentais de direitos humanos, mas também a cooperação em decisões que afetam diretamente seu modo de vida.

Referências

_____. DECRETO Nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969. **Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.**

_____. DECRETO Nº 2.519 DE 16 DE MARÇO DE 1998. **Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.**

_____. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

_____. DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992. **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.**

_____. DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992. **Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.**

_____. LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. **Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Direitos de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2014.

KRENAK, **Protocolo de Consulta Krenak**. Elaborado pelos Krenak reunidos na Terra Indígena Krenak, localizada em Resplendor/MG, entre 23 de maio e 24 de agosto de 2017. Em 27 de junho e 24 de agosto de 2017, este documento foi aprovado e submetido a revisão final em reuniões realizadas na Aldeia Takruk.

MONTANHA E MANGABAL. **Protocolo de Consulta Montanha e Mangabal.** Elaborado pelos beiradeiros do Projeto Agroextrativista Montanha e Mangabal, reunidos no Machado, em 26 e 27 de setembro de 2014. Realização: Associação de Moradores das Comunidades Montanha e Mangabal. Apoio e assessoria: Projeto “Consulta Prévia, Livre e bem informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia” e Ministério Público Federal.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PORRO, Noemi Miyasaka; SILVA, Liana Amin Lima da (Orgs.). **A “nova” Lei n. 13.123/2015 no velho Marco Legal da Biodiversidade:** entre retrocessos e violações de direitos socioambientais. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017.

MUNDURUKU, **Protocolo de Consulta Munduruku.** Realização: Movimento Munduruku Ipereg Ayu, Associações: Da'uk, Pusuru, Wuyxaximã, Kerepo e Pahyhyp. Elaborado pelos Munduruku reunidos na aldeia Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku, em 24 e 25 de setembro de 2014, e na aldeia Paria do Mangue, em 29 e 30 de setembro de 2014. Documento aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku na aldeia Sai Cinza, em 13 e 14 de dezembro de 2014.

PERUZZO, Pedro Pulzatto. Direito à consulta prévia aos povos indígenas no Brasil. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2017.

PIMENTAL E SÃO FRANCISCO. **Protocolo de Consulta das Comunidades Pimental e São Francisco.**

RAIZEIRAS DO CERRADO, **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional/** organizado por: Jaqueline Evangelista e Lourdes Cardozo Laureano. Turmalina, MG: Articulação Pacari, 2014.

SANTARÉM, **Protocolo de Consulta Quilombola.** Federação das Organizações Quilombolas de Santarém –FOQS. Comunidades participantes: Arapemã; Bom Jardim; Murumurutuba; Murumuru; Nova Vista do Ituqui; Patos do Ituqui; Pérola do Maicá; São José do Ituqui; São Raimundo do Ituqui; Saracura; Surubiu-Açu; Tinguu. 30 de agosto de 2016.

SILVA, Liana Amin Lima da. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina: re-existir para co-existir.** Tese (Doutorado em Direito Socioambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; SILVA, Liana Amin Lima da; MOTOKI, Carolina; OLIVEIRA, Rodrigo. Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017. Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação. Verena Glass (org.). – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o Direito.** 7. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

Parques eólicos como zonas de exceção: uma análise a partir do litoral do Piauí

Parques eólicos como zonas de exceção: uma análise a partir do litoral do Piauí¹

Francisco Raphael Cruz MAURÍCIO²
Universidade Federal do Ceará

Resumo

Neste artigo é descrito como parques eólicos implantados no litoral do Piauí por empresas multinacionais, desencadearam transformações socioespaciais a partir dos anos 2000, restringindo o extrativismo artesanal. Argumenta-se que a privatização de águas e terras, e a limitação à mobilidade dos extrativistas pelo território, configuram os parques eólicos como verdadeiras “zonas de exceção” das práticas extrativistas, proibindo-as em áreas ocupadas pela infraestrutura de geração, controle e distribuição de energia.

Palavras-chave: energia eólica; conflito ambiental; zona de exceção.

Introdução

No Brasil, “o uso comunal dos recursos restringiu-se as áreas não integradas ao mercado em expansão (...) onde normas de uso coletivo asseguravam as condições de reprodução da base material das comunidades” (ACSELRAD, 2009, p. 120). Essas “áreas não integradas”³ foram identificadas como “terras de preto”, “terras de índio”, “terras de santo” (ALMEIDA, 2004; 2008) e como distintas formas fundiárias mantidas pelas “comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçairas, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praiérios, sertanejos e varjeiros” (LITTLE, 2002, p. 2). Historicamente, a expansão do capitalismo resultou na “destruição de formas não-capitalistas de apropriação do território e seus recursos, assim como na desestabilização dos sistemas ecológicos nos espaços crescentemente ocupados pelos grandes empreendimentos” (ACSELRAD, 2009, p. 122).

Início o artigo, apresentando a morfologia social (MAUSS, 1972) do local de pesquisa e a territorialidade dos extrativistas da Pedra do Sal (MAURÍCIO, 2020a; 2020b). Em seguida, descrevo a implantação e expansão dos parques eólicos no litoral piauiense, ressaltando os efeitos socioambientais sob o território e a população local. Continuo o texto, apresentando os principais aspectos do extrativismo, isto é, a mobilidade espacial e o uso comunal dos recursos, e como o conflito entre os extrativistas artesanais e as empresas de energia ocorre pela desarticulação desses aspectos. Finalizo, descrevendo as características que tornam os parques eólicos instalados no litoral do Piauí “zonas de exceção”⁴ das práticas extrativistas.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

³ Faço uso das aspas duplas para destacar categoria teórica das ciências sociais, principalmente na primeira vez em que aparecem.

O povoado e a territorialidade de seus moradores

A Pedra do Sal situa-se no litoral de Ilha Grande de Santa Isabel, um bairro rural do município de Parnaíba e uma ilha marinha costeira e oceânica de 240 km² (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2012). Em 288 hectares, estão alocados os aparelhos públicos de saúde e educação, a associação de moradores e o cemitério comunitário, a capela Bom Jesus dos Navegantes e a Assembleia de Deus, bares, quitandas e aproximadamente 350 casas pertencentes aos *moradores*⁵ da Pedra do Sal e à *gente de fora*, como os que veraneiam no lugar em datas específicas do calendário nacional como o Carnaval ou o Ano Novo (MAURÍCIO, 2020a).

A Pedra encontra-se distante 16 km do centro urbano da municipalidade, cujo acesso se dá pela Ponte Simplício Dias da Silva e pela PI-116. É o único povoado de Santa Isabel a encontrar o Oceano Atlântico, possuindo uma faixa de praia com 8 km de extensão utilizada para a subsistência dos moradores, para o lazer dos turistas e para a geração de energia eólica por empresas multinacionais. Em 2012, o lugar possuía uma população de 980 habitantes agrupados em 190 famílias, cujos membros eram ativos no extrativismo marinho e florestal, na agricultura familiar, na criação de animais, no comércio de alimentos e bebidas em bares na praia. Uma parcela menor ocupava-se no trabalho doméstico e na construção civil. Em 2015, 80% dos habitantes do lugar possuíam renda de até 1 salário-mínimo, 96% possuíam moradia própria - destas, 75% eram construídas com tijolo e 25% de taipa. Quanto aos níveis de educação formal, 44% dos habitantes cursaram o Ensino Fundamental e 36% o Médio (BEZERRA, 2016; BEZERRA *et al.*, 2017).

Por lá, *morador* designa quem mora na Pedra do Sal e possui uma parentela residente no povoado. Alguém que lá não nasceu, mas constituiu família e reside, é considerado morador, como os que migraram de povoados vizinhos e estabeleceram família no lugar ou os que se casaram com nativos e iniciaram novas famílias. Aqueles que possuem casa de veraneio ou frequentam a praia nos finais de semana são chamados de *gente de fora*, expressão que engloba o turista, o parnaibano, o teresinense ou o paulista, esse outro da cidade. O oposto destes é o *filho do lugar*, que designa entre os moradores aqueles que nasceram e se criaram no povoado, denotando, assim, uma imagem de nós configuradora de ordem hierárquica (ELIAS; SCOTSON, 2000) na valorização da origem e da permanência prolongada na Pedra do Sal, elementos sociais e temporais que distinguem, no interior da *comunidade*, o *filho do lugar* em relação ao *morador*.

⁴ A noção de “zona de exceção” surgiu de minha tentativa de caracterizar a configuração socioespacial dos parques eólicos em relação às práticas extrativistas no litoral do Piauí. Neste sentido, é um conceito “enraizado” na experiência de trabalho de campo ao longo do período 2015-2019 no povoado Pedra do Sal.

⁵ Faço uso do itálico para identificar as categorias nativas de meus interlocutores de pesquisa, os extrativistas da Pedra do Sal e um funcionário do setor administrativo de um dos parques eólicos instalados no lugar. Expressões nativas, isto é, compostas por mais de uma palavra, também aparecem em itálico, mas entre aspas duplas.

Quanto as categorias de classificação do espaço, existem a *terra* e o *terreno*. A palavra terra engloba os lugares de uso comum como a praia, o mangue e a mata. Já o terreno identifica aqueles que são de uso familiar como a casa, o quintal e o sítio. Pode-se afirmar que a terra está para o terreno assim como a comunidade está para a família. Enquanto o uso da terra é ordenado por regras consuetudinárias que não estão escritas em parte alguma, mas ordenam as práticas extrativistas em todo o lugar, o terreno é organizado pelas relações de parentesco, notadamente aquelas estabelecidas entre o pai e os filhos, que ordenam a divisão e a sucessão do terreno após o casamento.

A territorialidade (GODÓI, 2014) pedral resulta da combinação da posse familiar do *terreno* com o uso comunitário da *terra*, sendo essas posse e uso ordenadas cada uma por seus respectivos códigos familiar ou comunitário que instituem que qualquer morador pode caçar na mata, mas somente os parentes manejam as galinhas no quintal. Nessa cosmografia, as regras consuetudinárias estão para as relações de parentesco assim como o uso comum da terra está para o uso familiar do terreno. E a combinação desses diferentes espaços e códigos de ética realiza-se por meio da mobilidade entre a casa e a mata ou entre a casa e o mar.

A implantação dos parques eólicos e a espoliação dos extrativistas

No dia 13 de fevereiro de 2009, foi inaugurado o primeiro parque eólico do Piauí. O lugar escolhido para a instalação foi Ilha Grande de Santa Isabel, em decorrência dos fortes ventos que sopram na ilha, já relatados por cronistas desde o século XIX (CAMPOS, 1947). O parque recebeu o nome de Usina Eólica Pedra do Sal⁶ por se encontrar nas imediações do povoado Pedra do Sal e possuía capacidade de produção de 18 MW por meio de 20 aerogeradores de 54 metros cada. A usina fora integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) pela subestação parnaibana da Companhia Energética do Piauí (CEPISA). Cinco anos após àquela inauguração, em 12 de maio de 2014, a Omega Energia instalou o Parque Eólico Complexo Delta com 35 aerogeradores, quinze a mais que a Tractbel, mais altos, com 90 metros de altura, e mais potentes, gerando 70 MW de energia.

No decorrer da década de 2010, a Tractbel mudou de nome para Engie, passando a ser controlada por um grupo franco-belga, e a Omega Energia tornou-se a empresa com maior número de aerogeradores instalados em Ilha Grande. Em 2018 existiam sete parques eólicos com 162,8 MW de capacidade instalada para geração de energia através de 89 aerogeradores ocupando 1.327,7 ha de terras (LIMA, 2019), uma área quase cinco vezes maior que a ocupada pelas casas de moradores da Pedra do Sal.

A “territorialização” (MIRANDA, 2013) dos parques eólicos é um processo de extensão e intensidade consideráveis. A implantação de aerogeradores demanda “grande área para

⁶ Os parques eólicos também são denominados pelas empresas como “usinas” ou “fazendas” eólicas. No Brasil, a denominação “parque” é mais recorrente do que as duas anteriores.

geração de energia além do espaçamento entre elas para que o efeito de captação do fluxo de ar seja o menos turbulento possível” (DUTRA, 2007, p. 2). Para ser fixada ao solo, requer perfurações de profundidade variadas entre 12 a 30 metros (LIMA, 2019). Por sua extensão territorial, a instalação de aerogeradores promove alterações significativas na paisagem (SCHEIDEL; SORMAN, 2012) e no subsolo, danificando o meio biofísico, como os lençóis freáticos responsáveis pela formação das lagoas intermitentes na Pedra do Sal, fontes de pescado para as famílias locais na estação chuvosa.

Os estudos e relatórios de “impacto ambiental” encomendados pelas próprias empresas de energia reconhecem que a fase de “implantação” dos parques produz degradação ambiental decorrente da instalação da infraestrutura do parque (edifício de comando, aerogerador, pista, subestações coletora e elevadora, linha de transmissão), alterando a qualidade das águas superficiais, subterrâneas e do solo, perda de cobertura vegetal contínua, afugentamento da comunidade faunística (peixes, anfíbios e répteis, aves e mamíferos) e alteração na biota aquática (MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2019). O relato dos moradores do lugar coletado durante o trabalho de campo, informa que na fase de “operação” dos parques ocorrem alterações socioespaciais como contenção territorial (cerca, cancela) e vigilância dos extrativistas (guardas, guaritas) (MAURÍCIO, 2020a).

O período de instalação e expansão dos parques eólicos sob Ilha Grande foi marcado para os extrativistas da Pedra do Sal por sucessivas perdas de terra e recursos naturais importantes na reprodução social das famílias do lugar. Eles assistiram ao desmatamento de cajueiros e ao aterramento de lagoas na fase de instalação da infraestrutura de geração de energia. Viram mais de mil hectares de terras, nos quais estão localizadas lagoas e matas, serem interditados para o uso da população local na fase de operação dos parques. A degradação ambiental e a privatização de terras e recursos promoveram a “espoliação ambiental” (LATORRE; FARRELL; MARTÍNEZ-ALIER, 2015) dos extrativistas pelas empresas de energia ao longo do período 2006-2019, separando-os de seus “meios de vida” (CANDIDO, 2003), e revelando que a “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004) é a lógica econômica da geração de energia eólica no litoral do Piauí.

Extrativismo artesanal: uso comum, mobilidade e conflito

No contexto de reordenamento territorial, *moradores* e *funcionários*⁷ das empresas envolveram-se em “lutas de classificação” (BOURDIEU, 1996; 2012) sobre os limites espaciais dos parques eólicos, isto é, seu *dentro* e o seu *fora*, como expresso na intervenção do pescador Mário durante oficina na Associação de Moradores da Pedra do Sal:

⁷ As palavras empreendimento ou empresa englobam os diversos projetos econômicos instalados ou em vias de instalação por gente de fora, podendo referir-se a parques eólicos, criatório de camarão ou demarcações de terra para a construção de resorts de luxo. Já empreendedor engloba o dono do empreendimento, geralmente um gringo abstrato nunca visto no lugar. Funcionário é aquele que trabalha na empresa, englobando o guarda e o pessoal dos serviços gerais, mas é principalmente utilizado para referir-se as pessoas do setor administrativo ou técnico dos parques eólicos.

Eu já li um negócio, que foi encontrado um pescador no interior do empreendimento, da área do empreendimento. Mas só que não era no interior não, porque a área de lagoa, todos nós conhece que a área daqui tá demarcada lá. Tem várias lagoas pra se pescar lá. Então, isso aí vai dar errado, porque tem é dentro e diz que é fora, e é dentro, nós prova que os pés de murici tão é dentro [da área do empreendimento], por que que não botaram fora? (Mário, oficina na Associação de Moradores da Pedra do Sal, 24 de Maio de 2015).

Para ilustrar o comportamento dos extrativistas em relação aos parques eólicos, reproduzo o relato de Seu Buchudo sobre o dia em que tentaram impedi-lo de retirar talos da mata. Em seguida, apresento um trecho do diário de campo em que registrei a perspectiva do funcionário de uma empresa de energia eólica. Ambos trazem diferentes acepções sobre a apropriação da terra a coexistirem tencionando-se num mesmo território.

Seu Buchudo pertence a uma antiga família da Pedra do Sal e durante uma oficina na Associação de Moradores descreveu seu diálogo com o guarda que o impedia de retirar madeira:

Ano passado [2014], viu? Eu tava fazendo ali o pé da minha cerca mais outro rapaz. Fomos atrás de talo. Aí, vem uns cachorros latindo, eu reparei, e lá vem o guarda com uns negócios. – Ô rapaz, aqui é proibido tirar os talos. Aí eu, – Por que, senhor? Eu nasci aqui, cresci aqui e nunca foi proibido, por que agora eu não posso tirar os talos? Eu não tô tirando nada nem seu, nem de ninguém. Tô tirando da natureza. Isso aí é da natureza. Eu moro aqui e eu tô tirando porque eu tô precisando fazer o pé da minha cerca. – Não, mas você tem que pedir. – Rapaz, mas quer dizer que eu nasci aqui e vou sair aqui da minha casa pra ir lá em riba pedir pra tirar uns talos? Rapaz, uma coisa dessas eu não faço não, nunca fiz e nem faço. Eu vou tirar meus talos e ninguém vai me impedir (Buchudo, oficina na Associação de Moradores da Pedra do Sal, 24 de Maio de 2015).

O que legitimou Buchudo a retirar os talos, mesmo sob a interdição do guarda, foi a concepção vigente entre os extrativistas de que a *terra* pertence a *natureza* ou a Deus. Para ele, a ação não foi uma violação da propriedade privada, visto a mata ser bem comum. Esta concepção associa-se as “cosmografias” (LITTLE, 2002) de grupos praticantes do uso comunal da terra em distintas regiões do rural brasileiro, como analisado por Almeida (2004; 2008) e Little (2002) em suas pesquisas sobre as “terras de uso comum” e a “diversidade fundiária” no Brasil.

Em entrevista com Tércio, funcionário do setor administrativo de um dos parques eólicos instalados na Pedra do Sal, pude registrar a noção de propriedade privada como

organizadora da apropriação da terra e contrastar com a perspectiva dos extrativistas sobre o uso comum. Após a entrevista, desliguei o gravador de voz e Tércio relatou-me, com alguma indignação, um caso envolvendo o acesso de pescadores à lagoa situada no parque eólico que administra:

Ele contou-me um caso: resolveu fazer uma experiência. Colocar ração para peixe numa lagoa que ele sabia que podia dar peixe. Depois de um tempo os peixes começaram a aparecer. O objetivo, segundo ele, era pegar esses peixes e distribuir entre os funcionários. Mas os moradores vinham pegar os peixes antes deles se desenvolverem. Pegavam o peixe ainda pequeno. Com os dedos das mãos ele comparou o tamanho do peixe ao de uma caneta. Disse-me que ficou chateado com a situação e mandou cercar e colocar um guarda no local. Mesmo assim, os moradores iam lá e pegavam o peixe na troca de turno dos guardas. Ele falou: “Como é que eles não entendem que aquilo é uma propriedade privada, tem dono.” (...) A uma certa altura, preferiu não pôr mais ração e deixar a lagoa sem peixes. Ressaltou que além de não entenderem que aquilo era uma propriedade privada, eram ousados, pois falaram ao guarda que iam pescar quando os guardas dessem bobeira (Diário de campo de 21 de Setembro de 2016).

Para Tércio, a lagoa no interior do parque eólico é uma propriedade privada, isto é, tem dono, o que contrasta com o uso comunal dos extrativistas, revelando as distintas formas de apropriação da terra e os choques cosmográficos que ordenam simbolicamente os conflitos ambientais entre diferentes agentes sociais (MAURÍCIO, 2018).

Se Buchudo foi surpreendido pelo guarda na mata, os pescadores descritos pelo funcionário da empresa, tinham ciência da vigilância sob a lagoa e buscaram acessá-la sem serem notados. Nos relatos de Buchudo e Tércio, quando há diálogo entre extrativistas e guardas, os primeiros afirmam que apesar da vigilância, continuarão extraindo talos e peixes. A pesca e a coleta por indivíduos ou pequenos grupos no contexto da interdição do extrativismo no interior dos parques eólicos pode ser identificada como uma forma de “resistência cotidiana” (SCOTT, 2002) operada pelos extrativistas da Pedra do Sal para lidar com a privatização dos recursos ambientais.

Durante o trabalho de campo junto aos extrativistas da Pedra do Sal, interessei-me em compreender suas percepções sobre sentirem-se cercados pelos parques eólicos. Esse “ficar cercado” contrastava com o “viver liberto”, expressão usada por um antigo pescador para descrever a vida antes da instalação dos parques na ilha. Nas primeiras reuniões que frequentei na Associação de Moradores, ficava claro, a partir dos relatos dos interlocutores, a existência de um processo de cercamento de terras, mas eu ainda não havia percebido que eles também falavam sobre o cercamento de pessoas.

Os extrativistas compreendem que a presença dos parques eólicos dificultou o acesso à área de coleta de frutos, caça de animais e pesca. As restrições ao uso, expressas em placas⁸, na presença de guardas, guaritas e cancelas tentam cotidianamente regular a mobilidade dos extrativistas nas porções da ilha ocupadas pelos parques das empresas Engie e Omega:

Parece que a gente parou, estagnou, porque tudo gira em torno deles, eles tomaram de conta de tudo e a gente ficou ali cercado. É como se a gente tivesse que viver ali naquele meio e eles ao redor tomando conta de tudo e a gente não consegue sair, fluir, crescer (Entrevista com Norma, 09 de abril de 2016).

Olha, uma ilha dessa é muito grande, eu num faço questão, eu num faço não questão, dizer, vou querer esse pedaço de terra pra mim! Não quero não, eu só quero viver liberto como eu comecei minha vida, só quero viver liberto. Faço empenho de tomar terra de ninguém não, quero não. “Vou cercar aqui essa grande área pra mim”, quero não. Eu só quero viver liberto, sem a perseguição de nenhum empreendedor desses, só queria viver minha vida tranquilo, liberto, podendo entrar e sair, como se diz, toda hora que eu quisesse, podendo pescar nas minhas lagoas, podendo pescar nos meus igarapés, podendo catar meu caranguejo, no dia que eu quisesse meu caranguejo, nos mangues, podendo pescar na minha praia tranquilo, podendo andar por todo lugar que eu nasci e me criei andando tranquilo, podendo colher meus cajus, meus murici (José, pescador, gravação da oficina sobre regularização fundiária na Associação de Moradores, 23 de Maio de 2015).

As práticas extrativistas na Pedra do Sal são práticas de mobilidade. Pois é deslocando-se da casa para a mata, por exemplo, que conseguem o sustento da família, isto é, alimentam o grupo doméstico e fazem renda com a comercialização do excedente no mercado municipal (MAURICIO, 2020b). A expressão “viver liberto” no relato de José significa “poder entrar e sair toda hora que quiser”, carrega, assim, forte sentido de mobilidade pelos lugares de caça, pesca e coleta, remetendo ao início de sua vida, ao período em que não existiam as empresas de energia em Ilha Grande. Este “viver liberto” configura-se como o oposto relacional do “ficar cercado” dito por Norma e ambos expressam a percepção

⁸ Durante o trabalho de campo, registrei o enunciado de placas afixadas pelas empresas de energia que proibiam a caça e coleta de madeira pelos extrativistas como uma medida de “proteção ambiental”. Outras placas operavam discursos do “cuidado” e do “risco” que alertavam sobre choque elétrico e proibição do acesso à área do parque eólico. Compreendo que as empresas utilizam cercas, guaritas, portões e cancelas como infraestruturas materiais de privatização da terra e que as placas funcionam como “discursos que cercam”, isto é, buscam criar as condições simbólicas para a eficácia social das infraestruturas materiais de privatização.

nativa sobre as mudanças socioespaciais ocorridas entre 2006 e 2019, promovidas pela instalação e expansão dos parques eólicos no litoral piauiense.

Zona de exceção

A compreensão da “territorialidade” (LITTLE, 2002; GODÓI, 2014) dos extrativistas da Pedra do Sal e a descrição do processo de instalação e expansão dos parques eólicos sob Ilha Grande possibilitaram identificar a existência de duas formas de “apropriação do território e seus recursos” (ACSELRAD, 2009, p. 122) conformadoras de “projetos territoriais” (MIRANDA, 2013) opostos, mas realizados numa mesma geografia.

Se os extrativistas orientam a apropriação do território por um direito costumeiro legitimador do uso comum e da livre mobilidade espacial pela ilha; as empresas justificam a apropriação através da propriedade privada estabelecida legalmente pelo código civil e a organiza com cercas e guardas. Se o uso que os extrativistas fazem das terras e águas é visando a alimentação da comunidade local e a reprodução social das famílias; as empresas utilizam a terra para a geração de energia visando à demanda energética da sociedade nacional e o retorno lucrativo dos investimentos aos acionistas globais dos fundos privados. Se para os extrativistas, a terra, assim como as águas pertencem a Deus ou a natureza e por isso não são propriedade privada; para as empresas, a terra possui valor de troca e sua apropriação exclusiva é garantida juridicamente.

A partir do caso da Pedra do Sal, identifiquei as características que tornam os parques eólicos instalados no litoral do Piauí “zonas de exceção” das práticas extrativistas: a) privatização do “comum” (FEDERICI; CAFFENTZIS, 2020), promotora de reordenamento territorial; b) enquadramento do extrativismo artesanal como contravenção ambiental, instituidora de nova regulação ambiental na ilha. Estes são mecanismos de controle do espaço e subordinação das pessoas operados pelas empresas e têm sua reprodução cotidiana assegurada pela c) “administração policialesca” do espaço por guardas, cercas, portões, cancelas, guaritas, placas de aviso e sinalização distribuídos pela ilha, constituindo um modo de gestão que visa estabelecer a obediência à propriedade privada da terra e da natureza e desestimular o uso comunal tradicionalmente e teimosamente praticado no lugar pelos extrativistas. A privatização do comum, a nova regulação ambiental e a administração policialesca do espaço significaram a d) suspensão do uso comum em mais de mil hectares de terras (LIMA, 2019) caracterizando os parques eólicos como “zonas de exceção” das práticas extrativistas artesanais.

Em 2007, nasceu o projeto da Reserva Extrativista Cajuí, resultado da parceria entre quinze entidades civis de moradores da ilha com a ONG ambientalista Comissão Ilha Ativa. O objetivo elencado foi preservar a diversidade socioambiental do território de Ilha Grande de Santa Isabel e minimizar a especulação de terras e os impactos ambientais de futuros empreendimentos. O processo de criação da RESEX Cajuí foi apenas pré-aprovado no Ministério do Meio Ambiente em 2009, e desde então aguarda vistoria técnica da área para sua implementação (CRESPO, 2011). Essa demora favoreceu a expansão dos parques eólicos como “zonas de exceção” e intensificou a espoliação ambiental dos extrativistas.

Sem perspectiva de atendimento de suas demandas socioambientais pelo Estado brasileiro, os extrativistas seguem convivendo com os parques eólicos, negociando o acesso as matas com guardas e administradores das empresas, fazendo denúncias na imprensa local, buscando audiências públicas, protestando, organizando eventos com ONGs e universidades, tentando a regularização fundiária dos terrenos familiares, pedindo o cancelamento das licenças ambientais de novos e antigos empreendimentos.

O fato de haver pesca e coleta de madeira nas “zonas de exceção” estabelecidas pelas empresas de energia, como relatado por Buchudo e Tércio, indicam que o antigo direito costumeiro ao uso comum legitima práticas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002). As “formas não-capitalistas de apropriação do território e seus recursos” (ACSELRAD, 2009, p. 122) seguem tensionando, mesmo que em nível “infrapolítico” (SCOTT, 2013; MAURICIO, 2018), o esforço das empresas em impor a propriedade privada como único ordenamento territorial do litoral piauiense.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, A.W.B de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, A.W.B de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, V.6, N.1, maio 2004.

BEZERRA, M.B de C. Percepção socioambiental da comunidade Pedra do Sal acerca da implantação do Complexo Eólico Delta do Parnaíba na APA Delta do Parnaíba/PI. Dissertação de mestrado, Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPI, 2016.

BEZERRA, M.B de C et al. Percepção dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do complexo eólico Delta do Parnaíba. In: Gaia Scientia, 11 (1): 116-130, 2017.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: EdUSP, 1996.

CAMPOS, H de. Memórias. Rio de Janeiro: WM Jackson Inc., 1947.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2003.

COMISSÃO ILHA ATIVA. Sócio biodiversidade da Ilha Grande de Santa Isabel. Ilha Grande: s/e, 2012.

CRESPO, M.F.V et al. Sensibilização das comunidades para o uso sustentável dos recursos naturais na Ilha Grande de Santa Isabel – PI. In: I Seminário Piauiense de Agroecologia & II Semana de Agricultura Orgânica do Norte Piauiense, 2011.

DUTRA, R.M. Propostas de políticas específicas para energia eólica no Brasil após a primeira fase do PROINFA. Tese de Doutorado em Planejamento Energético. UFRJ, 2007.

- ELIAS, N; SCOTSON, J.L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEDERICI, S. CAFFENTZIS, G. Comuns contra e além do capital. Parnaíba: Terra sem Amos, 2020.
- GODÓI, E.P. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. In: Raízes, v.34, n.2, jul.- dez, 2014.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- LATORRE, S.; FARRELL, K.N; MARTINEZ-ALIER, J. The commodification of nature and socio-environmental resistance in Ecuador: an inventory of accumulation by dispossession cases, 1980-2013. In: Ecological Economics, n. 116, 58–69, 2015.
- LIMA, J.A.G. A natureza contraditória da territorialização da produção de energia eólica no nordeste do Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. UFF, 2019.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Série Antropologia, (322), 2002.
- MAUSS, Marcel. Manual de etnografia. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972.
- MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. Os filhos do lugar: crônicas da territorialidade pedral. Tese de doutorado, Sociologia, UFC, 2020a.
- MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. A casa, a mata e o mercado: a rede de relações do extrativismo do caju na Pedra do Sal. In: SANTOS, Alexandre. Mundos do trabalho no Piauí. Parnaíba: Taipa Editorial, 2020b.
- MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. Sobre a infrapolítica do conflito ambiental. In: Revista Piauiense de História Social e do Trabalho. Parnaíba-PI, ano IV, n. 07. Jul/Dez 2018.
- MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE; OMEGA ENERGIA. Estudo de impacto ambiental - EIA Complexo Eólico Delta 10. Volume I, Junho de 2019.
- MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE; OMEGA ENERGIA. Relatório de impacto ambiental - EIA Complexo Eólico Delta 10. Junho de 2019.
- MIRANDA, R. de S. Ecologia política e processos de territorialização. In: Sociedade e Estado, Vol. 28, N. 1, Jan/Abr. 2013.
- SCOTT, J.C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2013.
- SCOTT, J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCHEIDEL, A; SORMAN, A.H. Energy transitions and the global land rush: ultimate drivers and persistent consequences. In: Global Environmental Change. 22, 588–595, 2012.

Capitalismo, desenvolvimento e comunidades tradicionais: o conflito socioambiental do Cajueiro e WPR no estado do Maranhão

Capitalismo, desenvolvimento e comunidades tradicionais: o conflito socioambiental do Cajueiro e WPR no estado do Maranhão¹

Isabela Marisa Câmara SOUSA²

Resumo

O conflito socioambiental envolvendo a comunidade tradicional do Cajueiro e a empresa WPR traz um cenário inserido na expansão portuária privada no estado do Maranhão. O território do Cajueiro possui uma biodiversidade pré-amazônica, tradição religiosa, pesca, agricultura e extrativismo familiar. O modo tradicional de vida versus a emergência de megaprojetos em prol do crescimento econômico é um paradigma que o capitalismo imperialista trava com sua territorialização expropriatória, mascarada por um bem comum coletivo. O desenvolvimento é elencado como objetivo nacional na Constituição Federal, possuindo ao Estado o dever de buscar a efetividade equitativa. O objetivo central do artigo é analisar o desenvolvimento e o capitalismo, como conceitos abertos, destrinchando seus sentidos existentes na academia. Ademais, busca-se investigar a efetividade do desenvolvimento socioeconômico no ordenamento brasileiro. Assim como, compreender de que maneira o desenvolvimento traz impactos nas comunidades tradicionais. O artigo é uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão, a partir do materialismo histórico dialético. Conclui-se que a efetividade do desenvolvimento se dá para além da interface econômica, necessitando se direcionar em benefício dos diversos destinatários na realidade brasileira.

Palavras-chave:

Capitalismo. Desenvolvimento. Economia. Meio–Ambiente. Comunidades tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

O projeto de fixação de um porto privado na Comunidade do Cajueiro, Zona Rural II, mais precisamente na Praia de Parnaçu, é composto pela influência do capital privado, representado por um consórcio nacional e internacional, gerido pela empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., e hoje TUP Porto São Luís S.A. O projeto é parte de um panorama expansivo da economia maranhense, conjuntamente, a necessidade do progresso nacional.

A ascensão do conflito sociambiental na região é uma das principais consequências, pautado na possibilidade de degradação ambiental e inviabilidade do modo de vida tradicional residente na localidade. A escolha da região fora pautada na proximidade com

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, Pós-Graduada em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. isabelamcamara@icloud.com

tradicional residente na localidade. A escolha da região fora pautada na proximidade com a Baía de São Marcos, uma das mais profundas do mundo, para além disso, parte do arrucho de desenvolvimto da economia maranhense num contexto internacional.

Diante desse panorama, o presente artigo é uma análise crítica do desenvolvimento e capitalismo, especificadamente, através do panorama dos povos, territórios e comunidades tradicionais em face de megaprojetos privados. Destarte, pretende-se explorar o desenvolvimento e seus sentidos, como pretensão básica a ser conquistada. Assim como, as Comunidades, Territórios e Povos Tradicionais e sua conexão com o desenvolvimento no Brasil.

2. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento se encontra de forma intrínseca na humanidade, podendo-se afirmar como um processo natural de evolução do homem e da sociedade. Ademais, o conceito possui uma classificação abrangente e inacabada, a sua construção é considerada aberta.

O panorama histórico de construção do desenvolvimento parte de um contexto internacional, enquanto direito humano. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU (1986) é um marco de consagração, além disso, responsável por interpretar o desenvolvimento como um processo humano, sendo necessário para a formação do homem em sociedade (SOUSA, 2020, p. 7).

Em reflexo, nascem os direitos fundamentais, no âmbito doméstico de cada Estado. No ordenamento jurídico brasileiro, a partir da influência global, o desenvolvimento aparece desde o preâmbulo da Constituição vigente e se manifesta dentre os objetivos fundamentais da Constituição Federal³. Enquanto direito fundamental de terceira geração/difuso⁴, é considerado uma norma de eficácia imediata e vinculativa à todos os poderes componentes do Estado. Com um cunho naturalmente econômico, o desenvolvimento possui o papel de promover o crescimento, acolhendo o art. 170⁵ e suas diretrizes para a concretização do progresso na sociedade (FERRARO; PEIXINHO, 2007, p. 6961).

³ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁴ Os autores Ferraro e Peixinho (2007) explicam que os direitos de terceira geração ou de caráter difuso possuem tanto o indivíduo quanto a coletividade enquanto sujeito destinatários, no entanto, os interesses gerais sempre irão se sobrepor. O direito do desenvolvimento se enquadra nessa categoria devido a partículas formadoras de seu conceito. Primeiro, fomentação dos direitos difusos deve ser promovida prioritariamente pelo Estado, assim, nota-se claramente que o desenvolvimento vincula o ente estatal e o dever de promoção para a sociedade. Destarte, a inalienabilidade também faz parte da formação do direito ao desenvolvimento na sua fundamentalidade. Por fim, é inegável que o desenvolvimento faz parte da formação da ordem social e econômica do Estado, sendo assim, essencial para a coletividade enquanto nação, por isso, se encaixando de forma coerente nos direitos “metaindividuais” ou “difusos”.

⁵ A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.; Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Hodiernamente, debates na academia emergem sobre as diversas redefinições de desenvolvimento. Na presente discussão fixaremos a devida importância em três: o desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico sendo mais próximo do sistema capitalista de produção, e de forma antagônica, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen.

O objetivo fim no progresso é inerente em todos os sentidos. Entretanto, o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é formado por um conjunto de práticas focadas exclusivamente na expansão⁶. Através da perpetuação de utilização dos insumos naturais de maneira descontrolada, focando-se em primeiro plano no antropocentrismo, marginalizando a relação de coexistência com a natureza (ACOSTA, 2016, p. 27).

De maneira antagônica ao sentido de desenvolvimento restrito, emergem outras redefinições. O economista Amartya Sen (2018) fora responsável academicamente com o debate apresentando a redefinição de “desenvolvimento como liberdade”. O autor atribui a esse sentido como um recurso para a expansão de liberdades⁷ pontuais para auxiliar o processo desenvolvimentista, promovendo uma readequação conjuntural para se chegar a um patamar de efetividade.

O desenvolvimento sustentável é sentido que sintetiza a preocupação com o presente e o futuro – principalmente diante ao contexto de sua ascensão⁸. Nessa redefinição o crescimento econômico também se faz presente, entretanto, a partir de práticas que respeitam os limites planetários, os impactos ambientais e os direitos das gerações futuras de usufruírem dignamente dos recursos naturais. Assim como, manifesta a necessidade de diminuição, visando a erradicação, do contexto de desigualdade mundial (PEARCE, 2019, p. 82).

⁶ Parte dessa concepção restrita de desenvolvimento é responsável por creditar importância à índices de aferição de crescimento estritamente capitalistas, como por exemplo, a renda per capita e o PIB. Sem contar que, tal sentido de desenvolvimento se adequa também ao contexto político que vivemos de forma global, para além disso, é o sentido que possui afinidade direta com as estruturas do mundo moderno, conservando a racionalidade econômica e objetivação do meio natural (BRUZACA, 2014, p. 16).

⁷ A denominação “desenvolvimento como liberdade” advém do pensamento de que o desenvolvimento, enquanto processo, é responsável por proporcionar o cenário de libertação em contextos de minimização de direitos. Para o autor, a verificação do crescimento, de fato, depende de uma cena onde as pessoas são livres e possuem reconhecimento enquanto agentes na sociedade. Amartya Sen (2018) pontua “as liberdades” – individuais e coletivas - que necessitam de expansão para se chegar a um desenvolvimento pleno e eficaz, visto que ele as centraliza como objetivo primordial. Dentre elas, liberdades políticas, relacionada ao direito de escolha em face de uma conjuntura democrática, liberdades econômicas e sociais, conectadas ao mercado e a oportunidade de participar dele. Em suma, o autor colocar a devida importância nas liberdades por serem, não somente, o fim do desenvolvimento, mas também, o meio de conquista-lo.

⁸ O panorama histórico de ascensão da teoria desenvolvimento sustentável reflete uma mudança significativa em face das preocupações com a vida no planeta terra. Determinados marcos foram importantes para as ações e pensamentos relacionados a sustentabilidade. Especificadamente, no ano de 1972, conhecido como Período Estocolmo-Rio, devido as conferências mundiais, que ambas as regiões receberam para tratar sobre meio ambiente e desenvolvimento com outros países, podemos constatar diretamente como um grande ponto de partida para a construção do conceito de “desenvolvimento sustentável”. Através das discussões entre os países participantes dos eventos, a dicotomia Norte-Sul, fazendo referência aos países “desenvolvidos” e aos “subdesenvolvidos”, acerca dos limites planetários, desigualdades, meio-ambiente, a necessidade de um pensamento que abarcasse as duas realidades se fez mais latente. Destarte no ano de 1987, após esforço da Comissão das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento, fora lançado o Relatório Brundtland, prevendo proposta oficial do desenvolvimento sustentável (PEARCE, 2019, p. 79-80).

Apesar da existência de variados sentidos de desenvolvimento, sofrendo influências de acordo com a conjuntura que estão inseridos, o capitalismo também se encontra presente. A ideia do crescimento como único fim, acumulação de bens e capital como sinônimo de progresso, certamente são estruturas capitalistas encontradas em todas as reformulações desenvolvimentistas, que perpetuam padrões já existentes.

2. Desafios do desenvolvimento no contexto econômico e social capitalista.

O capitalismo é, notoriamente, hegemônico, influenciando (in)diretamente nas estruturas estatais e políticas, dessa maneira, sendo uma barreira intrínseca ao desenvolvimento justo e igualitário. Contudo, apesar dos sentidos atribuídos, o mesmo sempre estará inserido na ordem econômica capitalista. Dessa maneira, acaba por se tornar objetivo e racional, retirando visões diversificadas na tentativa de se chegar a uma definição universal, assim como o próprio sistema.

O formato do conceito de desenvolvimento se torna uma barreira para a sua concretização. Primeiro por seguir na tentativa da universalização, minorando as diversidades existentes. Do mesmo modo, o núcleo do desenvolvimento tornou-se um a ser alcançado a qualquer custo, consolidando-se enquanto uma estrutura de domínio aliada ao capitalismo. Assim, para a sua superação, ambas as estruturas necessitam de alternativas (ACOSTA, 2016, p. 54).

A conjuntura dominante do capitalismo se encontra como uma adversidade de um panorama alternativo para o desenvolvimento. A partir de um conjunto de imposições – modo de vida, produção e objetivos a serem conquistados – a hegemonia capitalista se reveste através de estruturas basilares que se perpetuaram no tempo. O grande objetivo do capitalismo não é abarcar contextos múltiplos apenas para dar visibilidade as suas particularidades, mas sim para agregar as práticas que sustentam o sistema hegemônico (LANG, 2020, p. 31).

Como parte do arranjo de sustentação do capitalismo, o Estado sofre influências⁹ que refletem em suas ações, visto que é o meio concretizador do progresso. Todavia, em face do capitalismo essa promoção desenvolvimentista se vê influenciada a partir de projeções políticas conectadas a vertente econômica da acumulação em face do capital,

⁹ O desenvolvimento possui interfaces metaindividuais, cabendo não somente ao Estado fomentar cenários de crescimento para o indivíduo e a coletividade. Como grande desafio, se faz latente a influência enorme que o capitalismo transfere para ações governamentais utilizando os seres humanos como máquinas de progresso, importando em chegar a um patamar de acumulação em conjunto, sem possibilitar a redistribuição de oportunidades e visibilidade de outros modos de produção (FIORI, 2020).

como por exemplo, a dualidade de contexto neoliberal versus o progressismo em face da nação¹⁰ (ACOSTA; BRAND, 2019).

Fatidicamente, o desenvolvimento, como uma concepção geral, carece de alternativas, para o êxito, visto que nos moldes atuais, é fato que não existe um viés absolutamente eficaz. Apesar de ser discutido já na academia, a erradicação do termo, o mesmo ainda será utilizado durante algum tempo. Todavia, deixou-se claro que são as estruturas que rodeiam o ideal desenvolvimentista e o sistema econômico vigente que precisam de contextos alternativos refletindo para um futuro de evoluções e eficácia.

3. Comunidades tradicionais e desenvolvimento no contexto brasileiro

A diversidade cultural existente no Brasil deriva dos primórdios da sua formação. Os povos, territórios e comunidades tradicionais são microrganismos decorrentes da pluralidade de modos de vida. Em referência a conjuntura de ascensão a sua definição é considerada não estática, visto que um processo político e social contínuo reflete na delimitação aberta da categoria. Seguindo a linha dos estudos antropológicos, há uma composição de ideais para contemplação homogênea na concretização de um conceito (VIEIRA, 2020, p. 53).

Entretanto, há determinadas características que se fazem presentes intrinsecamente nos povos, territórios e comunidades tradicionais. A coexistência com a natureza é um ponto de delimitação em comum, visto que a relação é parte fundamental dos seus modos de vida. O sentimento de pertencimento com o território é também base comum em todas as definições. A vivência acarreta a criação de laços e raízes, culminando no posicionamento de proteção com a localidade. A percepção da construção de uma unicidade partir do pertencimento, da identidade cultural e da trajetória remete a ideia de estruturas basilares dos povos, territórios e comunidades tradicionais (SOUSA, 2020, p. 23).

Para além disso, Little (2002) introduz na composição o conceito de territorialidade. O Autor apresenta a temática explicando que a partir de posturas instintivas e biofísicas, sentidos de proteção, uso, ocupação emergem para a solidificação do vínculo. Destarte, o mesmo também coloca como essencial a existência de diversas manifestações de vínculos, como por exemplo, os símbolos, as memórias, os valores, ou seja, determinadas particularidades.

¹⁰ A anexação ao neoliberalismo ou ao progressismo se faz presente principalmente na América Latina, contexto que se insere na conjuntura brasileira e reflete diretamente no objeto do presente trabalho. O Estado, a partir da noção de uma Constituição paternalista e programática, possui papel fundamental na fomentação do desenvolvimento econômico. Todavia, o sistema econômico vigente possui influência direta na vertente política que o Estado escolhe se aliar. O projeto neoliberalista é, de fato, mais presente nos países latinos americanos, propondo um Estado mínimo, com grande influência de capital privado visando a acumulação. O objetivo central de modelo de política econômica é, sem dúvidas, a adequação ao mercado mundial de maneira universal e a sua expansão vide a livre circulação, com pouquíssima interferência estatal. No Brasil, o neoliberalismo se fez presente na era Collor, Fernando Henrique Cardoso, o governo interino de Michel Temer e, agora, com o governo Bolsonaro (COSTA; CARVALHO, 2019, p. 143). O progressismo surgiu de maneira antagônica ao neoliberalismo, em meados do começo do século 21, em se tratando de América Latina, muitos países aderiram essa vertente para seus governos. Basicamente, essa frente política pautou-se no fortalecimento do Estado, a partir do seu protagonismo em face do investimento no desenvolvimento. O governo petista Lula-Dilma representa a adesão do Brasil ao progressismo, entretanto, através de análises críticas, podemos perceber que o neoliberalismo ainda se fez presente durante o período. Para além da experiência brasileira, a maioria dos governos latinos americanos redefiniram o neoliberalismo através da frente progressista, ou seja, perpetuando os mesmos comportamentos (ACOSTA; BRAND, 2020).

A busca por uma definição universal também é produto de um contexto de ameaça. O surgimento do paradigma da “natureza intocável” seu ideal de afastamento do meio urbano para a devida preservação, refletiram na busca de para quem iria essa proteção. A categorização ganhou um cunho político e acadêmico, refletindo em um cenário normativo de concretizações. A nível internacional, temos a Convenção n.º 169 da OIT responsável por reconhecer os direitos à autodefinição, posse e propriedade desse grupo (VIEIRA, 2020, p. 55).

O panorama normativo brasileiro relativo aos direitos dos povos, territórios e comunidades tradicionais é fundamentado, principalmente, nos indígenas, vide o art.231 e seguintes, reconhecendo a sua organização social e toda a diversidade decorrente de sua cultural. Ademais, o Decreto n.5.051/2004 fora responsável por promulgar a convenção da OIT acerca dos Povos Indígenas e Tribais, hodiernamente, vigente no Decreto n.º 10.088/2019.

A fomentação do desenvolvimento de povos, territórios e comunidades tradicionais está presente no Decreto n.º 6.040/2007. O legislador através de princípios, objetivos específicos, planos de desenvolvimento e comissões¹¹. É explícito que o sentido desenvolvimentista da lei é o sustentável, o que reafirma a coexistência dos povos, comunidades e territórios tradicionais com a natureza.

Em virtude do sistema capitalista e das políticas neoliberais, cada vez mais longe se torna a fomentação à um desenvolvimento sustentável para o determinado grupo. Um dos fatores importantes para a compreender o movimento contrário a necessidade de preservação fora a objetificação e racionalidade ambiental, consequências do antropocentrismo¹².

O antagonismo do desenvolvimento no contexto das comunidades e territórios tradicionais emerge em face do contexto visivelmente excludente. A máxima importância é colocada unicamente no crescimento econômico, importando em cenários de exclusões, onde o diálogo só cabe em face do capital. Culminando na insurgência de grandes conflitos e cenários de injustiças socioambientais¹³.

¹² Leff (2006) coloca na objetificação e reapropriação da natureza como sendo parte processo de unificação das estruturas do sistema que se encaminham para a economização do mundo, distanciando-se do ideal dos limites planetários.

¹³ Tal concepção tem origem no pensamento de “justiça ambiental” de Acserald, Mello e Bezerra (2009), propondo um tratamento igualitário em processos que possuem o meio-ambiente como sujeito, através do respeito ao entorno natural, principalmente em contextos de desenvolvimento, regulamentação, políticas públicas e leis. Contextos de “injustiças ambientais” são marcados por situações de degradação excessiva, desproporcional, assim como, desrespeito aos limites da natureza e o seu entorno social.

4. O conflito socioambiental comunidade do cajueiro e WPR no estado do Maranhão

A recepção de megaprojetos desenvolvimentistas e o potencial econômico emergente sempre fora um fato no estado do Maranhão. Como forma de alavancar a economia maranhense, buscou-se uma modernização e adequação aos modelos globais. Sendo assim, o desenvolvimento esteve atrelado ao longo do processo como grande agente de conflitos socioambientais¹⁴.

Entretanto, de maneira controversa, a expansão econômica sempre esteve ligada ao campo, visto que, em face da necessidade de organização e infraestrutura, muito se utilizou de processos expropriatórios e deslocamentos compulsórios de territórios tradicionais (SANT'ANA; LÓPEZ; VAZZI, 2019, p. 54).

Os déficits e situações de pobreza extrema são respostas contrária as expectativas de desenvolvimentos no Maranhão. Em nome do capital, segue-se um modelo desenvolvimentista que impõe a transferência das localidades de fixação, da cidade para o campo, coloca termos de trabalho e margens lucrativas apenas para uma bolha. (NASCIMENTO; MORAIS, 2009, p. 28).

Atualmente, é na Comunidade do Cajueiro, território tradicional pertencente a zona rural II da ilha de São Luís, que aflora mais um embate¹⁵ em face do processo de expansão do Estado. O conflito se dá em face do projeto de expansão da infraestrutura logística-portuária que insere o Maranhão em uma rota de comércio internacional para atender o mercado, principalmente das commodities de soja e celulose, proposto por um consórcio em que se encontram a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais, contando com capitais internacional da China Communications Construction Company e a francesa Lyon Capital (ARCANGELI, 2020, p. 21).

¹⁴ A estrutura desenvolvimentista do Estado inicia-se conjuntamente a organização nacional, com as grandes lavouras de algodão e plantações de cana-de-açúcar, em um cenário de latifúndios onde muitos trabalhavam, mas poucos usufruíam dos ganhos. Destarte, a industrialização maranhense iniciou-se nos anos 1970-1980 com a forte presença do "milagre econômico brasileiro", no qual muito se estimulou a adequação ao mercado internacional, com investimentos em exportação e importação de matéria prima, fontes de energia e infraestrutura – tivemos a instalação do Porto do Itaqui, Hidroelétrica de Boa Esperança e a ascensão da exploração industrial do coco babaçu. E, com grande destaque, o processo de instalação da multinacional Alumar, derivada do Projeto Grande Carajás, como uma das grandes tentativas de desenvolvimento no estado (NASCIMENTO; MORAIS, 2009, p. 24).

¹⁵ O conflito socioambiental tem início no ano de 2013, e como identificou Vazzi (2017), um dos primeiros passos se deu com a WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, passado a ser responsável pelo referido projeto, garantindo a licença ambiental previa com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) em 2014, ensejando diversas manifestações e o início da judicialização do conflito. Apesar das reivindicações, processos relativos à análise do licenciamento, em 2018 ocorrerá a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, marcando assim a transição da factibilidade da construção do projeto. Para melhor compreensão do contexto de resistência levantado pelos moradores da zona rural II ao longo da história, necessita-se retroceder naturalmente em uma linha do tempo. Durante a década de 1970, conjuntamente aos processos iniciatórios da indústria Maranhense, a fixação do Distrito Indústria de São Luís I fora um dos projetos que compuseram os a referida localidade, conjuntamente a ascensão de políticas de desenvolvimento nacional proveniente do Projeto Grande Carajás, a construção do Porto do Itaqui, Porto da Madeira – relacionado a Vale do Rio Doce – e do Porto da Alumar (ALCOA) se tornou ameaça real (VAZZI, 2017, p. 170).

A escolha da Praia de Parnaçu, território mais específico da zona rural II e pertencente ao Cajueiro, para a recepção do retroporto, é justificada na proximidade da região com a Baía de São Marcos, considerada uma das mais profundas do mundo. Ademais, a proximidade com o já existente complexo portuário de São Luís, oferecendo, assim, o necessário apoio na rota marítima do comércio mundial (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 282).

Por consequência, identificamos a transferência majoritária ao Poder Judiciário jurisdicional para a resolução contenciosa de conflitos. A ocorrência das ações judiciais em conflitos socioambientais diz a respeito da concepção do judiciário ser concretizador de direitos e garantias. A judicialização também representa uma mudança de paradigma, transferindo para o julgador qual viés desenvolvimentista deve ser acolhido em face do conflito, à medida que sempre estão presentes sentidos antagônicos (SOUSA, 2020, p. 59).

Deixa-se claro, a partir da apresentação da conjuntura do conflito, que o sentido do desenvolvimento, proposto pelo conjunto de empresas e o megaprojeto, é estritamente fincado no crescimento econômico. A promoção do deslocamento compulsório e violências em todos os aspectos, afasta a promoção das liberdades do Cajueiro de escolher continuar no seu modo de vida ou de receber o projeto em sua localidade. Assim como, a depredação do território e desmatamento, está totalmente contrário ao desenvolvimento sustentável.

Ademais, a identificação do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento no megaprojeto proposto pela WPR, representa a manutenção do antropocentrismo. A relação do homem e a natureza continua pautada no viés de que este necessita do extrativismo predatório para sua subsistência, a partir de práticas baseadas na concepção da natureza enquanto um bem a ser explorado ao máximo. Totalmente diferente do extrativismo proposto por povos, territórios e comunidades tradicionais, que é pautado em uma coexistência amigável com o meio natural (RODRIGUES; et.al, 2019, p. 51).

Em uma perspectiva geral, como analisou Arcangeli (2020), a Comunidade do Cajueiro luta pelo direito de existência e manutenção do seu modo de vida. Basicamente, tal categorização tem fundamento nas particularidades que compõe a sua estrutura: povo é fincado em uma agricultura familiar, extrativismo, pesca artesanal e práticas religiosas. Ademais, o sentimento de pertencimento e relação de proximidade com a natureza, fazem com que exista um vínculo identitário coletivo, culminando na resistência socioambiental.

No contexto de luta percebe-se que os povos, territórios e comunidades tradicionais são silenciados, não possuindo visibilidade. Além da utilização do direito para questionar a detenção da propriedade territorial, em nome do desenvolvimento, aliam-se agentes externos importantes em nome do capital privado, criando-se um universo de ingerências legitimadas pelo necessário crescimento econômico a qualquer custo (VAZZI, 2017, p. 160).

A população local reivindica tanto as interferências em seu cotidiano, causadas pela fixação do megaprojeto, quanto a falta de inclusão no processo de recepção do porto. Nesse sentido, o que resume as questões de resistência em face do Cajueiro é pelo seu direito de existência, para além disso, um contexto desenvolvimentista local.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento, enquanto direito, coloca o indivíduo como destinatário, no entanto, sobrepondo a coletividade sempre. Contudo, as estruturas do sistema capitalista, se aproximam mais do individualismo e do antropocentrismo, impossibilitando uma efetividade. Além disso, necessita-se da superação da tentativa de universalização desse processo, destarte, a do próprio capitalismo.

Restou-se claro, que a partir da imersão do desenvolvimento no capitalismo, mesmo com a reformulação e a ascensão de outros sentidos, o núcleo ainda será intacto e de acordo com práticas contrárias a um ideal de justiça e equidade, principalmente em relação a contextos de diversidade.

O conflito envolvendo o Cajueiro e a WPR em face do megaprojeto é a demonstração que as visões restritas do desenvolvimento continuam a prósperar, minimizando os modos de vida alternativos. O que importa na continuidade do crescimento como fim, de acordo com a hegemonia capitalista de acumulação. Destarte, necessita-se da fomentação de oportunidades iguais de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Fundação Rosa Luxemburgo: 2016.

ACOSTA, Alberto; BRAND; Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. Editora Elefante:2020.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARCANGELI, Saulo Costa. Cajueiro - A luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.

BRUZACA, Ruan Didier. A tutela do modo de vida tradicional de remanescentes de quilombos e a atuação do judiciário no contexto maranhense da duplicação da estrada de Ferro Carajás. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

COSTA, Jales Dantas da; CARVALHO, Wonley, Considerações acerca do Neoliberalismo e do Progressismo na América Latina. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, 2019.

FERRARO, Suzani Andrade & PEIXINHO, Manoel Messias; Direito ao desenvolvimento como direito fundamental. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, Belo Horizonte: Fundação Boiteux, 2007.

FIORI, José Luís. Estado e Desenvolvimento na América Latina. In: Rev. Econ. Contemp. vol.24 no.1 Rio de Janeiro: 2020.

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. Descolonizar o imaginário. Debates sobre o pós- extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

LEFF, Henrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: Tellus (UCDB), Campo Grande, v. 2, n.3, p. 33-52, 2002.

NASCIMENTO, Aline Teles; MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. O Maranhão nos Trilhos Do Avanço? Um Estudo Das Transformações Espaço-Temporais Da Indústria Maranhense Na Sociedade Capitalista Do Tempo Flexível. In: XXI Encontro do SEMIC – UFMA, Cad. Pesq., São Luís, v. 16, n. 3, ago./dez. 2009.

ONU. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Adotada pela Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1986.

PEARCE, Isabela M. Teoria Geral e Princípio do Desenvolvimento Sustentável: Conciliando Desenvolvimento, Ambiente e Justiça. 2018. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, POR, 2018.

RODRIGUES, Suzi Carolina Moraes. Et.al. Os Recursos Naturais No Processo Desenvolvimento Econômico Capitalista: Uma Breve Reflexão Emioses: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade | Rio de Janeiro | ISSN 1981 - 996X | v. 13. | n. 4. | out./ dez. 2019.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. In: Caderno C R H, Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-295, abr., 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; LÓPEZ, Julio Itzayán Anaya; VAZZI, Viviane. Cajueiro: Terminal Portuário, Resistência Popular e Conflito Ambiental em São Luís do Maranhão. In: Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena. Editor NAEA: Belém, 2019.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. S.l.: Companhia de Bolso, 2018. E-book kindle.

SOUSA, Isabela Marisa Câmara. Direito e desenvolvimento no Estado do Maranhão: os reflexos da atuação judiciária no conflito socioambiental da Comunidade do Cajueiro e WPR. Monografia apresentada ao Centro de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, São Luís: 2020.

VAZZI, Viviane Pedro. “Quem não pode com a formiga não assanha O Cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. 2017. 308 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. Em busca de um conceito: o uso estratégico da categoria “povos e comunidades tradicionais” na luta por direitos sociambientais. In: Revista InSURgência. Brasília: ano 5, v. 5, n.1, 2020.

PERSPECTIVA DECOLONIAL: outras formas de representar a natureza

PERSPECTIVA DECOLONIAL: outras formas de representar a natureza¹

Joallysson Desterro BAYMA²

Aerica Souza MALHEIROS³

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA

Resumo

Este trabalho trata-se de uma reflexão sobre as perspectivas decoloniais pensadas a partir de intelectuais que articulam outras formas de perceber a realidade, principalmente no que tange à América Latina, desenvolvendo aspectos que valorizam formas de conhecimento e maneiras de viver que não necessariamente correspondem a um modelo de sociedade ou civilidade que se encontra nas elaborações oriundas dos pensamentos europeus, colocando-se como outra forma de captar e interpretar as realidades produzidas a partir das relações humanas. A metodologia consistiu no estudo de alguns dos principais escritos decoloniais, tentando analisar relacionalmente as ligações estabelecidas entre as representações de natureza e as ações humanas. Nesse exercício pretende-se destacar os elementos pertinentes a representações de natureza presentes na perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Natureza; Decolonialidade; Representação.

Introdução

As elaborações que estimulam a formação, instituição e valorização de determinados conhecimentos científicos sobre a categoria natureza e suas relações com a humanidade, são oriundas de uma forma de entendimento ocidental que objetiva e separa a natureza das relações que ocorrem entre os sujeitos. Essas pautaram-se em uma racionalidade econômica que prioriza a geração de alguma rentabilidade. Essa lógica se permeia em diferentes situações vividas nas sociedades humanas se colocando enquanto melhor oportunidade ou caminho para solução de problemas. Sua validade é reforçada pelas formações científicas que valorizam certo pragmatismo e reproduzem essa representação produtiva como legítima. Mas a representação capitalista que se expressa atualmente por um processo de globalização que esquematiza decisões sem considerar as particularidades dos agrupamentos que atinge não é a única forma de representar as realidades sociais existentes.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PPGCSoc-UFMA, e-mail: joallysson.bayma@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PPGCSoc-UFMA, e-mail: aericamalheiros@gmail.com

A condução desse exercício se dará através de uma breve análise do modelo epistemológico empregado na concepção decolonial, em que se destaca as perspectivas de outros saberes, que se associam à natureza por aspectos sociais que estão ligados a manutenção produtiva, mas vão além desse, por estabelecerem outras formas de continuidade da vida. Nesse sentido, será preciso perceber a crítica que a decolonialidade realiza ao sistema-mundo, a relevância e pertinência de outros saberes e a representação de natureza que se articulam nesse processo.

Perspectiva de análise decolonial

A perspectiva decolonial percebe que mesmo que haja uma narrativa histórica que pontua o fim do poder colonial sobre suas respectivas colônias, é preciso ponderar sobre a naturalização dessa narrativa, por vezes, tomada como acabada. O que compromete a percepção de como essas ramificações de controle dos países colonizadores continuam a existir, ainda que travestidas. Trata-se de uma dominação que se apresenta sobre a justificativa de que a Europa e a Euro-norteamérica são referências de grupos humanos “desenvolvidos” e, desse modo, exemplos a serem seguidos. Assim, surge uma suposta ideia de superioridade dos modos de organização da realidade europeia sobre as outras e nessa circunstância se supõem também que todas as demais regiões do globo deveriam tomar esse modelo como referência.

Os elementos que o pensamento ocidental apresenta como justificativa para que seja referência para qualquer outra coletividade humana são questionáveis por, pelo menos, dois principais motivos. O primeiro é o não compartilhamento do mesmo tempo histórico e espaços geográficos. O segundo é justamente colocar-se como uma forma “desenvolvida” de conduzir a vida. Esses dois motivos podem também ser percebidos como consequência do esquema de organização dos pensamentos ocidentais, que dicotomiza os conceitos pelos quais cria representações da realidade em pares antagônicos, como se na dimensão das relações humanas pudesse haver a separação exata entre as partes. Foi essa concepção que influenciou sobre a produção dos conhecimentos modernos, demarcando presença nas ciências que surgem nesse período da humanidade, sendo um claro resultado da divisão binária que ocorre no campo do conhecimento e que divide as ciências em naturais e sociais, sustentada pelo pensamento dualista cartesiano que separa mente e corpo (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007, p. 15).

Para a perspectiva decolonial, a cultura está diretamente relacionada com as questões políticas e econômicas. Assim, as concepções culturais podem ter estreita relação com a economia e a realidade social. E, desse modo, se pode dizer que quando a cultura ocidental impõe seu sistema econômico para outros agrupamentos humanos está, em considerável medida, colocando suas concepções culturais como orientadoras do comportamento mais adequado e construindo uma hierarquia de civilidade que segue sua métrica. É nesse sentido que a decolonialidade se coloca como um movimento epistemológico que questiona essa “colonialidade do poder”, que em outras palavras, significa a capacidade de inferência que os países colonizadores ainda possuem sobre aquelas que um dia foram suas colônias.

Sendo assim, é necessário decolonizar, pois a independência que as colônias acreditam ter sob a forma de Estado Nação é somente jurídico-política, mantendo não somente as antigas colônias à margem do poder que seus colonizadores possuem, como conservando as estruturas culturais patriarcais e dominadoras. Nesse sentido afirmam Castro-Gómez e Grosfoguel:

De ahí que una implicación fundamental de la noción de ‘colonialidad del poder’ es que el mundo no ha sido completamente descolonizado. La primera descolonización (iniciada en el siglo XIX por las colonias españolas y seguida en el XX por las colonias inglesas y francesas) fue incompleta, ya que se limitó a la independencia jurídico-política de las periferias. En cambio, la segunda descolonización —a la cual nosotros aludimos con la categoría decolonialidad— tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonización dejó intactas. Como resultado, el mundo de comienzos del siglo XXI necesita una decolonialidad que complemente la descolonización llevada a cabo en los siglos XIX y XX. Al contrario de esa descolonización, la decolonialidad es un proceso de resignificación a largo plazo, que no se puede reducir a un acontecimiento jurídico-político (CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL, 2007, p. 17).

Por essa razão, os estudos decoloniais operam com a categoria de “pensamento heterárquico”, que não trabalha com sistemas fechados, mas que pensam os sistemas de poder como mecanismos heterônomos em uma associação de rede. Assim os diferentes níveis de sistema-mundo podem exercer participação na tomada de decisão e oferecer ponderações umas às outras nesse transcurso.

A mudança de configuração conceitual proposta pela perspectiva decolonial pode ser entendida como uma ruptura epistemológica com a forma de refletir a realidade do passado e do presente que favorece a dominação, estratificação e marginalização. Assim a decolonialidade trata-se de uma forma de análise e de resposta social às situações do passado e do presente, resposta construída a partir do lugar de enunciação que está envolvido nessas condições de realidade social (WALSH, 2007, p. 50).

A interculturalidade faz parte dessas outras formas de pensar que se relacionam a questões específicas de grupos humanos que não fazem parte dessa cultura que se coloca como hegemônica, e que por não terem seus interesses diretamente associados a geração exponencial de lucro, terminam por não terem espaço para se expressar em decisões globais que lhes afetam de forma direta ou indireta. Nesse sentido, Catherine Walsh argumenta que:

Por lo tanto, la interculturalidad forma parte de ese pensamiento “otro” que es construido desde el particular lugar político de enunciación del movimiento indígena, pero también de otros grupos subalternos;

un pensamiento que contrasta con aquel que encierra el concepto de multiculturalismo, la lógica y la significación de aquello que tiende a sostener los intereses hegemónicos (WALSH, 2007, p. 53).

A interculturalidade é também instrumento de contestação da perspectiva dualista que se apresenta na elaboração do pensamento ocidental, que por sua vez, se inspira nas proposições cartesianas, úteis para dispor os sujeitos em um tempo e espaço que seja conveniente a uma lógica de sistema-mundo capitalista. Decorre disso a criação de categorias de classificação como “subdesenvolvido”, “não civilizados” e outras.

A episteme presente nas formas de interpretar ocidental possui uma característica marcante. Trata-se da construção de universais que se colocam como ponto de referência e que ao manter contato com outras ontologias não considera os lugares, as formas de produção material e de conhecimento. Essa maneira de abstração capta os sujeitos de seus lugares de enunciação e os retira de suas formas de produção de poder, estabelecidas principalmente pela maneira como constroem sua existência material e seus saberes outros, para que então possam entrar em uma lógica de exploração de recursos e produção em larga escala, fazendo parte de um ciclo competitivo em que as formas axiológicas são mensuradas pelos valores monetários que se possa adquirir e todas as relações podem ser fluídas e esvaziadas de significados de pertencimento. Por essa razão, Grosfoguel analisa esse modelo epistemológico entendendo que:

Esto es fundamental para nuestro tema porque el concepto de universalidad que va a quedar impreso en la filosofía occidental, a partir de Descartes, es el universalismo abstracto. Abstracto en dos sentidos: primero, en el sentido del enunciado, de un conocimiento que se abstrae de toda determinación espacio temporal y pretende ser eterno; y segundo, en el sentido epistémico de un sujeto de enunciación que es abstraído, vaciado de cuerpo y contenido, y de su localización en la cartografía de poder mundial, desde donde produce conocimientos, para así proponer un sujeto que produce conocimientos con pretensiones de verdad, como diseño global, universal para todos en el mundo. El primer tipo de universalismo abstracto (el de los enunciados) es posible solamente si se asume el segundo (el del sujeto de enunciación) (CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL, 2007, p. 65).

A construção de universais, esteve presente na forma de narrar a própria história humana a partir da perspectiva ocidental e, para tanto, essa forma de “fazer história” utilizou-se dos documentos como instrumentos de legitimação, nem sempre considerando que esse documento estando ligado a um contexto se constituiu de um emaranhado de interações humanas que podem ser percebidas como relacionais.

Entender a história contínua como uma construção de segmentos da humanidade que nem sempre ressaltam a existência de outras formas de conceber a vida coletiva é um passo relevante proposto também na perspectiva da decolonialidade para se questionar a maneira como se desenvolve a construção de formas de pensar que exercem algum domínio e que se colocam como ponto inicial para qualquer outra forma de sociedade humana. Nesse sentido, o trabalho de investigação dos processos de composição da história é quase uma verdadeira escavação de relações, de decodificação de documentos e do processo de formação de símbolos. Sobre o trabalho com documentos no processo da formação das histórias, Foucault analisa:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas (FOUCAULT, 2008, p. 7).

A percepção da história tradicional desconsiderava segmentos, apagado por serem considerados um acidente, uma informação despropositada ou inadequada para compor a produção de uma “memória”, que por sua vez, teria a função de despertar uma sensação de identidade compartilhada, sendo esses os descontínuos (FOUCAULT, 2008). Os descontínuos eram acontecimentos que ameaçavam a construção de uma narrativa histórica, que por meio da composição de documentos se coloca como legítima e oficial, esses acontecimentos interpretados como descontínuos eram percebidos por historiadores tradicionais como cortes na forma de organizar os acontecimentos na linha do tempo e, portanto, passíveis de eliminação.

Para a perspectiva decolonial, os descontínuos se apresentam como segmentos de uma parte da história não contada, o que se deve a sua estreita ligação com grupos de sujeitos que não eram levados em conta na composição da história de uma sociedade, uma versão em que os subalternos não possuem posição para emitir a sua versão dos fatos. E outras lógicas, por não se encaixarem no que era considerado pertinente, eram segregadas a uma dimensão oculta que se situava nos interstícios da história oficial. No caso da história das colônias, tratava-se de parcelas da população da nova terra que por

serem exploradas não possuem, salvo alguns poucos desvios, a chance de se colocar como parte da história oficial. Ao explicar essa categoria da descontinuidade, Foucault coloca que:

[...]a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos - decisões, acidentes, iniciativas, descobertas - e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica, onde aparece com um triplo papel (FOUCAULT, 2008, p. 9).

A forma decolonial de analisar não elimina pormenores, o que para uma produção científica orientada por uma perspectiva cartesiana possa aparentar pouca importância, é para essa perspectiva também parte da história, as formas outras de construção social da realidade que são levadas em conta.

Representação de natureza a partir da decolonialidade

A formação de concepções sobre natureza esteve relacionada, em determinado período da história da humanidade, com a realização de uma distinção entre um estado de natureza e de sociedade. Esses processos foram empregados por uma sociologia moderna para que se justificasse alguma distinção entre esses dois estados, caracterizando a humanidade como biológica e social.

A maneira dicotômica de pensar cultura e natureza não é universal e, em algumas sociedades, as formas de organização não dissociam natureza de cultura, dando a distintos seres a possibilidade de partilharem de mesmas qualidades morais e físicas. Essa maneira de perceber a associação entre cultura e natureza é relevante para questionar o modelo interpretativo que toma distância do ambiente em que se vive e que de alguma forma leva os sujeitos a se sentirem externos ou superiores ao mundo que os cerca.

A forma ocidental de se relacionar com natureza foi sendo elaborada a partir de uma certa dominação ou desejo de controle sobre as forças do meio, as quais esses povos se sentiam sujeitos. Essa apreensão de natureza criou um modo de produzir conhecimento ligado ao controle e exploração do que possa trazer benefícios, mas esse tipo de concepção custou um preço que vem se traduzindo em desastres ecológicos. Mas, a colaboração percebida na relação entre humanos e não humanos em alguns grupos fez com que esses vivessem por longos períodos sem ações incongruentes que prejudicassem os espaços em que se davam o seu modo de vida.

Os modelos de desenvolvimento que interpretam os ambientes como fornecedores de recursos não são apropriados a concepções que se percebem como parte da natureza. Os

que encaram a natureza como mera fornecedora possuem um estilo de vida antropocêntrico, que não se entende como parte dos fluxos biofísicos que afetam a vida dos seres de diversas formas, não respeitando certos limites no que tange ao uso e apropriação de elementos da natureza dos quais toda uma coletividade pode partilhar. Alberto Acosta (2012, p. 111) ao analisar o Buen Vivir, uma concepção latino-americana que percebe a humanidade como parte da natureza, destaca que é preciso considerar os processos de resiliência pelos quais a natureza passa. Desse modo, propõe repensar o conceito de sustentabilidade e questiona os modelos de desenvolvimento que se colocam como legítimos argumentando que:

Ante estos retos, aflora con fuerza la necesidad de repensar la sustentabilidad em función de la capacidad de carga y resiliencia de la Naturaleza. En otras palabras, la tarea radica en el conocimiento de las verdaderas dimensiones de la sustentabilidad y asumir la capacidad de las Naturaleza de soportar perturbaciones, que no pueden subordinarse a demandas antropocéntricas (ACOSTA, 2012).

Analisar outras concepções de natureza na perspectiva de Acosta (2012) significa partir de um ponto de reflexão que aceite que a humanidade não está fora dos ambientes, reconhecendo os tempos e limites próprios a estas “naturezas”. Deve-se considerar que a humanidade se realiza mantendo vínculos entre si e relações com o funcionamento de outros seres, a humanidade é percebida como integrante da natureza.

A percepção de que sistema econômico capitalista está comprometido com uma ideia de natureza, enquanto fornecedora de recursos para produção do mercado, é evidenciada pelo domínio que as nações participantes dessa lógica tentam manter sobre as formas de organização do conhecimento e sobre a organização cartográfica dos lugares que dispõem de recursos naturais (CORONIL, 2005). Ao se pensar no envolvimento da terra e de seus recursos nesse processo, se percebe que o sistema capitalista combina de maneira sutil o controle sobre os esquemas de entendimento da realidade, com sua expansão territorial. Essa última frente se deve a sua constante carência de recursos para prosseguir com sua forma de atuação. Sobre essa questão e o papel da natureza na perspectiva ocidentalista, Coronil coloca que:

Reconhecer o papel da natureza no capitalismo expande e modifica as referências temporais e geográficas que delimitam as narrativas dominantes da modernidade. Marx afirmou que a relação entre capital/lucro, trabalho/salário e terra/renda da terra engloba todos os segredos do processo social de produção (1971: 754). Como se desejasse evocar simultaneamente um mistério celestial e sua solução terrenal, chamou está relação de “fórmula trinária”. No entanto, poucos analistas, incluindo Marx, aplicaram está fórmula à resolução do enigma do papel da terra no capitalismo. Vendo

o capitalismo da Europa, Lefebvre (1974) é excepcional ao levar em consideração este esquecimento e especular acerca do papel dos agentes sociais associados com a terra, incluindo o Estado, na aparição do capitalismo europeu (CORONIL, 2005, p. 51).

Em certa medida, essa forma de representar a natureza está envolvida com o processo de expansão territorial que promoveu a formação de colônias em outras regiões do globo, pois essa virada na força relativa da economia-mundo fez com que a expansão não estivesse mais somente relacionada a expansão sobre o território, estando agora relativa à expansão e predomínio de um modelo econômico sobre toda uma gama territorial, independente dos limites fronteiriços, é isso que forma um sistema mundo. Sobre esse aspecto Wallerstein analisa que:

Por volta de 1500, algo estranho aconteceu, algo que a meu ver ainda não encontrou uma explicação realmente satisfatória. Houve uma inversão da força relativa das economias-mundo com relação aos impérios-mundo. Em outras palavras, uma economia mundo particular, aquela que se estabeleceu na época numa ampla área da Europa, mostrou ser menos frágil. Sobreviveu e, por conseguinte, pôde servir de ambiente para o desenvolvimento pleno de um modo capitalista de produção, que requer e só pode existir no interior de uma forma de economia-mundo. Uma vez que essa economia-mundo capitalista se consolidou, houve sua expansão espacial em virtude da lógica de processos internos a ela, bem como a absorção dos impérios-mundo circundantes, e, é claro, também dos mini-sistemas circundantes [...] (WALLERSTEIN, 2006, p. 263).

A perspectiva decolonial chega a destacar que o regime de um dualismo na concepção de natureza, cria um impasse, pois se concentra na retenção da diferença entre humanos e não humanos, ocultando o vínculo que há entre humanidade e natureza, uma relação que por existir não implica na redução de um ao outro. A oposição entre esses segmentos é tão antiga como moderna, mas entre esses elementos entendidos como antagônicos, existe um vínculo, pois um não transita sem o outro, e cada um contém, ainda que eventualmente, uma parte do outro. A crítica aqui é que nesse processo ocorrem interações que elaboram e redefinem os termos da própria existência e o direito, projetando-se para afirmar o sentido da vida em sociedade, institui uma concepção, uma forma de enxergar a realidade. Não é de interesse o processo de elaboração, desde que com ela se possa operar e que se manifeste um sentido “coletivamente” decidido, não permitindo que certos segmentos possam falar. Dessa maneira, é também na publicização de concepções e disputa entre as mesmas que certos regulamentos são elaborados e representações se tornam legítimas em uma outra amplitude, exercendo alguma figura de poder sobre as formas de planejar e ordenar as áreas de natureza.

Por meio da análise das questões apontadas pela decolonialidade, se percebe que a modernidade trouxe consigo a ideia de uma natureza percebida como recurso natural, que pode ser manejada para atender às necessidades humanas. O elemento simbólico é retirado e a natureza passa a não mais fazer parte do habitar humano. Os sentidos são relativos a um antropocentrismo. Essa forma de perceber os ambientes produz uma representação que além de causar uma dicotomia, coloca a humanidade como dominadora legítima dos fluxos presentes na natureza.

Há na formação de algumas áreas de conservação e preservação características relacionadas ao utilitarismo econômico, um traço dessa forma de representação que pode ser associado ao período iluminista e que pode ser percebido pelo estabelecimento de um planejamento hierárquico entre as unidades de conservação. Mas, é provável que o foco do problema não esteja tão somente na padronização legal que institucionaliza uma representação como hegemônica, mas sim no distanciamento entre a humanidade e natureza, que não atribui relevância ao convívio dos sujeitos com seus respectivos lugares de vivência, deixando de lado um arcabouço de conhecimentos e saberes dos que estão em contato direto com seus ambientes. Trata-se de uma desqualificação de saberes e memórias que se confundem com essas áreas de natureza (SHIRAISHI NETO, 2019).

A decolonialidade contesta a representação de natureza dominante, que se legitima utilizando também de um discurso de ordenamento jurídico que vem se reproduzindo globalmente, sem considerar alguns dos princípios constitucionais específicos de cada país, tais como, pluralismo, justiça e desenvolvimento, pois essa representação de natureza tutelada e dominada por uma racionalidade econômica percebe os ambientes por sua utilidade, opondo-se às representações de grupos sociais que não percebem sua existência dissociada da natureza. A globalização econômica pode consistir em um tipo de Imperialismo que atualiza os esquemas de dominação, em que o Estado maneja com acuidade pensamentos científicos relacionados a perspectivas deterministas e homogeneizantes, utilizando como critério o aspecto econômico para rotular populações que, em seus critérios, podem ser entendidos como “avançadas” ou “atrasadas” (SHIRAISHI NETO, 2017). O Direito passa, nessa lógica, a assegurar transações econômicas sobre a justificativa de serem necessárias para o desenvolvimento de economias ditas “atrasadas”, oferecendo a neutralização de disfunções que apareçam no sistema, invisibilizando outras representações de natureza e de formas de vida e agregando elementos que fazem crer que a única alternativa é a representação de natureza enquanto recurso, circunstância em que a própria lógica de mercado aparenta possuir as soluções aos problemas socioambientais.

É preciso destacar que as ideias decoloniais, no que tange à questão da natureza, apontam considerar as diferenças que caracterizam cada ambiente, assim como, o acesso equitativo dos que com ele se relacionam. Sabe-se que ocorre a desigualdade ambiental também pela criação de mecanismos que dificultam o acesso a certas áreas, afetando modos de vida que estabelecem vínculos com lugares específicos. O que conduz a reflexão de que

a modernização ecológica como possibilidade de solução para os problemas ambientais é mais uma imposição de uma lógica ocidental incapaz de relacionar que o acesso a natureza é para essas outras formas de representação algo indissociável à vida em sociedade.

Considerações

A perspectiva analisada faz perceber que as representações de natureza estão intimamente ligadas às relações sociais que transcorrem em lugares e que essas relações promovem sobre essa categoria de entendimento uma dinamicidade relativa às experiências e saberes interligados aos seus lugares, em que a indissociabilidade entre natureza e humanidade estejam mais nítidas. Considerando também que dinâmicas externas podem entrar em disputa pela legitimidade de operar transformações sobre os lugares de fluxos materiais e sociais, a decolonialidade se coloca como uma forma de valorização de outras formas de representar, investigar e interpretar a realidade social, entendendo ser preciso analisar as variáveis para a produção de uma história que respeita formas outras de perceber a vida.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Buen Vivir Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar otro mundo. Quito: Abya- yala, p. 89-138, 2012.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, p. 50-62, 2005.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 7ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. I- Introdução. p. 1-20; IV- A descrição arqueológica, p. 156-219, 2008.
- GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, p. 63-77, 2007.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. A proteção do conhecimento tradicional no contexto da globalização do direito. Repocs - Revista Pós Ciências Sociais, São Luís-MA, v.15, n.31, jan./jul. 2019.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Globalização do direito: novos conteúdos à natureza. Revista Internacional de Direito Ambiental, v. VI, n.17, p. 115-140, 2017.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. Aparecida – SP: Ideias & Letras. Introdução: Por que impensar? VI – Análise dos sistemas-mundo como impensar. p. 262-321. 2006.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, pp. 47-62, 2007.

Resumos



Relações com a terra: o bem viver no quilombo do Arruda em Araripe - CE

Relações com a terra: o bem viver no quilombo do Arruda em Araripe – CE¹

João LEANDRO NETO²
Tayronne de Almeida RODRIGUES³
Universidade Federal do Cariri, Crato, CE

Resumo

A preocupação com o meio ambiente está pautada nas raízes do quilombo, na sua ancestralidade, que vê a terra muito mais do que um patrimônio, mas como algo que invoca e auxilia na construção da própria identidade. Destacamos o Bem Viver na Comunidade Quilombola Sítio Arruda devido a construção de uma harmonia que a sociedade pratica com relação a natureza. Os estudos sobre o Bem Viver demonstram a importância da mudança de paradigma e que a riqueza não consiste na acumulação de bens, mas sim no fato de conseguir um equilíbrio entre as necessidades da humanidade e dos recursos disponíveis.

Palavras-chave:

Bem Viver, Quilombo, Araripe-CE.



¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Professor da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe-CE, SEMEC, E-mail: joaoleandro@gmail.com

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, PRODER/UFCA
E-mail: tayronnealmeid@gmail.com

**Terra em chamas: reflexões sobre
aliança Empresa-Estado, grilagem
de terras e os conflitos
funditários territoriais no
Maranhão contemporâneo**

Terra em chamas: reflexões sobre aliança Empresa-Estado, grilagem de terras e os conflitos fundiários territoriais no Maranhão contemporâneo¹

Júlia Letícia Pereira FERREIRA
Saulo Barros da COSTA

Resumo

A violência no campo tem perpetuado nos territórios tradicionais no Maranhão como marca do modelo agrário e exportador (COSTA, 2016; OLIVEIRA, 2020; Santos, Lopes, 2020), com requintes de grilagem de terras, queimadas, destruição e invasão dos territórios através de relações entre Empresas e o Estado, aliadas a ações de grileiros. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020), dos 174 casos de ocorrências de conflitos no campo no Maranhão em 2019, 23% desses são ações dos poderes Municipais, Estadual e Federal; 58% do poder privado ligado diretamente a Empresas e 19% partem de grileiros. Neste contexto, o objetivo do artigo é analisar a ação destes três perfis de agentes de conflitos, sua geografia e desvelar os interesses a partir de relatos de sujeitos atingidos nos conflitos no campo. Neste interim, o Maranhão perpetua sua posição de Estado da Federação mais violento no campo e espaço da instalação global de empreendimentos nacionais e internacionais de continuidade do modelo colonial histórico e planetário (MIGNOLO, 2003).

Palavras-chave: Conflito territorial, Estado do Maranhão, Povos e Comunidades Tradicionais, Comissão Pastoral da Terra, Violência no campo

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

Land Grabbing: uma análise crítica

Land Grabbing: uma análise crítica¹

Cosmo da Silva JUNIOR

Resumo

A demanda por terras sempre esteve presente na história da humanidade (colonialismo), porém, na primeira década do século xxi, observamos uma verdadeira corrida em busca por terras, que enxergamos como um reaparecimento – um novo modelo- de um fenômeno antigo. A literatura aponta vários motivos que impulsionou essa alta demanda: o aumento populacional, às crises alimentar, energética, ambiental, climática e financeira. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica desse fenômeno, apontando que essa prática tem provocado inúmeras consequências como: violência e expulsão dos camponeses de suas terras (desmonte da estrutura familiar camponesa); além dos problemas ambientais: perda da biodiversidade, contaminação do solo, da água e do gado devido ao uso de agrotóxicos pelas grandes empresas do Agronegócio. O estudo consistirá em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, sendo parte da minha pesquisa no mestrado.

Palavras-chave: Land Grabbing; Consequências; Comunidades.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

“Tire o óleo da minha praia, não consigo mais pescar”: o litoral Nordestino em conflito

“Tire o óleo da minha praia, não consigo mais pescar”: o litoral Nordeste em conflito¹

Carla Apenburg TRINDADE
Bruno Nascimento Neves BASTOS

Resumo:

O momento conjuntural atual de avanço de políticas neoliberais e aprofundamento dos mecanismos de expropriação das comunidades tradicionais pode ser considerado um reflexo do que se denomina crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011). Buscando então a superação das barreiras impostas à sua reprodução, o capitalismo desenvolve mecanismos que favoreçam a continuidade do processo de expansão da sua reprodução, por meio da espoliação (HARVEY, 2004). A partir da crise de sobreacumulação, se faz necessária à busca por novos insumos (recursos naturais e mão de obra), abrindo novos pontos de acumulação do lucro por meio da violência e expropriação de comunidades tradicionais dos seus territórios. Este processo gera conflitos por terra e água, como o crime ambiental do derramamento de óleo no litoral nordestino, trazendo casos de violação dos direitos humanos dos povos que sobrevivem em simbiose com a natureza, na pesca artesanal e marisqueira. Embora o capital desenvolva condições para subordinar as relações não capitalistas de produção dos sujeitos tradicionais ao modelo de reprodução capitalista, as marisqueiras, imersas em águas e lama, experienciam com seu trabalho o contato direto com esta natureza envenenada pela ganância dos atores do capital, desvelando a lógica patriarcal, presente nos conflitos que atingem seus corpos-territórios.

Palavras chave:

Território; Comunidades tradicionais; Marisqueiras; Derramamento de óleo; Estado

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

O pensamento xamânico e a crítica ao “povo da mercadoria”: ancestralidade, territorialidade e modernidade

O pensamento xamânico e a crítica ao “povo da mercadoria”: ancestralidade, territorialidade e modernidade¹

Kévia Daniele DA SILVA

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a obra *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami* de autoria de Davi Kopenawa Yanomami e de Bruce Albert, através da perspectiva decolonial, buscando compreender as implicações políticas, literárias e epistemológicas que reflexões xamânicas possuem ao lançarem uma crítica contra o progresso e ao avanço predatório do “povo da mercadoria” (“homem branco”). Nesse sentido, Kopenawa mediante uma profunda crítica a objetificação da natureza em nome do progresso e a relação predatória dos ocidentais com a terra, chama a atenção para o fato de que se estes não mudarem a sua relação com a natureza acabaram causando um “cataclismo ambiental” (LUCIANI, 2017), pois a floresta é o pilar que mantém o céu suspenso, sem ela, o céu entraria em colapso. Sendo assim, buscamos refletir como Kopenawa propõe em sua obra educar o “homem branco” e nos alertar para uma concepção de progresso que implica no extermínio não só da floresta, dos animais e dos seres humanos, mas também na destruição dos diferentes cosmos, como o mundo espiritual.

Palavras-chave: Davi Kopenawa, Ecossistema, Epistemologias Yanomami, Xamanismo

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

“Água é vida”: recuperação e preservação das nascentes na comunidade Macaúba, no município de Catalão/GO

“Água é vida”: recuperação e preservação das nascentes na comunidade Macaúba, no município de Catalão/GO¹

Andrea Ferreira SOUTO²
Universidade Federal de Minas Gerais

Bruno Serafim DOS REIS³
Universidade Federal de Catalão /GO

Resumo

Dentre as principais atividades econômicas responsáveis pelos efeitos socioambientais no Cerrado está a mineração. As áreas do entorno do município de Catalão, GO, apresentam níveis de degradação das nascentes que exigem medidas urgentes de regeneração das condições ambientais. Dentre estas, está a Comunidade Macaúba, que possui diversificada produção de alimentos para consumo e comercialização. No entanto, essas atividades foram comprometidas devido as atividades mineroquímicas, ocasionando problemas como aumento do escoamento superficial e diminuição de infiltração de águas no solo. A redução de água ameaça as práticas agrícolas que necessitam de irrigação. Esse trabalho, através do financiamento da Mosaic Fertilizantes, objetiva realizar um diagnóstico das nascentes da Comunidade Macaúba e promover a recuperação, com o uso da vegetação nativa conjugado com a regeneração natural das espécies do Cerrado. Foram realizadas dentre outros, pesquisas em Sistemas de Georreferenciamento, levantamento das áreas de nascentes, anuência formal dos proprietários, diagnóstico da região, implantação do processo de recuperação de nascentes pré-selecionadas por moradores através de mutirões com os mesmos. Espera-se que este trabalho, promova a recuperação e preservação das nascentes, visando ao longo do tempo proporcionar benefícios diretos e indiretos, contribuindo para minimizar o desequilíbrio das áreas degradadas e que seja replicado para outras comunidades.

Palavras-chaves: Cerrado; Comunidade; Mineração; Recuperação de nascentes

¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Graduada em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Catalão /GO, e-mail: ribeiroinafran1@gmail.com

**A disputa territorial entre a
comunidade da Ilha do Arintigui e a
Miriri Alimentos e Bioenergia S/A:
relato sobre os desdobramentos
da realização de perícia
antropológica em um conflito
territorial judicializado**

A disputa territorial entre a comunidade da Ilha do Aritingui e a Miriri Alimentos e Bioenergia S/A: relato sobre os desdobramentos da realização de perícia antropológica em um conflito territorial judicializado¹

Inafran Francisco de Souza RIBEIRO²
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

A experiência a ser relatada diz respeito a um conflito territorial entre uma comunidade tradicional localizada na Área de Preservação Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, no município de Rio Tinto, no litoral norte do estado da Paraíba, e uma empresa com atuação no setor sucroalcooleiro e da carcinicultura (criação de camarão em viveiros). A comunidade da Ilha do Aritingui é parte de uma disputa iniciada há 15 anos pela empresa por meio do ajuizamento de uma Ação de Reintegração de Posse. O caso, que ainda tramita em segunda instância na Justiça Federal, foi perpassado pela atuação de variados atores ligados à universidade, a agências estatais e a movimentos sociais. Realizou-se, em 2011, uma perícia antropológica na qual atuei, e a questão foi julgada, em primeira instância, em julho de 2019, com resultado desfavorável à comunidade da Ilha do Aritingui. Os dados sugerem que o caso expõe tensões éticas e epistemológicas que perpassam a realização de perícias antropológicas nesse tipo de conflito; e, do ponto de vista de resultados imediatos, até aqui alcançados no caso, as evidências apontam para efeitos negativos da realização desse procedimento para a efetivação dos direitos territoriais da comunidade da Ilha do Aritingui.

Palavras chave: Indígenas; Territorialidade; Conflitos.

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

² Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialista em Direitos Humanos, Econômicos e Sociais, pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ/UFPB) e Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (ESMA/TJPB); Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

“Subiu a construção como se fosse muro”. Mutum II frente ao desenvolvimento insustentável

“Subiu a construção como se fosse muro”. Mutum II frente ao desenvolvimento insustentável¹

Joécio Pires DA SILVA
Lanna Luiza Silva BEZERRA
Ian CHEIBUB

Resumo:

O presente trabalho discorre sobre a situação de violações de direitos na comunidade de Mutum II, município de Arari/MA, desde a implantação da Estrada de Ferro Carajás, em especial, uma vedação física (muro de concreto), construída pela empresa Vale. SA, sem qualquer diálogo com a comunidade, violando o livre direito de ir e vir.

Palavras chave: Mutum II, Comunidade Tradicional, desenvolvimento, direito.

Link para assistir o documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=NT40XQF9frs>



¹ Trabalho apresentado no GT 1 “Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

Expansão logística ferro-portuária e mobilizações na zona rural II de São Luís -MA

Expansão logística ferro-portuária e mobilizações na zona rural II de São Luís -MA¹

Jadeylson Ferreira MOREIRA

Resumo:

Propõem-se estabelecer uma leitura aproximativa entre as obras de expansão logística, no Complexo Portuário de São Luís - CPSL e na Estrada de Ferro de Carajás –EFC, com as ações coletivas assanhadas pelos conflitos ambientais provocados por tais investimentos em infraestrutura. Para tanto, foram analisados os perfis dos atingidos, as formas de mobilização de recursos e os tipos de resistência empregados por um conjunto de moradores da Comunidade do Cajueiro e pelo Consórcio Intermodal Intermunicipal – CIM.

Palavras-chave: Logística, Ações Coletivas, Conflitos Ambientais

¹ Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

"(...) A única alternativa hoje é a alternativa da gente combinar que vai continuar vivo com poesia e com arte. Que a gente vai continuar vivo, vai continuar vivendo... e porque a gente não vai morrer, a gente vai poder salvar o mundo"

Como quem sabe o tempo certo da sementeira, Moema Miranda, da Rede Igrejas e Mineração, plantou em solo fértil palavras de esperança durante o Webinário "Controle Social e Alternativas Econômicas: desafios para os movimentos sociais" no último dia do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

A semana 15 a 19 de março vai ficar para a história de quem plantou e viu florescer ideias, intercâmbios, a crítica e a resistência ao extrativismo predatório.

Constatamos que temos muito o que conquistar em Direitos Humanos e da Natureza! Mas, o Seminário potencializou o sentimento de que a união dos povos e comunidades com a grandeza da Mãe Natureza enfatiza o que Moema trouxe também em sua fala:

"Não existe salvação individual. Os processos precisam ser coletivos e cada um e cada uma é chamado para se somar à luta pelo Bem Viver."

www.seminariopovosnatureza.org

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:

